



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**



SHARON DARLING DE ARAÚJO DIAS

**DO ESPAÇO CONCEBIDO À PRODUÇÃO DO COTIDIANO EM
FORTALEZA-CEARÁ: a experiência do conjunto habitacional
Maria Tomásia, no bairro Jangurussu.**

FORTALEZA – CE

2013

SHARON DARLING DE ARAÚJO DIAS

DO ESPAÇO CONCEBIDO À PRODUÇÃO DO COTIDIANO EM FORTALEZA-
CEARÁ: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro
Jangurussu.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento de Territórios de Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Maria Matos Araújo.

FORTALEZA-CE

2013

D541d Dias, Sharon Darling de Araújo.

Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza – Ceará: A experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu / Sharon Darling de Araújo Dias. — 2013.

CD-ROM 196f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento de Territórios e Regiões Semi-áridas e Litorâneas.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Matos Araújo.

1. Urbanização. 2. Desigualdades Socioespaciais. 3. Política Habitacional. 4. Espaço percebido, concebido e vivido. 5. Cotidiano. I. Título.

CDD: 910



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UECE-ProPGeo



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome da Dissertação: "DO ESPAÇO CONCEBIDO À PRODUÇÃO DO COTIDIANO EM FORTALEZA-CEARÁ: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no Bairro Jangurussu".

Data da Defesa: 25/02/2013

Nome da Autora: Sharon Darling de Araújo Dias

Nome da Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Matos Araújo (Orientadora)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento de Territórios de Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

BANCA:

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Matos Araújo
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. José Meneleu Neto
Universidade Estadual do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

Este é um ato prazeroso, por isso se torna fácil. O risco de deixar escapar algo ao colocar no papel é que o torna difícil.

Primeiramente, ao meu Deus, presente em todas as horas do dia, que me proporciona momentos de plenitude e me faz lembrar sempre da gratidão.

À minha querida família, grande em amor e companheirismo, sem a qual nada disso seria nem de perto possível.

Ao meu pai, Manoel (Seu Manú), que desde sempre cuida de nós com zelo, com amor, muita dedicação e paciência, nos ensinando a ver o mundo criticamente, sem, no entanto, temê-lo. Meu amigo de todas as horas. Ao meu pai, todo o meu amor, carinho e gratidão!

À minha irmã Kerol, pelo apoio, pela praticidade nas opiniões, por não me deixar esquecer a música, os amigos e ainda pela grande ajuda nas transcrições das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa.

À minha mãe (*in memoriam*), pelos ensinamentos de determinação, força e solidariedade.

Ao meu tio Marcos, por, desde sempre, junto com meu pai, afirmar a importância dos estudos e de como a leitura pode nos abrir muitos caminhos.

A professora Ana Maria Matos Araújo, minha orientadora, por ter aceitado realizar esse projeto comigo. Pelas orientações e indagações que levavam a reflexão, pela leveza, educação e carinho em todas as horas.

À professora Adelita, pela contribuição dada à pesquisa e por me ter recebido tão bem no Laboratório de Estudos de População (Lepop). Aproveito para agradecer a todos os “Lepopianos” pela convivência nesse período.

Ao professor Meneleu Neto, pela rica vivência no estágio e docência e as contribuições dadas à pesquisa.

Ao professor Jorge Luiz Barbosa, por se dispor a colaborar com minha pesquisa com tanta gentileza e atenção.

Aos meus amigos! Feliz por poder contá-los em mais de uma mão! Agradeço aos amigos “do conjunto” e adjacências por conservarem nossa meninice, por compartilharem a música, por quererem um mundo melhor e por ele lutarem cada um ao seu modo: Rafael Domingos, Jack de Carvalho, Andrea Crispim, Marcelo Mesquita, Mara Carneiro, Luciana Brilhante, Denise Pereira, João Paulo Brito, Magno, Esdras, Betinho, Nathyara, Élide, Edmundo Rodriguez, Paulo Henrique e todos (as) que sabem o quanto gosto de tê-los por perto, ainda que longe!

Às companheiras Mônica Mourão e Ilíada Damasceno, por toda nossa amizade e interação e por, mesmo territorialmente longe, nunca terem sido ausentes!

A Gilberto Braga, por me oportunizar ótimas vivências e aprendizados, além de me conceder seu carinho e amizade. Aproveito para agradecer aos amigos e amigas da Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci) e da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), por tantos sorrisos e aprendizados no dia a dia de trabalho. Da Funci, alguns nomes: Rozane Alencar, Nara Diogo, Taninha, Glória Diógenes, Tiago Régis. Da Habitafor: Roberto Gomes, Kléber Soares, Rafaela Mota, Rafael Moura, André Almeida, Isabel (bel), Izabel Tabosa, Kelma, Nadedja, Fernanda, Juliana e a todos que torceram e me ajudaram nessa caminhada acadêmica e profissional.

Aos companheiros e colegas de Universidade Estadual do Ceará, tanto da graduação como do mestrado, um muito obrigada pelas vivências, sorrisos e trocas de ideias: Germana Noronha, Rodrigo (bolão), Eider, Joyce, Leany, Ivina, Cinthya, Felipe, Josué, Eudes, Victa, Icaro, Yara, Roberto, Ilaina e todos que fizeram ou fazem parte da Geografia Cearense.

A Diego Salvador e família, pelo apoio em grande parte da pesquisa.

Um agradecimento especial aos moradores e moradoras do conjunto habitacional Maria Tomásia, por me receberem em suas casas, em suas vidas, pelas conversas, pelo interesse na pesquisa, pelos sorrisos, pela troca de experiências e conhecimentos construídos na proximidade do dia a dia.

A todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa.

Muito Obrigada!

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo a compreensão da questão habitacional na metrópole Fortaleza através da produção do espaço urbano, tendo como experiência o conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu, e sua relação com a cidade. Problematisa como as concepções do espaço (representações do espaço), através das políticas habitacionais do Estado, manifestas, sobretudo, na construção dos conjuntos habitacionais, se relacionam com a dimensão do espaço vivido (espaços de representação) da prática cotidiana dos moradores. Para tanto, realiza uma leitura do processo de produção do espaço metropolitano de Fortaleza, discutindo as desigualdades sócioespaciais, as favelas e a constituição dos espaços periféricos empobrecidos na cidade, descrevendo o bairro Jangurussu, onde foi construído o conjunto Maria Tomásia, como manifestação das desigualdades na cidade. Delineia-se a relação entre Estado e mercado na produção do espaço através dos direcionamentos da política habitacional, abordando os períodos emblemáticos e suas consequências no espaço de Fortaleza. Segue-se com a análise da dimensão do espaço vivido na cidade, através da experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, na qual se buscou discutir o cotidiano da população, as práticas espaciais, as desigualdades de acesso aos bens públicos, bem como as formas de reprodução da vida e possibilidades de apropriação, tendo em vista a própria limitação da política habitacional do Estado e deste como mediador de interesses conflituosos. Foi realizada pesquisa amostral com aplicação de 40 questionários sócio-econômicos e 07 entrevistas semiestruturadas em profundidade para adentrar os conteúdos do espaço vivido, visando compreender o cotidiano da população e discutir o tema da remoção de comunidades para áreas periféricas, bem como vislumbrar a constituição do direito à cidade, através da luta e das possibilidades de apropriação do espaço e realização da vida urbana.

Palavras-chave: Urbanização. Desigualdades Socioespaciais. Política Habitacional. Espaço percebido, concebido e vivido. Cotidiano.

ABSTRACT

This research aims at understanding the spatial production in the metropolis of Fortaleza through the relationship between space conceived and lived space, having as experience the Maria Tomasia housing in the neighborhood Jangurussu. It discusses how the concepts of space (representations of space) through the housing policies of the state, manifested mainly in the construction of housing developments, relate to the dimension of living space (spaces of representation) of the daily practice of the locals. The study presents a reading of the production process of the metropolitan area of Fortaleza, discussing socio-spatial inequality, slums and the impoverished constitution of peripheral spaces in the city, describing the neighborhood Jangurussu, where the Maria Tomasia housing was built, as a manifestation of inequalities in the city. It outlines the relationship between state and market in the production of space through housing policy directions, covering the emblematic periods and its consequences within Fortaleza. It follows with the analysis of the dimension of the living space in the city, through the experience of the Maria Tomasia housing, which aimed to discuss the daily life of the population, spatial practices, inequalities in access to public goods, as well as forms of reproduction of life and possibilities of appropriation, in view of the very limited housing policy of this state and to mediate conflicting interests. Sample survey was conducted with the application of 40 socioeconomic questionnaires and 07 in-depth semistructured interviews to enter the contents of lived space, aiming to understand the daily life of the population and discuss the issue of removal of communities to outlying areas, as well as a glimpse of the constitution of the right to the City, through struggle and the possibilities of space appropriation and realization of urban life.

Keywords: Urbanization. Socio-spatial Inequalities. Housing Policy. Perceived, conceived and livedspace. Daily Life

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - População em Fortaleza – 1872 – 2010.....	48
Imagem 2 - Espacialização da migração pendular na RMF (2010).....	50
Imagem 3 - Rendimento mensal do chefe de domicílio nos bairros de Fortaleza – 2000.....	56
Imagem 4 - Disposição das Favelas em Fortaleza-CE, 2009.....	59
Imagem 5 - Comunidade Vila Cazumba em Fortaleza (2001).....	63
Imagem 6 - Comunidade Lagoa da Zeza em Fortaleza (2010).....	63
Imagem 7 - Catadores de material reciclável no Lixão do Jangurussu, Fortaleza (1992).....	72
Imagem 8 - Comunidade Campo Estrela às margens da lagoa das Pedras, bairro Jangurussu, Fortaleza – 2012.....	75
Imagem 9 - Ocupação vitória, bairro Jangurussu, Fortaleza – 2012.....	76
Imagem 10 - Residencial PAR São Francisco (ao fundo) e Residencial Parque Nova Neópolis (à direita), condomínio particular, bairro Jangurussu, Fortaleza – 2012.....	77
Imagem 11 - Conjunto habitacional inacabado Patativa do Assaré, bairro Jangurussu, Fortaleza – 2012.....	78
Imagem 12 - Comunidade Lagoa da Zeza, bairro Jardim das Oliveiras, Fortaleza – 2008.....	82
Imagem 13 - Comunidade Vila Cazumba, bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza – 2008.....	83
Imagem 14 - Conjunto Habitacional Prefeito José Walter – Fortaleza (1978).....	103
Imagem 15 - Moradas de madeira no entorno da Lagoa da Zeza e situação do esgotamento sanitário, Fortaleza (2006).....	119
Imagem 16 - Unidade habitacional edificada em madeira, sob palafitas, alocada na faixa de preservação ambiental da Lagoa da Vila Cazumba, Fortaleza (2006).....	119
Imagem 17 - Notícia em jornal local sobre violência no conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2011).....	137
Imagem 18 - Homicídios por bairro em Fortaleza – 2009.....	140

Imagem 19 - Moradores visitam obras do conjunto Maria Tomásia antes da remoção, Fortaleza (2008).....	142
Imagem 20 - Conjunto Maria Tomásia no terceiro de ocupação, Fortaleza (2012).....	142
Imagem 21 - Notícia sobre mandato de despejo de famílias no conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2011).....	145
Imagem 22 - População extremamente pobre nos bairros de Fortaleza (2012).....	154
Imagem 23 - Conjunto Habitacional Maria Tomásia, Jangurussu, Fortaleza 2012.....	160
Imagem 24 - Centro multiuso do conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2012).....	161
Imagem 25 - Palestra com crianças no centro multiuso do conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2012).....	162
Imagem 26 - Evento promovido pelo Centro de Missões do Ceará no conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2012).....	162
Imagem 27 - Manifestação popular contra remoção em Fortaleza (2012).....	170
Imagem 28 - Manifestação popular pelo direito à moradia em Fortaleza (2012).....	171

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Metropolitana de Fortaleza.....	46
Mapa 2 - Localização do bairro Jangurussu com vias de acesso e equipamentos públicos, Fortaleza (2012).....	70
Mapa 3 – Carta Imagem de localização do bairro Jangurussu com vias de acesso e equipamentos públicos com Ortofoto, Fortaleza (2012).....	71
Mapa 4 – Carta Imagem do Conjunto Habitacional de Interesse Social Maria Tomásia, Jangurussu, Fortaleza (2012).....	79
Mapa 5 – Localização do Conjunto Habitacional Maria Tomásia, Jangurussu, Fortaleza – CE.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população de Fortaleza – 1872 a 2010.....	48
Tabela 2 - População residente, extensão territorial e densidade demográfica dos municípios que compõem a RMF em 2010.....	51
Tabela 3 - Déficit habitacional no Brasil – 2009.....	58
Tabela 4 - Construção de habitação popular em Fortaleza, 1940- 1963.....	98
Tabela 5 - Perfil dos entrevistados (as) no conjunto Maria Tomásia em 2012.....	128
Tabela 6 - Mortes violentas nos bairros da regional VI em Fortaleza (2007-2009).....	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População da Lagoa da Zeza e Vila Cazumba por faixa etária (FORTALEZA, 2006).....	115
Gráfico 2 - Chefes de família na Lagoa da Zeza e Vila Cazumba segundo sexo (FORTALEZA, 2006).....	116
Gráfico 3 - Distribuição das famílias, segundo condição de moradia (FORTALEZA, 2006).....	117
Gráfico 4 - Distribuição dos imóveis, segundo os materiais de construção (FORTALEZA, 2006).....	118
Gráfico 5 - Tempo de moradia dos entrevistados segundo pesquisa direta no Conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).....	143
Gráfico 6 - Local de origem dos moradores entrevistados segundo pesquisa direta no Conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).....	146
Gráfico 7 - Composição familiar segundo pesquisa direta no conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).....	151
Gráfico 8 - Condição funcional dos moradores do conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).....	152
Gráfico 9 - Renda familiar segundo pesquisa direta no conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).....	153
Gráfico 10 - Maior escolaridade de algum membro da família residente no conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).....	155
Gráfico 11 - Principais necessidades apontadas pelos moradores no conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação
CEF - Caixa Econômica Federal
CMP - Central de Movimentos Populares
COHAB-CE - Companhia de Habitação do Estado do Ceará
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FBFF - Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC - Fernando Henrique Cardoso
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
HABITAFOR - Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
IAP's - Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPECE - Instituto de Pesquisa do Ceará
IPLANCE – Fundação Instituto de Planejamento do Estado do Ceará
MCMV - Minha Casa, Minha Vida
METROFOR - Metrô de Fortaleza
OP - Orçamento Participativo do Município
PAR - Programa de Arrendamento Residencial
PHIS - Política Habitacional de Interesse Social de Fortaleza
PIB - Produto Interno Bruto
PMF - Prefeitura Municipal de Fortaleza
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
SEINF - Secretaria de Infraestrutura do Município
SEINF - Secretaria de Infraestrutura do Município
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SPC - Sistema de Proteção ao Crédito
SUDENE - Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste
Transfor - Programa de Transporte Urbano de Fortaleza
VLT - Veículo Leve sob Trilho
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. URBANIZAÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO HABITACIONAL	29
1.1 A produção espacial de Fortaleza e Região Metropolitana	44
1.2 O bairro Jangurussu e o Conjunto Habitacional Maria Tomásia como manifestação das desigualdades socioespaciais na Metrópole.....	67
2. ESTADO E POLÍTICAS HABITACIONAIS: A DIMENSÃO ESPACIAL NA METRÓPOLE CEARENSE	85
2.1 O Governo Vargas: da ideologia da casa própria à atuação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs)	93
2.2 A produção do BNH: os grandes conjuntos habitacionais no espaço metropolitano	100
2.3 O período de redemocratização e as intervenções em Fortaleza-CE.	104
2.4 A política habitacional no século XXI: avanços, contradições e possibilidades	106
2.5 A população-alvo do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	113
3. O COTIDIANO NO CONJUNTO MARIA TOMÁSIA: PRÁTICAS ESPACIAIS NO ESPAÇO VIVIDO	123

3.1 Quando os sujeitos se revelam na fala: o processo das entrevistas e os (as) entrevistados (as)	127
3.2 A vida cotidiana dos (as) entrevistados (as)	129
3.3 Das comunidades removidas ao conjunto Maria Tomásia: conflitos e superações	132
3.4 Três anos após a remoção: das condições de trabalho e renda ao acesso aos serviços públicos	150
3.5 A dimensão do lazer: alienação e possibilidades	163
3.6 Remoção/deslocamento compulsório: para quê, para quem?	166
3.7 Utopia e direito à cidade	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
ANEXOS	187

INTRODUÇÃO

A produção histórica do espaço urbano de Fortaleza e o posterior processo de metropolização se dão através da relação entre Estado, capital, mercado imobiliário e população. A urbanização conflituosa e desigual de Fortaleza fez da cidade um território de lutas cotidianas, diante da marcada injustiça social que se manifesta em seus 116 bairros.

A maioria dos bairros da cidade é carente de infraestrutura urbana e social, caracteriza-se, portanto, como um espaço periférico por suas carências de transporte, de serviços, de comunicações da grande parte da população residente, em geral empobrecida e moradora de favelas, ou em residências inacabadas feitas pela autoconstrução. Ao mesmo tempo, os corredores centrais dos diversos bairros da cidade abrigam uma minoria de famílias de renda relativamente alta, onde podem ser observadas melhores condições de infraestrutura urbana e de moradia. Na cidade, também se observa a existência de vazios urbanos dotados com infraestrutura ao mesmo tempo em que parte da população ocupa espaços precários.

A Fortaleza contemporânea é fruto da urbanização e industrialização com o predomínio do setor de serviços e um amplo mercado informal, cujos indivíduos, além dos baixos salários, têm condições de vida fragilizadas pela exploração do trabalho e pelas restrições para a reprodução da vida expressas na mobilidade, na alimentação e, sobretudo, nas formas de se habitar a cidade.

Na cidade capitalista, a renda dos trabalhadores condiciona o tipo de moradia, o solo urbano é comercializado formalmente para aqueles que podem pagar, enquanto parte da população ocupa terrenos vazios, constrói moradias com materiais pouco resistentes, produzindo espaços que, apesar da ausência de infraestrutura urbana, contêm riquezas sociais expressas na solidariedade entre os habitantes e nas lutas organizadas por melhores condições de vida. Tal contradição também se observa pelo fato de existirem vazios urbanos com infraestrutura servindo à especulação imobiliária.

Com a expansão capitalista nas cidades e a progressiva transformação da habitação em mercadoria, que passa a ser acessada em função da renda dos trabalhadores, origina-se a contradição entre as necessidades de moradia da classe trabalhadora e as possibilidades de habitar

a cidade. Junto à incapacidade do sistema financeiro em proporcionar habitações para todos dentro da lógica de mercado e do Estado em satisfazer as necessidades da população, ainda que reconheça seu papel nesse provimento, existe a ideologia de que sempre existiu um problema relacionado à moradia e que ele sempre existirá, denominado por Villaça (s/d, p. 04) de “problema habitacional”.

Essas contradições conferem à população empobrecida a ocupação da periferia da cidade. Um dos principais responsáveis pelas desigualdades socioespaciais geradoras de lugares precários na cidade é o próprio Estado capitalista, cujas políticas habitacionais segmentadas, como a construção de conjuntos habitacionais em áreas sem infraestrutura urbana e pela relação com o mercado imobiliário, caracterizada pela valorização do solo urbano, criam e mantêm as desigualdades socioespaciais.

Em Fortaleza, os conjuntos habitacionais são construídos, assim como em grande parte das cidades que vivenciam contradições semelhantes, a partir das ações do Estado através da política habitacional que, para garantir a circulação do capital nas cidades e atender algumas necessidades da população, atua implementando programas que amenizam, ainda que não resolvam, a questão habitacional, a exemplo do conjunto habitacional Maria Tomásia, objeto desta pesquisa.

Os conjuntos habitacionais fruto das políticas do Estado são práticas concebidas por poucos para atender o interesse de muitos, onde se observa nos dias atuais práticas urbanísticas que remetem a experiências em muito criticadas por estudiosos e pela população, como a construção de grandes conjuntos habitacionais distantes da concentração material e social da cidade, lugares frios, racionalizados, concebidos com funções e conteúdos pré-definidos que reproduzem as desigualdades no no espaço urbano. No Brasil, a política habitacional começa timidamente para os operários, mas quando toma um vulto de massas, passa a predominar a construção de moradias em espaços periféricos ou sem infraestrutura urbana.

Ao limitar-se à construção da habitação possível de ser paga pelo sistema financeiro, o Estado atende à produção capitalista do setor habitacional, cujo movimento produtivo ocorre pela relação entre materiais de construção e valor do solo urbano, aferido pelos equipamentos e pela

infraestrutura urbana presentes que proporcionam, inclusive, a manutenção de vazios urbanos voltados para a especulação.

Manifestação concreta dessa contradição em Fortaleza é o caso do conjunto habitacional Maria Tomásia, experiência-objeto da pesquisa, que foi construído com 1.126 unidades habitacionais no bairro Jangurussu para receber, majoritariamente, duas comunidades pobres, a comunidade Lagoa da Zeza e a comunidade Vila Cazumba. Tais comunidades, por mais de 20 anos, ocuparam o entorno de lagoas integrantes da bacia do Rio Cocó, respectivamente nos bairros Jardim das Oliveiras e Cidade dos Funcionários, no eixo Sul da cidade.

Os bairros onde as comunidades estavam assentadas são urbanizados e possuem áreas valorizadas, uma vez que na porção leste existe a Avenida Rogaciano Leite e na porção oeste a BR 116, duas vias de extrema importância para a mobilidade urbana de Fortaleza. São também bairros que têm recebido cada vez mais infraestrutura por parte do Estado, além de investimentos econômicos e especulativos no setor imobiliário pela iniciativa privada.

Essa população empobrecida, ao longo do tempo e nos dias de hoje, tem sido impulsionada a ocupar áreas com carência de serviços públicos, mesmo com existência de vazios urbanizados, demonstrando o grau de desigualdades presente nas cidades brasileiras. Em geral, as moradias precárias expressam a baixa qualidade de vida dos trabalhadores, quem vêm a ocupar margens de lagoas, rios e dunas; exemplo da solução-problema popular de moradia na cidade capitalista que nega o habitar a grande parte da população sem renda suficiente para aquisição do solo urbano, num mercado inflacionado por valores especulativos.

O conjunto Maria Tomásia foi entregue às famílias em 2009 pela Prefeitura de Fortaleza em parceria com o Governo Federal, num contexto de expansão das políticas habitacionais, fazendo parte do programa de urbanização e integração de assentamentos precários, cuja ação ocorreu pela remoção das famílias para o conjunto e posteriormente a urbanização das lagoas e das áreas anteriormente ocupadas, esta última etapa estando ainda inconclusa e os espaços sob a custódia do governo para evitar novas ocupações na área.

Por sua vez, o bairro onde o conjunto Maria Tomásia foi construído é um dos mais precários de Fortaleza ao concentrar altos índices de violência, grande parte das áreas populares com ausência de saneamento, dentre outras infraestruturas urbanas e serviços públicos. Ao agregar-se a precariedade do bairro Jangurussu com a construção e o reassentamento das famílias no conjunto Maria Tomásia, modificou-se toda a dinâmica cotidiana da população reassentada, em virtude do novo local adverso de moradia, onerando a mobilidade ou mesmo impedindo-os de realizá-la devido à grande distância do conjunto de qualquer área de maior atividade dentro da cidade.

Some-se a prestação deficitária dos serviços públicos elementares, como saúde e educação, pois não foi previsto, desde o início do projeto, o aumento da capacidade de atendimentos dos equipamentos públicos no bairro em virtude do aumento populacional com a transferência de 1.126 famílias para o conjunto, ampliando o número de famílias em situação de escassez no bairro. Mais de três anos se passaram após a remoção das famílias e ainda são difíceis as formas de acessar serviços básicos, ter acesso ao lazer, junto às constantes situações de violência, desencadeadas por disputas pelo controle do tráfico de drogas.

Assim, o espaço geográfico aparece em suas contradições como produção e apropriação histórica desigual da sociedade. Nesse sentido, a produção do espaço aparece como condição, meio e produto das atividades humanas em sua complexa totalidade, a qual, ao se inserir no modo de produção capitalista, é regida pela lógica da produção de mercadorias.

Para compreender as contradições sociais, temos, no cerne do entendimento dos mecanismos de produção e reprodução da sociedade, o espaço geográfico, que pode ser encarado a partir da inter-relação de três dimensões apontadas por Henry Lefebvre (1991): o espaço percebido (prática espacial), o espaço concebido (representação do espaço) e o espaço vivido (espaço da representação). Ao compreender esta tríade de forma articulada, entende-se as formas de moradia na metrópole dadas por opressões e por segregações, mas também das singularidades da vida cotidiana, que perpassam a riqueza das relações sociais tecidas no espaço vivido.

A compreensão do espaço através dessa tríade diz respeito a uma visão dialética na qual percebido, concebido e vivido, ao invés de se

sobreporem, se articulam e se contêm, numa mediação entre o que Lefebvre (2001) chamou de “ordem próxima e ordem distante”. O conhecimento do espaço através dessas três dimensões permite aprofundar o entendimento de sua produção.

Em Catalão (2010), o **espaço percebido** corresponde à materialidade resultante das práticas da sociedade local e da urbanização brasileira que se deu sob o modo de produção capitalista. Seria o processo de urbanização de Fortaleza e a formação da questão habitacional na cidade, a relação contraditória entre os agentes produtores do espaço materializada na cidade através da distinção territorial de direitos, tal como se expressa no conjunto Maria Tomásia e no bairro Jangurussu.

O **espaço concebido** como aquele das leis urbanísticas, dos tecnocratas, o planejado, o ordenado da política habitacional, ou seja, as formas encontradas pelo Estado para intervir na questão habitacional das cidades por meio do planejamento urbano, tais concepções foram observadas por cientistas, órgãos oficiais, sua dimensão material em Fortaleza, seus períodos emblemáticos e suas ações geridas como opressão, mas também como possibilidade de apropriação, tais como a realizada em Fortaleza que resultou na construção do conjunto habitacional Maria Tomásia.

O **espaço vivido** como aquele que é experienciado no dia a dia das pessoas, do trabalho, da família, do lazer, nele se realizando a reprodução da vida, os caminhos trilhados pela população, seja de forma individual ou coletiva, nos quais se manifestam e se imbricam o real, o idealizado, o imaginado, sendo o *locus* de vida da população. Em nossa pesquisa, o espaço vivido é o da vida em comunidade no conjunto habitacional Maria Tomásia.

A política habitacional com suas soluções se apresenta como racionalidade concebida no espaço urbano onde cada lugar tem uma forma e função pré-definidas (moradia, comércio, lazer) que, a partir da apropriação humana, passa a tomar formas e contornos que podem atender à expectativa do Estado, dos planejadores ou não, revelando conflitos entre o concebido e o vivido, expressos no espaço percebido à luz da teoria lefebvriana. Desta forma, a **questão central é**: Como o espaço percebido capta as contradições entre o espaço concebido e o espaço vivido através da relação entre a política habitacional do Estado e a prática cotidiana dos moradores?

Explicar as contradições atuais remete para a compreensão dos processos históricos da produção do espaço, tendo-se as seguintes questões específicas: Como se formou a questão habitacional em Fortaleza? Quais os limites e as possibilidades da ação estatal, em termos de habitação (operária, popular, baixa renda ou interesse social) no Brasil, especificamente, em Fortaleza, capital e metrópole do estado do Ceará? Como explicar a solução-problema da moradia através da política de habitação popular? Como o Estado, na condição de sujeito produtor do espaço, se relaciona com os demais sujeitos produtores do espaço (população, empresariado, promotores imobiliários, entidades financeiras)? Como é o espaço vivido no conjunto habitacional? Como acontece a vida cotidiana da população que é receptora de projetos habitacionais no espaço vivido? Como essas famílias se estabeleceram na cidade, por que viviam em moradias precárias e foram enquadradas na política de casas populares do Estado? Como essa população se relaciona com a cidade? De que forma se apropria, percebe e produz espaço?

O termo “habitação de interesse social” diz respeito ao público-alvo das políticas habitacionais, e um conjunto de ações adotadas pelo Estado para atendimento da população de baixa renda, sendo também fruto da movimentação social em torno do direito à cidade e da luta pela reforma urbana. No entanto, ao se vincular com ações do Estado, o termo “interesse social” é permeado de estratégias de dominação de classes e de determinantes associados ao crescimento econômico do país, aquecimento da produção industrial, além da propagação de ideologias políticas e como forma de mediar os conflitos sociais e os interesses da população.

Mediante um leque de políticas, o Estado brasileiro tem promovido programas de habitação de interesse social, atuando na regulação das desigualdades sociais, mediando conflitos e interesses, tratando de forma estereotipada comunidades em moradias precárias, ocasionando o que Barbosa (2010, s/p) trata como uma “assistencialização recorrente da ação pública” para população empobrecida através das políticas sociais.

Assim, definimos o objetivo geral de nossa pesquisa como a compreensão da questão habitacional na metrópole Fortaleza através da

dialética da produção do espaço urbano, tendo como experiência o conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu, e sua relação com a cidade.

Para alcançar o objetivo proposto, debruçamo-nos sobre três objetivos específicos: analisar a questão habitacional sob o enfoque do espaço percebido durante a expansão da cidade e a consolidação da metrópole Fortaleza; verificar a política habitacional promovida pelo Estado no decorrer do século XX, destacando a produção do espaço urbano concebido a partir do conjunto habitacional Maria Tomásia; e, por fim, deslindar como o espaço é vivido pelos moradores através das práticas cotidianas e como se apropriam da cidade.

A escolha do conjunto habitacional Maria Tomásia, não se deu de forma aleatória, diz respeito a um exemplo da política habitacional contemporânea. Outro fator que influenciou na escolha do conjunto Maria Tomásia como experiência de estudo foi o grande quantitativo populacional realocado no bairro Jangurussu. A Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor) estima que foi removida uma população de 5.630 pessoas, aumentando a insatisfação da demanda dos serviços e infraestruturas sem contrapartida de investimentos públicos que acompanhassem o aumento da população.

Segundo, o deslocamento compulsório dessas famílias de um bairro central para um bairro periférico de Fortaleza também chamou atenção, uma vez que se modificou toda a dinâmica cotidiana dos moradores. Logo que o conjunto foi entregue às famílias, observamos situações de contentamento com a nova moradia e situações de aversão manifestadas no abandono, além da exposição à venda de algumas moradias.

Outro ponto para a escolha do Maria Tomásia está relacionado à atuação profissional técnica e na pesquisa científica. Durante a atuação profissional, foi possível acompanhar o processo de ocupação do conjunto habitacional. Portanto, devido ao acompanhamento, foi possível realizar reflexão sobre questões sociais e políticas a respeito dos programas de urbanização de assentamentos precários e da política habitacional no contexto nacional. Além da experiência profissional técnica, a escolha se motiva pela experiência vivida num conjunto habitacional desde a infância (no final da

década de 1980), permitindo a percepção atual de uma realidade semelhante e, ao mesmo tempo, distinta do espaço vivido.

Na Geografia, a questão habitacional vem sendo tratada dentro de um escopo que se fundamenta na discussão crítica do espaço, da cidade e do urbano como processo contraditório, elencando seus sujeitos, formas de dominação e apropriação do espaço urbano, cotidianos, resistências e utopias a sociedade capitalista e na busca da classe trabalhadora pelo direito à cidade.

A pesquisa tem como fio condutor o método regressivo-progressivo de Henry Lefebvre e como embasamento teórico a Geografia Crítica, partindo da compreensão dos processos de produção e reprodução espacial para se chegar à compreensão dos processos segundo a ordem próxima e distante de reprodução das relações de produção, a partir do estudo de caso do conjunto habitacional Maria Tomásia.

Os momentos do método regressivo-progressivo desdobram-se em três etapas¹: A descrição da realidade visível, coerente à experiência do pesquisar e à luz da teoria crítica; O Analítico-regressivo, que visa examinar a realidade relacionando as formas sociais a temporalidades distintas; Histórico-genético, que consiste na pesquisa do encontro com o presente situado na compreensão das contradições existentes resultantes de processos históricos, e a relação entre estruturas micro e macro de diversas temporalidades (MARTINS, 2011).

Dentre os principais procedimentos metodológicos, elencamos alguns adotados na pesquisa, sabendo que durante toda a discussão, direta ou indiretamente, reporta-se ao método, tal como se pode observar na descrição dos capítulos da dissertação. No primeiro momento, foram feitos levantamentos bibliográficos a respeito da temática do objeto, captação de dados oficiais em órgãos públicos e as visitas de campo.

¹a) Descriptivo. Observación, pero informada por la experiencia y una teoría general. En primer plano: la observación sobre el terreno. Utilización prudente de las técnicas de encuesta (entrevistas, cuestionarios, estadísticas). b) Analítico-regressivo. Análisis de la realidad escrita. Intento de fecharla exactamente (para no contentarse con una relación de arcaísmos sin fecha, sin comparación unos con otros). c) Histórico-genético. Estudio de las modificaciones aportadas a la estructura en cuestión, una vez fechada, por el desarrollo ulterior (interno o externo) y por su subordinación a estructuras de conjunto. Intento de una clasificación genética de las formaciones y estructuras, en el marco del proceso de conjunto. Intento, por tanto, de regresar a lo actual precedentemente descrito, para reencontrar lo presente, pero elucidado y comprendido: explicado. (LEFEBVRE, 1975, p. 71).

Na pesquisa bibliográfica, destacamos o encontro com as leituras de Lefebvre (1991, 1999, 2001, 2008), Carlos (2006, 2007) e Santos (2009), elucidando aspectos relativos à produção do espaço e reprodução das relações de produção, à urbanização das cidades, à urbanização da sociedade como tendência e ao caso da urbanização brasileira, com ênfase na situação das metrópoles. No que tange à discussão acerca do Estado e dos mecanismos de dominação e controle, destacamos a utilização dos trabalhos de Lefebvre (2008), Barreira (1991), Harvey (2005) e Marx (1988).

Em relação à habitação e suas contradições na cidade, foram imprescindíveis as leituras dos trabalhos de Engels (1975), Correa (1995) e Damiani (1993), Barbosa e Souza (2009). Acerca de Fortaleza, discutindo a produção espacial, inserção e relação da cidade com o modo de produção capitalista gerador de desigualdades, utiliza-se os trabalhos de Silva (1992, 2007, 2009), Smith (2001), Bernal (2004), Araújo e Carleial (2003), dentre outros, relacionando a discussão da moradia na metrópole às suas diferentes formas de realização condicionadas à renda.

Quanto à política habitacional, destacam-se os trabalhos de Bonduki (2008), Pequeno (2008), Aragão (2010), no entendimento das políticas habitacionais ao longo do século XX, sobretudo a partir da intervenção do Banco Nacional de Habitação (BNH) na segunda metade do século, bem como sobre a atual política habitacional no país e em Fortaleza. Para entendimento das políticas habitacionais no plano local, foi imprescindível a leitura do livro “Revisão da política habitacional para populações de baixa renda” (IPLANCE, 1978). Outra literatura importante para tratar de Fortaleza e suas contradições foi o “Atlas de Fortaleza” (ARAÚJO; CARLEIAL, 2010), no qual encontramos dados sobre a metrópole espacializados, possibilitando a comparação entre diferentes bairros e a verificação de heterogeneidades no interior do espaço urbano.

A coleta de dados secundários foi feita junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde recolhemos dados referentes aos Censos Demográficos, bem como dados de outras séries estatísticas. Junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), foram coletados dados gerais sobre a capital cearense e dados específicos acerca das políticas habitacionais e ações executadas pelo poder público municipal. Para melhor discorrer sobre o bairro,

utilizamos a divisão administrativa da cidade, instituída pela (PMF), que definiu em Fortaleza 06 (seis) unidades administrativas nomeadas de Regionais, estando o bairro Jangurussu situado na Regional VI. No Governo do Estado do Ceará, foram coletados dados acerca da situação de Fortaleza em relação aos outros municípios. Através de banco de dados municipais disponíveis no Instituto de Pesquisa do Ceará (IPECE), foi possível evidenciar o grau de concentração de riquezas e serviços na capital se comparados aos dados dos outros municípios (PERFIL BÁSICO DE FORTALEZA, 2011). A partir dos dados coletados, foram elaboradas cartas temáticas (mapas) para complemento da pesquisa teórica e empírica.

Este trabalho também se fundamenta em pesquisa direta quantitativa e qualitativa, com procedimento metodológico na adoção do estudo de caso (BRESSAN, 2000), tendo em vista a complexidade do objetivo proposto e a busca pelo relacionamento entre o teórico e o empírico. Como instrumento de pesquisa direta para coleta de dados primários, foi elaborado questionário semiestruturado para aplicação aleatória com moradores e moradoras do conjunto Maria Tomásia. O número total de questionários foi obtido mediante cálculo estatístico para definição da amostra a ser pesquisada, realizando-se 40 enquetes nos meses de fevereiro, abril e outubro de 2012, com perguntas diretas e outras abertas visando conhecer alguns aspectos do perfil da população, a opinião sobre o conjunto habitacional em que moram, bem como os problemas que os assolam.

A aplicação dos questionários também auxiliou no contato com a população para a posterior gravação de entrevistas com perguntas semiestruturadas, realizadas no mês de outubro de 2012, em que foram entrevistados 07 moradores e moradoras de diferentes perfis (chefes de família, jovens, idosas). Para melhor aproveitamento desses momentos, foi definido um roteiro com perguntas norteadas por quatro pontos: a vida em Fortaleza, o morar no conjunto habitacional, o trabalho e o lazer.

No trabalho de campo desenvolvido ao longo da pesquisa, foram realizadas visitas ao bairro Jangurussu e ao conjunto Maria Tomásia para registro fotográfico, verificação da infraestrutura urbana, aplicação dos questionários, realização das entrevistas, observação da dinâmica social e diálogos com a população, e ainda a verificação das condições da Lagoa da

Zeza e Vila Cazumba após a remoção das famílias para o conjunto Maria Tomásia.

A metodologia e os resultados da pesquisa de campo permitiram a análise e redação da pesquisa e sua entuturação nos seguintes capítulos:

1) Urbanização Capitalista e Questão Habitacional: o objetivo deste capítulo foi tratar da questão habitacional e suas problemáticas relacionando-as com a produção do espaço urbano em Fortaleza e o processo de urbanização e metropolização sob o modo de produção capitalista, sendo a primeira dimensão da tríade espacial, o espaço percebido, a manifestação concreta e aparente de Fortaleza vista numa relação dialética que envolve práticas sociais de diversos agentes produtores do seu espaço. A importância desse processo na dimensão material da cidade e no aprofundamento das contradições espaciais, observadas através do conjunto Maria Tomásia, no bairro Jangurussu, como expressão das desigualdades socioespaciais em Fortaleza, conclui-se com elementos empíricos do conjunto Maria Tomásia e do bairro Jangurussu a fim de aproximar o leitor do objeto.

2) Estado e Política Habitacional: a Dimensão Espacial na Metrópole Cearense: Discorre-se e analisa-se as ações do Estado na implementação de políticas habitacionais no país e como essas ações se deram no espaço de Fortaleza e Região Metropolitana, enfatizando os períodos emblemáticos: o período Vargas e os Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs (1930-1945); a produção do Banco Nacional de Habitação (BNH) durante o regime militar; o período de redemocratização e as intervenções em Fortaleza; por fim, o período que se inicia com a aprovação do Estatuto das Cidades no ano de 2003, seguido pela eleição do Presidente Lula, a partir da qual emergiram novos marcos teóricos no que tange às políticas urbanas e habitacionais, fruto de condicionantes políticos, econômicos e sociais para a política habitacional de interesse social em Fortaleza. Discute-se a produção do espaço pela dominação e concepção do Estado, onde o espaço é produzido como valor de troca, como funcionalidade e racionalização das necessidades humanas, diferente da produção espacial pela apropriação, na qual predomina o valor de uso do espaço vivido, carregado de simbolismo (LEFEBVRE, 2008).

3) O Cotidiano no Conjunto Maria Tomásia: Práticas Espaciais no Espaço Vivido, no qual se discute as contradições entre apropriação e

dominação do espaço através da relação entre a apropriação pela população e a dominação promovida pelo Estado. O espaço concebido é tido como o espaço dos planejadores, do Estado, onde o uso é colocado em segundo plano, e a condição de valor de troca é elevada como a primordial. Nos espaços concebidos, o cotidiano é programado de acordo com a função concebida para o espaço, a exemplo do Conjunto Maria Tomásia. O espaço vivido refere-se àquele da apropriação, ligado ao valor de uso, como possibilidade de habitar a cidade e lutar contra a alienação e a dominação capitalista, remetendo para o *direito à cidade* como possibilidade de realização da vida, através do uso do espaço (LEFEBVRE, 2008).

Ainda neste capítulo, discute-se o direito à centralidade, à mobilidade (o ir e vir da cada dia), aos espaços públicos e aos equipamentos sociais, tais como áreas de lazer, escolas, acesso à saúde, dentre outros, como importantes componentes do *direito à cidade*.

No entanto, faz-se necessário não confundir o direito à habitação como a plenitude do *direito à cidade*, trabalhado por Henry Lefebvre (2001), pois o *direito à cidade* trata de uma perspectiva ampliada, chegando à utopia, ao vir-a-ser, devendo ser compreendido também como possibilidade, realização contínua do bem-estar e da apropriação humana em detrimento da propriedade privada, da mercantilização do espaço.

Sendo assim, cada capítulo buscou contemplar os objetivos da pesquisa e as dimensões apontadas como constituintes do espaço geográfico (percebido, concebido, vivido), que servem para se chegar ao entendimento do espaço e suas contradições como um todo, encerrando-se com uma discussão acerca do direito à cidade.

Em relação ao direito à cidade, observa-se que a política habitacional do Estado, pautada na construção de moradias em espaços sem infraestrutura da cidade e com pouca mobilidade, especialmente a partir da metade do século XX, não atende às necessidades dos cidadãos que, em espaços periféricos, são alijados de viver a cidade em todas as possibilidades sociais e culturais oferecidas por ela. Ainda assim, o tensionamento das ações do Estado para priorização dos direitos da população tem sido um elemento de grande importância na luta pelo espaço.

1. URBANIZAÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO HABITACIONAL

A habitação representa uma das mais importantes formas de materializar a vida no espaço, ela se apresenta como mais que um abrigo, paredes frias onde uma família estabelece relações íntimas e se protege do “mundo lá de fora”. A habitação é, portanto, entendida como moradia, pois é dotada de práticas sócioespaciais que vão além do espaço físico da casa.

As formas e possibilidades de habitar expressam as múltiplas facetas da vida urbana, a exemplo da maneira como as diferentes classes sociais se apropriam da cidade, demonstrando desigualdades e diferentes tipos de sociabilidades, além dos níveis de riqueza e pobreza presentes na cidade. As funcionalidades da habitação e a relação social com o habitar, expressos na prática cotidiana dos moradores, se modificam ao longo dos séculos, por isso destacamos o período de acumulação capitalista, sobretudo neste início do século XX.

O crescimento capitalista nas cidades ocorre com a generalização das mercadorias e a exploração da classe trabalhadora, não possibilitando a satisfação de habitações dignas, pois os baixos salários, que permitem a ampliação capitalista, contraditoriamente dificultam a reprodução da vida. A formação de exército de reserva de força de trabalho, outra das características intrínsecas ao modo de produção capitalista, pressiona a população assalariada a manter-se nas condições impostas pelos empregadores, pois, ao reclamar ou desistir, há uma gama de trabalhadores à espera para venderem o que têm como bem, a força de trabalho. Assim, os trabalhadores tendem a diminuir os custos de sua reprodução submetendo-se à moradia de aluguel, à moradia em pequenos cômodos, à ocupação de terrenos precários de serviços públicos e infraestruturas.

A urbanização brasileira ocorreu com expressivo crescimento da população nas cidades, que migrou em virtude das condições precárias no campo e do potencial concentrador das cidades, principalmente com o advento da industrialização, acentuada no país no decorrer do século XX. A urbanização capitalista no Brasil se deu de forma diferenciada nas regiões e cidades, atuando na separação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho, junto com a expropriação dos meios de produção (SANTOS, 2009).

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, quase 85% da população brasileira encontra-se vivendo em espaços considerados urbanos. Ainda que tais números sejam polêmicos em virtude da discussão sobre assentamentos com características rurais classificados como urbanos, é inegável no Brasil de hoje a predominância urbana e a velocidade com que o país tem se urbanizado. Ainda assim, os números relevam realidades parciais, a vida nas cidades é permeada de relações sociais, com contradições e conflitos expressos nas desigualdades sociais, que no Brasil, bem como na América Latina, se manifestam, dentre outros aspectos, na questão habitacional.

A questão habitacional refere-se à enorme disparidade entre as necessidades de moradia da população pobre e as possibilidades de apropriação da cidade. Na modernidade, a cidade tornou-se expressão do espaço vivido, ao mesmo tempo em que a ação do mercado e do Estado transformou a moradia em mercadoria possível de ser acessada mediante valor de troca. A parte da população empobrecida, sem condições de acessar a moradia no mercado formal (financeiro, imobiliário), se vale de outras formas para viver na cidade e baixar os custos da reprodução de sua vida. A autoconstrução e a formação de favelas são típicas da realidade que emergiu junto com o processo de urbanização do Brasil e que assumiram diferentes formas de manifestar-se na paisagem urbana, assim como possibilitaram uma gama de relações sociais e práticas cotidianas em seu interior.

As desigualdades de acesso à moradia ocorrem desde as cidades antigas e na idade média, onde os grupos sociais se separavam em função da hierarquia social, riqueza, trabalho, mas, na modernidade, o capitalismo aprofundou tais desigualdades e os motivos de sua realização. Engels (1975, p. 47) observou esta tendência nos princípios da sociedade capitalista ao estudar a situação da classe operária na Inglaterra no século XIX, denunciando as situações de injustiça relacionadas a questão habitacional:

Todas as grandes cidades têm um ou vários bairros operários pobres onde se concentra a classe operária. É certo que muitas vezes a pobreza habita tugúrios escondidos perto dos palácios dos ricos, mas de uma maneira geral, lhe é atribuído um terreno à parte, longe das vistas das classes mais felizes, onde o proletariado se governa sozinho, bem ou mal.

Os trabalhadores são levados às periferias e subúrbios, confinados em grandes áreas dormitórios. Tal realidade não é muito diferente da atual. Há semelhança ao processo vigente, sob novos nomes e formas, sendo outra forma de exploração do trabalhador, que extrapola o local de trabalho, construindo situações de negação de direitos culturais, materiais, residenciais.

As atuais manifestações das desigualdades sociais expressas na moradia também fazem parte do processo de separação do trabalhador do produto do trabalho, que se realiza através da separação entre o local do trabalho e da moradia, sendo um fenômeno típico das grandes cidades. No entanto, é um processo que não afeta somente o proletariado, podendo ocorrer como opção de parte da população, sobretudo das elites, em se afastar das grandes cidades e, com isso, dos seus problemas, tais como a violência, o tráfico de drogas, a poluição sonora (SOUZA, 2003).

Em Fortaleza, observa-se as disparidades de direitos, sobretudo de moradia, pelo número de favelas que abrigam cerca de 15% da população (IBGE, 2010). As favelas retratam as condições insalubres de vida da população pobre em Fortaleza e do espaço urbano precário pela ausência de serviços públicos, de infraestrutura urbana, com habitações de baixa qualidade de materiais e irregularidade na propriedade fundiária. No entanto, o termo favela comporta mais do que as condições materiais e as carências do espaço urbano, representa as opressões do capitalismo e as resistências cotidianas da população, manifestas nas lutas sociais por reconhecimento de direitos e melhores condições de vida.

A população pobre sujeita a espaços precários significa condições desiguais de acesso à educação, saúde, lazer e cultura, manifestas na paisagem urbana e confirmadas nos indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH²).

O bairro Jangurussu, em Fortaleza, por exemplo, onde está localizado o conjunto habitacional Maria Tomásia, tem um dos índices de desenvolvimento humano por bairro do município (IDH-M) mais baixos da cidade. Isto indica que a população tem oportunidades limitadas em termos da

² Tal índice usa três eixos e suas variações (educação, longevidade e renda) como critério de avaliação para medir a qualidade de vida nos países e nas cidades.

realização de seus direitos elementares em comparação com residentes de outras áreas da cidade e de outra parte da população.

Em Fortaleza e Região Metropolitana (RMF) constata-se o aumento das residências de alto padrão nos municípios litorâneos que compõem RMF e em condomínios fechados distantes das centralidades de comércio popular. O mercado imobiliário tem importante papel nessa dinâmica, pois cria esses espaços no mercado e os coloca à disposição de quem pode pagar pelo isolamento do que considera negativo na cidade, com toda a infraestrutura desejada, a exemplo dos bairros Sapiranga-Coité, Cidade dos Funcionários e Meireles.

Esses tipos de moradia não se excluem na cidade, eles se dão de forma dialética, na qual a existência de vazios urbanos, de espaços populares, de áreas com predominância de moradias de luxo e das políticas urbanas e habitacionais formam nuances da cidade. Não há uma homogeneidade das tipologias habitacionais e de renda nos bairros de Fortaleza, apesar de haver certos predomínios, como mostra o estudo de Araújo e Carleial (2003) sobre a convivência da opulência e da miséria nos bairros de Fortaleza, provados através da análise crítica dos dados do Censo do IBGE (2000).

Essa relação também contém as desigualdades sócioespaciais induzidas pelas ações do Estado, que, na medida em que ocorrem, contêm também as estratégias do mercado imobiliário, denominada por Lefebvre (1999) de “segregação programada”, na qual as ações deste agente na concepção de espaços para determinados usos, através de planos urbanísticos, construção de conjuntos habitacionais na periferia das cidades, atende à reprodução do capital no espaço urbano e, em pequena parte, aos interesses da população, para Carlos (2007, p. 96):

Tal fato ameaça, diretamente, a vida urbana a partir da destruição de áreas imensas, com a perda das relações de vizinhanças, diminuição das possibilidades de encontro, deterioração dos espaços públicos, bem como pela excessiva normatização dos lugares da vida permeados de interditos que esvaziam o uso, expulsando o corpo.

Os diferentes tipos de disparidades na cidade não fogem ao fato de a mundialização do capital e a inserção dos países, inclusive do Brasil, nessa dinâmica ocorrer com conflitos, contradições e lutas, que passam a constituir a

nova problemática urbana. A complexidade da formação e situação atual dos espaços, sobretudo metropolitanos, como expressão da modernidade, aponta para o aprisionamento da vida cotidiana pelo capital e pela precarização das relações sociais:

A cidade moderna, porém, é abastecida quase exclusivamente, por uma produção destinada ao mercado, ou seja, destinada a compradores completamente desconhecidos. [...] o interesse de cada uma das partes adquire uma dimensão de incontornável objectivismo (SIMEL, 1997, p. 33).

A reprodução ampliada e as novas condições materiais do capitalismo estão intimamente relacionadas aos processos capitalistas de manutenção e disseminação socioespacial de suas estruturas, tanto em nível da reprodução do cotidiano, da reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, quanto das condições gerais e das relações sociais de produção. A produção e organização do espaço passam a desempenhar papel fundamental na urbanização (LEFEBVRE, 2008).

O Estado tem papel fundamental na disseminação das estruturas do capitalismo ao criar as condições necessárias para o seu desenvolvimento e reprodução, tais como na construção de vias, portos, rebaixamento de impostos para aquisição de automóveis, o que Santos (2009) denominou de meio técnico-científico e informacional.

As políticas de Estado que incidem diretamente sobre o espaço urbano, tal como a política habitacional, criam condições para reprodução da classe trabalhadora, através da distribuição de benefícios como a moradia, mas também proporcionam condições de desenvolvimento do capital, a exemplo do aquecimento do mercado da construção civil, a criação de leis ordenadoras, zoneamentos, dentre outros.

As políticas habitacionais tiveram grande incidência no espaço urbano, tendo a construção de conjuntos habitacionais como uma de suas principais características. Damiani (1993), ao estudar a política habitacional na metrópole São Paulo, através da construção de conjuntos habitacionais, chama atenção para o fato de que os conjuntos habitacionais:

Aparecem como uma de suas versões mais vulgarizadas. Neles, especialmente o cotidiano programado parece encontrar sua forma mais adequada. Catalogando e discernindo necessidades e as isolando no terreno. Tudo é concebido separado, projetado isoladamente, sobre “ilhas” desunidas: as áreas de serviço e comércio, as de lazer e de habitação (DAMIANI, 1993, p. 228).

Em Fortaleza, existem vários exemplos dessa prática urbanística de construção de conjuntos habitacionais para a classe trabalhadora, como os bairros Conjunto Ceará, Prefeito José Walter, o conjunto habitacional Maria Tomásia, em Fortaleza; e os Conjuntos Novo Oriente e Acaracuzinho, na Região Metropolitana, no município de Maracanaú.

No país, a partir de 1930, o Governo Vargas programou uma série de ações em diversos âmbitos sociais, tais como emprego, habitação, dentre outros. Tais ações serviram de estratégia de fortalecimento do crescimento urbano e industrial capitalista no Brasil. A questão da habitação tida como questão social dentro da realidade brasileira, tendo início a política habitacional no Brasil (BONDUKI, 1998).

O governo Vargas habilitou os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) a criar suas carteiras prediais, facilitando o acesso dos trabalhadores de diversas classes à habitação. De acordo com Bonduki (1998), no período que vai dos anos 1930 até por volta de 1960, a política de habitação social teve destaque na produção das habitações sociais, pois as formas das construções não seguiam um padrão.

O aumento significativo na provisão de habitações para a classe trabalhadora, contudo, não beneficia aqueles sem vínculo empregatício formal, portanto, sem condições de acessar a casa própria, que passaram para autoconstrução e tornaram-se produtores do espaço urbano, adquirindo lotes periféricos com ou sem regularização fundiária.

Ao adquirir lotes periféricos, amplia-se também a lógica da propriedade, do *habitat* em detrimento do *habitar* a cidade. Além disso, essa forma de acesso à moradia revela também desigualdades nas estratégias de sobrevivência das camadas populares mais pobres que, por sua vez, refletem diretamente nos espaços habitados, nas formas de ocupação, como é o caso da evolução das favelas.

Nos governos militares, a política habitacional assume forma direta e centralizada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), canalizando recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de outras fontes, operacionalizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), sendo o BNH agente direto da formulação, controle e execução de programas habitacionais para famílias de baixa renda.

A produção habitacional, mediante as políticas do BNH, foi de grande relevância na configuração espacial das metrópoles brasileiras, sobretudo com a construção dos conjuntos habitacionais. Em Fortaleza, as áreas destinadas para a construção de habitações para população pobre foram de difícil mobilidade e acessibilidade em relação ao centro da cidade, ocasionando, não somente em Fortaleza, mas no país, a:

[...] “periferização” das populações mais pobres, seja aquelas de baixíssima renda, confinadas em favelas e loteamentos irregulares e clandestinos, seja aquelas de renda um pouco superior, que passaram a morar nos conjuntos do BNH. As áreas centrais e arredores imediatos, ocupados pelas camadas de renda mais alta, fruto dos sucessivos loteamentos formais implantados a partir das primeiras décadas deste século, são aquelas privilegiadamente beneficiadas pela infra-estrutura urbana, seletivamente mantidas em bons padrões de habitabilidade, serviços e equipamentos urbanos. (SOUZA, 2000, p. 72).

Na década de 1980, a política nacional no Brasil passou por outras mudanças, o BNH foi extinto e suas funções delegadas à Caixa Econômica Federal (CEF), que passou a executar ações fragmentadas que não atendiam à crescente demanda da realidade nacional. Após a extinção do BNH, Cardoso (2002 apud PEQUENO, 2008) chama a atenção para um processo de descentralização das ações no âmbito habitacional: foi repassada aos municípios a responsabilidade de gerir as políticas habitacionais sem que eles tivessem construído aparatos legais e técnicos para executar as ações. Além disso, havia deficiência orçamentária pela falta de priorização dos investimentos públicos para a política habitacional para população empobrecida e sem vínculo empregatício. A descentralização dos recursos para execução da política não ocorreu ao mesmo tempo em que a descentralização institucional.

Dessa forma, as contradições pertinentes à realidade das cidades brasileiras estavam expressas no acesso segmentado à moradia. Ao estudar as políticas habitacionais e o processo de favelização em Fortaleza, Pequeno (2008, p. 4) aponta mudanças na forma como a questão habitacional foi tratada, destacando:

Três grandes períodos podem ser apontados: um que antecede o reconhecimento da favela e de seu conteúdo social como parte da cidade, marcado pela remoção e pelo re-assentamento distante; um intermediário, em que a favela como *locus* da miséria torna-se alvo de intervenção parcial e fragmentada, sem que questões estruturais viessem a ser mencionadas; e por fim, a fase atual que avança na formulação de intervenções integradas, abrangendo regularização fundiária, desenvolvimento sócio-ambiental, fortalecimento comunitário e direito à cidade e à moradia.

A fase atual à qual o autor se refere diz respeito ao período iniciado no século XXI, sobretudo com a aprovação do Estatuto das Cidades no ano de 2003, após passar 10 anos em tramitação no Senado Federal. Com a aprovação desse marco regulatório, buscado pela sociedade civil, estudiosos e movimentos sociais, pode-se dizer, passaram a ocorrer modificações no âmbito do Estado e das exigências populares com relação às formas de intervir na questão habitacional nas cidades brasileiras, com novas diretrizes, participação popular, e como instrumento para tencionar as decisões do Estado em favor da população pobre, na maior transparência nas ações urbanas e habitacionais e na discussão dos projetos de intervenção com as comunidades a serem afetadas.

Mesmo com o avanço nas políticas urbanas e habitacionais, constatado após a aprovação do Estatuto das Cidades, a questão habitacional e as intervenções do Estado não se isentam de contradições, como no caso do conjunto habitacional Maria Tomásia, originado da Política Habitacional de Interesse Social (PHIS), que se consolidou em Fortaleza mediante lei Nº 8918 de 24 de dezembro de 2004, dentro do programa de urbanização e integração de assentamentos precários do Governo Federal.

Apesar de o conjunto Maria Tomásia estar incluso no contexto que Pequeno (2008) trata como avanço nas políticas habitacionais, por se tratar de uma concepção de Estado, sua construção se deu contrariando estudos e discussões no meio acadêmico como entre populares, sobre os problemas na

concepção de conjuntos habitacionais distantes dos antigos locais de moradia, do comércio, dos serviços públicos e nas dificuldades de integração desses espaços com o tecido urbano, junto às dificuldades de adaptação enfrentadas pela população.

A isso, somam-se os novos custos que o Estado teve de empreender para levar a esses conjuntos habitacionais, em áreas sem infraestruturas urbanas, uma série de serviços e obras que poderia ser aproveitada caso a construção desses conjuntos se desse em terrenos de melhor localização dentro da cidade, incidindo positivamente sobre a reprodução da vida dos trabalhadores (as) e suas famílias.

A reprodução das relações de produção se realiza em diversas atividades, incluindo o *habitar*, o *habitat*, nas relações familiares, de vizinhança, no ir e vir dos lugares. O *habitar*, como prática social, guarda o sentido de pertencimento urbano. Ao contrário, nas cidades, historicamente, se dá a expulsão da classe trabalhadora para as periferias suburbanizadas, remetendo-os à lógica do *habitat*. O *habitat* é funcional à racionalidade dos espaços para dar lugar à tentativa de aprisionamento do homem na esfera da reprodução da força de trabalho.

Para Lefebvre (2001), o conceito de *habitar* refere-se a uma noção de pertencimento, de cotidiano relacionado ao direito de participar dos vários aspectos e espaços da cidade, da vida urbana: o morar, o ir e vir, o lazer, a festa, a prática social, a sociabilidade.

O *habitat*, por sua vez, está intimamente ligado às práticas concebidas pela classe dominante, por ideólogos, políticos, técnicos do Estado. Vislumbra-se na ascensão da propriedade privada uma possibilidade de separar o proletariado do seu trabalho. Tal prática faz desaparecer a realidade urbana com suas ruas, praças, espaços de encontro.

Durante o século XIX, o *habitar* e o *habitat* foram colocados em oposição para predominar a última forma, integrante de pensamento redutor, que impõe a homens e mulheres apenas o essencial à sobrevivência - a casa, a exemplo do comer, vestir, abrigar-se, reproduzir-se como força de trabalho (LEFEBVRE, 1999, p. 78):

[...] o *habitat*, ideologia e prática, rechaçou ou recalcou o *habitar* na inconsciência. Antes do *habitat*, o *habitar* era uma prática milenar, mal expressa, insuficientemente elevada à linguagem e ao conceito, mais ou menos viva ou degradada, mas que permanecia concreta, ou seja, ao mesmo tempo funcional, multifuncional, transfuncional. No reino do *habitat*, desapareceu do pensamento e deteriorou-se fortemente na prática o que fora o *habitar* (LEFEBVRE, 1999, p. 78).

O ato de *habitar* faz parte do homem em sua constituição na relação do “ser humano” com a natureza e com sua própria natureza. Com o “ser” e seu próprio ser, reside no *habitar*, nele se realiza e nele se lê (LEFEBVRE, 1999, p. 79). A racionalidade urbana rumo para a homogeneização das formas de morar. O tecnicismo quantitativo submete a qualidade de vida e o espaço vivido à frieza de espaços concebidos para o *habitat* (LEFEBVRE, 1999).

Por sua vez, os conceitos de espaço vivido e espaço concebido fazem parte da tríade proposta por Henry Lefebvre (1991) para se compreender o processo de produção espacial. O espaço vivido é o da prática cotidiana, aquele que é experienciado no dia a dia da população, seria a “ordem próxima”. O espaço concebido trata-se daquele criado por ações que tendem a dar formas e funções ao espaço, seria o espaço hegemônico em uma sociedade, como aponta Lefebvre (1991).

Na dimensão do espaço concebido, o Estado tem papel exponencial na ordenação e normatização do espaço em prol do atendimento das exigências do modo de produção capitalista. Utiliza-se de mecanismos de dominação para operacionalizar no espaço urbano as localizações que garantem acumulação e subordinação dos trabalhadores.

As ordenações ao espaço urbano, promovidas pelo Estado, os planos de intervenção, zoneamentos, leis de ocupação do solo, não tendem a servir aos interesses coletivos e a priorizarem o valor de uso da cidade; eles normatizam a apropriação, mas não garantem o cumprimento desses planos. Os pilares que sustentam a sociedade capitalista, dentre eles a propriedade privada do solo, não se modificam em essência. Há graves conflitos de interesses entre o espaço vivido (esfera do cotidiano) e o espaço concebido praticado sob a lógica do mercado de forma estratégica.

Para compreender esse movimento, faz-se necessário partir da compreensão da dimensão do espaço percebido, o dos aspectos concretos, prático-sensíveis, que relevam a metrópole Fortaleza em sua complexidade de

relações sociais, políticas e econômicas que fazem parte do movimento dialético de produção do seu espaço e da questão habitacional. De acordo com Catalão (2010):

Dessa forma, temos que o "percebido" diz respeito não às percepções individuais da realidade, mas à percepção sensorial capaz de abarcar a matéria tal qual ela existe e se nos apresenta (CATALÃO, 2010, p. 33).

Em Fortaleza, o processo de produção espacial e as formas de moradia na metrópole fazem parte do contexto da sociedade capitalista, na qual a moradia é tratada como local de reprodução da força de trabalho e rebaixamento dos custos de vida, sem que o entorno da moradia, a rua, o bairro, seja passível de apropriação pelo uso, pois os espaços da cidade têm sido cada vez mais colocados na lógica de mercado e seu uso condicionado pela renda. Ainda assim a população cria mecanismos de existência na cidade e de apropriação dos espaços, indo de encontro a lógico do mercado, emergindo-se conflitos e tensões.

A manifestação aparente da cidade releva práticas sociais que devem ser vistas além da superficialidade, mas buscando relacionar os vários agentes produtores do espaço às questões macro e micro que permeiam a formação da metrópole e a precariedade das formas de moradia de grande parte da população.

Quando à moradia, é produzida visando principalmente seu valor de troca, então, ela é tratada como mercadoria, o que a torna eloquente expressão das desigualdades socioterritoriais da sociedade contemporânea. A habitação e as maneiras de morar mostram tanto o conflito de classe quanto os níveis de pobreza urbana:

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado (CORRÊA, 1995, p.29).

A questão habitacional das grandes cidades foi também ampliada em termos das contradições entre as práticas e os discursos técnicos, as políticas de Estado. O Estado busca “resolver” a falta de moradia para os trabalhadores, concebendo a forma pela qual a população se apropria do espaço urbano, mas a solução acaba aumentando o problema, tal como constatou Damiani (1993, p. 33-34), ao estudar a realidade de São Paulo no período dos grandes conjuntos habitacionais:

O espaço da vida cotidiana, mesmo num país como o nosso, amplia a noção de pobreza urbana, para além dos bolsões de pobreza absoluta, mesmo considerando como uma utopia de massas enormes de empobrecidos moradores de favelas, cortiços, cantos de rua, indigentes, que aspiram uma vida organizada e uma casa segura. Um exemplo crucial é o da consolidação de um projeto de sociedade, pelo Estado, através do urbano. A redução das necessidades sociais e urbanas às mais elementares; uma leitura funcional dos desejos humanos, produzindo um espaço rigoroso, segmentado e massificante, faz dos conjuntos-cidades laboratórios do processo de deterioração do urbano, como fenômeno pesado de consequências na reprodução da sociedade brasileira.

O Estado brasileiro, ao longo da história do século XX, teve papel expressivo nas políticas sociais, com destaque às políticas habitacionais. As intervenções do Estado capitalista na produção do espaço mediante políticas habitacionais sofreram dupla ordem de comando: as ordens próximas relativas à dinâmica espacial dessas políticas nas metrópoles, a exemplo de Fortaleza; e a produção do cotidiano na cidade e as ordens distantes do mercado mundial que perpassam no nível local pelas políticas nacionais.

É no espaço socialmente produzido, o espaço urbano do capitalismo e no campo, onde se reproduziriam as relações dominantes de produção por meio de um espaço social concretizado, criado, ocupado e fragmentado conforme as necessidades da produção capitalista.

A produção do espaço remete à compreensão do espaço social de forma crítica e qualitativa, na qual se faz necessário a análise da realidade urbana e, de outro lado, a da vida cotidiana. Na visão de Lefebvre (2008, p. 17), o urbano está diretamente ligado à dimensão cotidiana, pois são, ao mesmo tempo, “produto e produção, ocupam um espaço social gerado através deles e inversamente”, isto numa dimensão dialética que os relaciona nas

dimensões do espaço vivido e concebido, sendo a consideração do cotidiano fundamental para seu entendimento. Para Heller (2008, p. 31):

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade.

No cotidiano, a exploração do trabalhador é ampliada, vai para além da esfera do trabalho. A burocracia estatal ordena o espaço segundo exigências do modo de produção capitalista. O espaço reflete o poder como dominação e ideologia. E a busca permanente pela dominação do espaço e das práticas espaciais vai de encontro à apropriação, ao ato de *habitar*.

A vida cotidiana revela um conjunto de práticas sociais que se realiza no espaço com a reprodução das relações de produção, sendo esta uma produção social mais ampla que a produção de objetos duráveis ou não. A produção social se efetua através da cotidianidade, na cultura, na escola, nos lazeres, ou seja, através de todo o espaço, sendo uma capacidade social que tem sido oprimida pela pressão capitalista ao longo do seu desenvolvimento no tempo e no espaço, principalmente a partir da revolução industrial.

O processo industrial junto à ação do Estado contribuiu para a fragmentação do espaço e para a redução do *habitar* em *habitat*. Nas cidades industriais, a grande massa de trabalhadores é retirada dos centros e relegada às periferias segregadas. Faz-se tal violência urbana em nome de ações de localização de certas funcionalidades ao espaço, através de uma racionalidade empregada a serviço de poucos e amparada no poder estatal.

Em Fortaleza, observa-se a forte relação entre industrialização e políticas habitacionais a partir da segunda metade do século XX, na qual o Estado promoveu na cidade a construção de grandes conjuntos habitacionais, valorizações do solo urbano, mediante incremento de infraestruturas através da articulação entre expansão industrial, promovida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Banco Nacional de Habitação, através da Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE), expandindo em Fortaleza, na Região Metropolitana, a construção de conjuntos habitacionais e a fragmentação do espaço.

A fragmentação do espaço surge na medida em que o espaço é considerado neutro e opaco, ou seja, sem capacidade de estabelecer os vínculos necessários à reprodução das relações de produção. O Estado delega aos lugares funções, necessidades, objetos, desconsiderando a prática social urbana. A função do arquiteto após o período industrial é ideológica, uma função empobrecida para tornar as “estruturas homogêneas” e as “formas congeladas” (LEFEBVRE, 1998, p. 24).

O espaço social é confundido com a folha em branco na qual o arquiteto se debruça para elaborar o projeto de construção pelo que concebe do real, faz escolhas de conteúdo e vislumbra realidade dinâmica em função daquilo que será posto no projeto, correndo o risco de não vislumbrar as necessidades sociais:

O espaço arquitetônico e urbanístico enquanto espaço tem essa dupla característica: desarticulado e até estilhaçado sob a coerência fictícia do olhar, espaço de coações e de normas disseminadas. Ele tem esse caráter paradoxal que se tenta definir aqui: junto e separado. É dessa maneira que ele é concomitante dominado (pela técnica) e não-apropriado (para e pelo uso). Ele é imediato e mediato, ou seja, pertence a uma certa ordem próxima, a ordem da vizinhança, e a uma ordem distante, a sociedade, o Estado. A ordem próxima e a distante só tem uma coerência aparente que de modo algum impede a desarticulação (LEFEBVRE, 2008, p.53).

Os espaços na cidade têm sido fragmentados para compra e venda. Priorizam-se a distribuição de espaços de comércios, espaços de lazer e espaços de moradia conforme o poder de compra para realizar o valor capitalista. Faz parte da mesma estratégia a busca incessante pela homogeneização dos lugares através de uma ideologia das funções, embora não sem relações sociais que se recriam, pois a produção do espaço é contraditória.

Essa situação trata-se da subordinação do trabalho ao capital, este último não exerce sua dominação apenas nos locais de trabalho, ele extrapola o momento da venda da força de trabalho para as outras esferas da vida cotidiana, tendendo à regulação desde a forma de deslocamento do trabalhador na cidade ao tipo de local de moradia. No entanto, existem resistências e formas de ressignificação do espaço através da prática cotidiana e da luta dos trabalhadores contra as formas de opressão e precarização da

vida, pois a produção do espaço não se faz pacificamente, sem lutas e conflitos de interesse.

Para compreendermos a problemática do espaço e do papel dos sujeitos na sua produção, é preciso considerar a junção, a relação e articulação entre o “micro e o macro” espaço, a “ordem próxima e a ordem distante, a vizinhança e a comunicação” (LEFEBVRE, 2008, p. 30).

A ordem próxima e a ordem distante não se diferenciam e interagem em virtude de escalas numéricas, medidas em ordem de quilômetros, ou ainda em relação à proximidade ou distâncias de determinados centros financeiros, políticos, econômicos. As relações espaciais são qualitativas e frutos de um novo processo que se coloca: o da sociedade urbana em constituição e a globalização dos mercados e as novas articulações entre as escalas e os espaços (CARLOS, 2007).

O espaço na sociedade do capital não é racional-funcional como se prega, ele passa à condição de mercadoria, “assim ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado”. O Estado e a classe dominante, a burguesia capitalista, dispõem de um duplo poder sobre o espaço, a saber, a propriedade do solo, e pela globalidade, ou seja, o conhecimento das formas de ação do Estado capitalista (LEFEBVRE, 2008, p.57).

As ordenações ao espaço urbano promovidas pelo Estado, os planos de intervenção, zoneamentos, leis de ocupação do solo, não tendem a servir aos interesses coletivos e priorizar o uso da cidade pela maioria da população; eles normatizam a apropriação, mas não garantem o cumprimento desses planos. Os pilares que sustentam a sociedade capitalista, dentre eles a propriedade privada do solo, não se modificam em essência.

Há graves conflitos de interesses entre o espaço imediato, o espaço vivido, a esfera do cotidiano e o espaço abstrato colocado sob a lógica do mercado, aquele que é conceitual e estratégico, fazendo do espaço uma dimensão que é social e política. Para sua compreensão, é necessário compreender a produção espacial no seio do capitalismo contemporâneo, com suas crises de superacumulação, mecanismos de dominação e lutas existentes no cotidiano das pessoas, aliado à análise do papel do Estado e dos seus mecanismos de intervenção da produção do espaço, através das políticas, das

formas de regulação do espaço mediante a legislação, bem como na criação de planos e programas de intervenção na questão habitacional.

Discutir as políticas do Estado voltadas para a moradia nas cidades é de grande importância para a ciência geográfica. A habitação é uma das principais motivações para apropriação do espaço e materialização da vida. Igualmente, é de grande importância pensar o modo de vida urbano e a produção do seu espaço por diferentes sujeitos.

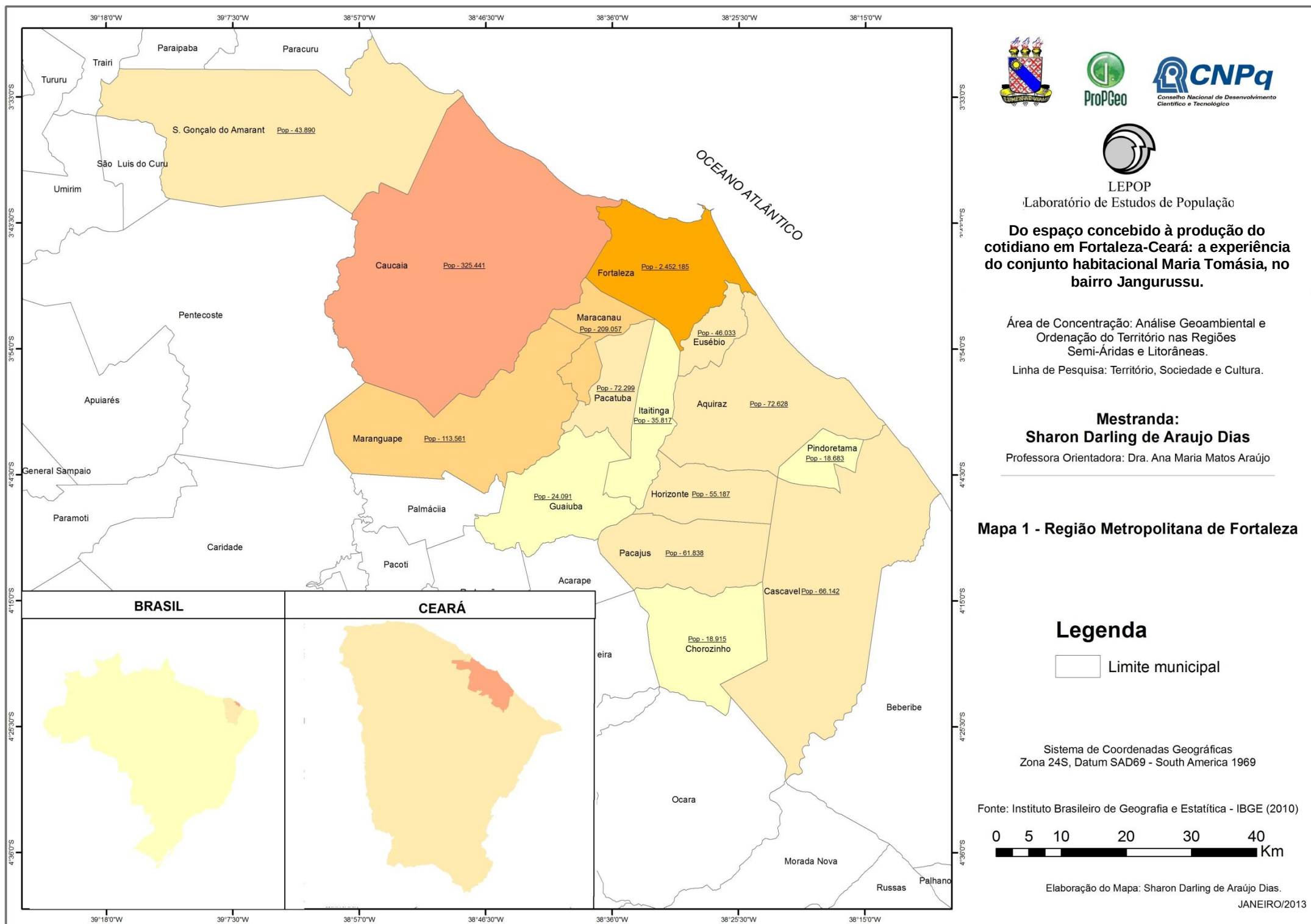
O panorama esboçado exige uma reflexão sobre a metrópole Fortaleza e sua questão habitacional no contexto local e regional. Seria o espaço percebido, a dimensão concreta da cidade, junto às intervenções dos agentes produtores do espaço na configuração da metrópole e sua complexidade.

1.1 A produção espacial de Fortaleza e Região Metropolitana

A consolidação de Fortaleza como Metrópole se deu com expansão urbana ocorrendo de forma descontínua no espaço, com processos contraditórios de uso e ocupação da cidade, expressos nas formas de habitar dos diferentes grupos sociais. Tal fato é produto do processo histórico de expansão urbana da cidade, que vai desde a sua consolidação como sede da administração da província do Ceará, no século XIX, à contemporaneidade.

Fortaleza é entendida como metrópole por ser a capital do estado do Ceará e guardar o posto de principal cidade dentro do estado, sendo a 5ª capital mais populosa do país, com destaque para uma economia pautada no setor de serviços, seguida pela indústria e no crescente mercado turístico e imobiliário que tem proporcionado a entrada de capitais nacionais e internacionais. Sua Região Metropolitana conta com 14 municípios além de Fortaleza, demonstradas no Mapa 1, agregados em diferentes momentos políticos, econômicos e sociais que interagem diretamente com Fortaleza. No Mapa 1, Fortaleza é representada pela cor laranja, que indica a cidade de maior população dentro da RMF, pode-se evidenciar a diferença de quantitativo populacional entre os municípios de acordo com a variação das cores no mapa.

A produção histórica do espaço urbano de Fortaleza e, posteriormente, a ocorrência do processo de metropolização, se dá através da relação entre Estado, capital, mercado imobiliário e população, resultando numa cidade marcada pela injustiça social que se manifesta em seus 116 bairros, dos quais observamos a existência de um espaço periférico com carências de infraestrutura urbana e com grande parte da população empobrecida.



A metrópole abrange uma realidade sócioespacial que lhe é própria, diferente de outras formações, e que é capaz de lhe diferenciar de outras formas de organização humana no tempo e no espaço. Para Moraes (2006, p. 23):

A metrópole é a forma histórica de organização do espaço geográfico. Um tipo específico de hábitat humano. A forma pelo qual expressa o maior nível de adensamento populacional existente na superfície terrestre. Trata-se de uma massa contínua de ocupação humana e de edificações contíguas, sem paralelo no globo. Uma grande aglomeração de pessoas e espaços socialmente construídos, de magnitude ímpar na história. O fato metropolitano é, portanto, temporal e espacialmente singular, expressando uma particularidade do mundo contemporâneo.

Os grandes aglomerados metropolitanos tornaram-se a expressão máxima da sociedade cada vez mais urbana. A metrópole detém especial importância por concentrar em seu espaço atividades políticas, econômicas e sociais numa íntima e complexa relação, conferindo à Metrópole características cada vez mais complexas e heterogêneas, permeadas por enormes contrastes sociais, de acordo com Carlos (2007b, p. 35):

A metrópole aparece hoje, como manifestação espacial concreta de um fenômeno que está posto de forma clara no mundo moderno, qual seja, o espaço se reproduz a partir do processo de constituição da sociedade urbana apoiado no aprofundamento da divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre os estados, e na generalização do mundo mercador.

Para a autora, esse processo acarreta grandes mudanças no espaço, atribuindo aos lugares metropolitanos configurações mundiais que extrapolam a própria realidade nacional. A produção do espaço metropolitano de Fortaleza realiza-se na relação combinada de diversos agentes de produção espacial: o Estado, promotores imobiliários, industriais, população de trabalhadores empregados, trabalhadores não empregados, cuja relação contraditória desenha um mosaico urbano de múltiplas facetas.

Fortaleza é a metrópole da Região Metropolitana, com concentração de população, capitais, investimentos estatais, serviços, lazer, estabelecimentos comerciais e postos de trabalho. Hoje, as principais

atividades da metrópole são ligadas ao setor de serviços³, seguido pela indústria e sua regionalização no território cearense em relação às outras cidades do Ceará. Isso ocorreu devido ao seu processo de urbanização intensiva, sobretudo a partir de 1950, período de início da intervenção estatal voltada para a modernização e ampliação do processo de industrialização na cidade.

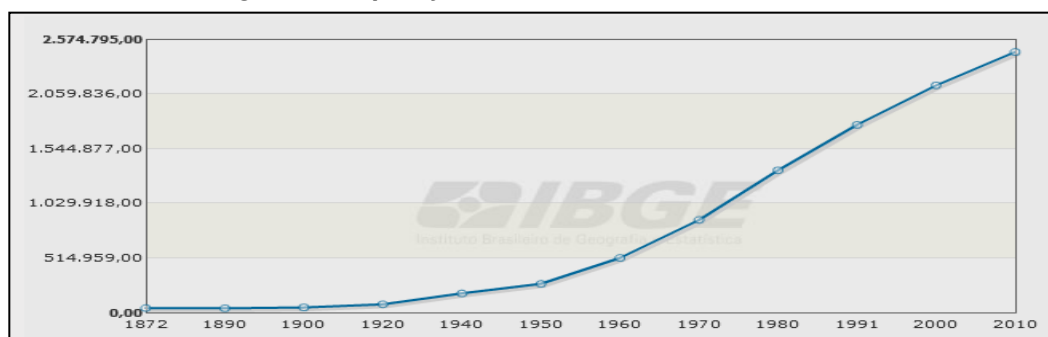
O processo de urbanização e industrialização na cidade colaborou para o crescimento populacional em Fortaleza, aliado à concentração de capitais no campo. A Tabela 1 e a Imagem 1 demonstram a evolução populacional em Fortaleza, sobretudo a partir da década de 1950, revelando o explosivo crescimento populacional na capital:

Tabela 1 - Evolução da população de Fortaleza – 1872 a 2010.

PERÍODO	POPULAÇÃO
1872	42.458
1890	40.902
1900	48.369
1920	78.536
1940	180.185
1950	270.169
1960	514.818
1970	872.702
1980	1.338.793
1991	1.765.794
2000	2.138.234
2010	2.452.185

Fonte: Séries estatísticas, IBGE, (1872-2010).

Imagem 1 - População em Fortaleza – 1872 – 2010.



Fonte: Séries estatísticas, IBGE (1872-2010).

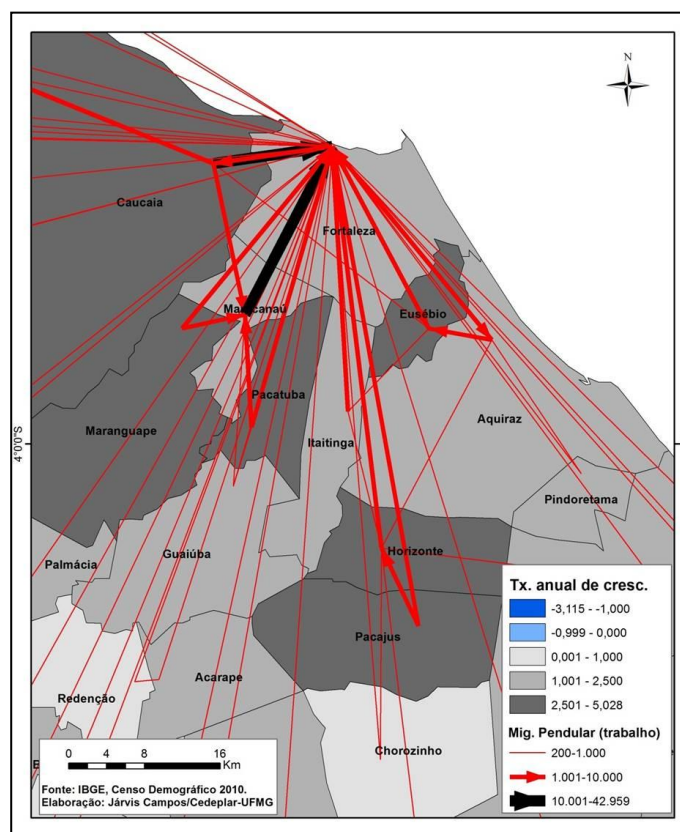
³ Compreende-se como setor de serviços aquele ligado às atividades de produção direta ou indireta, material ou imaterial, tais como serviços domésticos, de entretenimento, lazer, serviços bancários, comerciais, comunicação, distribuição de água, energia.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) guarda peculiaridades desde o início de sua formalização. A RMF foi criada em 1973 pelo Estado sem que o processo de metropolização tivesse de fato iniciado, diferente do que ocorreu com outras cidades brasileiras, onde o processo de metropolização foi o propulsor da institucionalização (SILVA, 2007). O processo de metropolização pode ser caracterizado por rede semiestruturada de cidades com distintas feições, colocadas uma em relação com as outras pela mediação de uma cidade de maior expressão, a metrópole, a exemplo da Região Metropolitana de São Paulo.

A RMF atualmente conta com 14 municípios mais a metrópole Fortaleza com diversificadas funções, tipos de interação com a metrópole e processos de produção espacial “apresentando temporalidades bem como territórios distintos” (SILVA, 2009, p.15). Além de Fortaleza, como centro econômico, populacional e de comando político-administrativo da Região Metropolitana, os municípios que hoje a compõe são: Aquiraz, Caucaia, Maranguape e Pacatuba (pertencentes à RMF desde o ano de criação, em 1973); Maracanaú (anexado em 1986, após desmembramento do município de Maranguape); Eusébio e Guaiuba (incluídos em 1991); Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte e São Gonçalo do Amarante (ingressos na RMF em 1999); e, por fim, Pindoretama e Cascavel, incorporados recentemente à RMF, no ano de 2009.

Apesar da quantidade de municípios envolvidos no processo de metropolização, há uma predominância de relações estabelecidas diretamente com Fortaleza do que entre os municípios que compõem a RMF, que pode ser vista através da migração pendular em função do trabalho, como aponta a Imagem 2.

Imagem 2 - Espacialização da migração pendular na RMF (2010).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Jarvis Campos / Cedeplar – UFMG.

A Imagem apresenta a relação entre a migração pendular em virtude da necessidade diária de deslocamento da população para os postos de trabalho, evidenciando o maior fluxo dos municípios da RMF para a Metrópole, com destaque para os municípios de Maracanaú e Caucaia. Outro fator relevante na Imagem é a taxa de crescimento dos municípios. Apesar de Fortaleza estar consolidada como principal cidade da RMF, sua taxa de crescimento é inferior aos municípios de Pacajus, Pacatuba, Eusébio, Horizonte, Maranguape e Caucaia, ainda assim continua forte em relação às outras cidades, havendo um espraiamento da metrópole e diversificação de atividades.

Apesar da constatação desse fenômeno, a posição de Fortaleza como centralidade da região metropolitana tem-se reforçado à medida que a metrópole continua concentrando grande parte da população do estado do Ceará e da RMF, como demonstra os números da Tabela 2, além da convergência de capitais que diversificam seus investimentos na cidade, a

exemplo de grandes empreendimentos voltados para o turismo, lazer e consumo.

Tabela 2- População residente, extensão territorial e densidade demográfica dos municípios que compõem a RMF em 2010

Município	População	Extensão Territorial (Km²)	Densidade Demográfica (Hab/M²)
Fortaleza	2.452.185	314,927	7.786,52
Caucaia	325.441	1.223,48	265,93
Maracanaú	209.057	111.334,00	1.877,75
Maranguape	113.561	590,886	192,19
Pacatuba	72.299	145,077	145,07
Aquiraz	72.628	482,566	150,50
Cascavel	66.142	837,321	78,99
Pacajus	61.838	254,477	243,00
Horizonte	55.187	159.979	159,97
Eusébio	46.033	79,008	79,00
São Gonçalo do Amarante	43.890	838.513	52,34
Itaitinga	35.817	151,436	151,43
Guaiuba	24.091	254,044	254,04
Chorozinho	18.915	278,411	67,94
Pindoretama	18.683	72,964	256,06

Fonte: IBGE, Censo 2010. Elaboração: Sharon Dias (2012).

Os dados expressos na Tabela 2 apresentam quadro simplificado das condições dos municípios da RMF, com ênfase no quantitativo populacional. Verifica-se enorme diferença de contingente populacional entre os municípios pela concentração em Fortaleza, que chega a superar a soma total da população dos outros municípios em mais de cem mil habitantes. O número de habitantes por quilômetro quadrado na capital supera cidades como São Paulo, a explicação para esse fenômeno está no modo como a cidade se urbanizou, principalmente no decorrer do século XX.

Fortaleza urbaniza-se e expande com mosaico formado de poucos bairros de intensa mobilização de capitais e de finalidades turísticas, de lazer e de comércio, além das residências luxuosas, sendo a maior parte dos bairros

periféricos formada de favelas, conjuntos habitacionais, uma especificidade própria do território metropolitano. A intensa concentração de renda em Fortaleza amplia, diversifica e fragmenta áreas empobrecidas, sendo responsável pela formação histórica da periferia urbana que ultrapassa os limites da metrópole em direção aos municípios que compõem a RMF, a exemplo da construção de conjuntos habitacionais periféricos em Caucaia e Maracanaú.

O aumento da população, por si só, não significa pobreza e miséria. O que a faz distinguir-se com esses adjetivos é o modo como as cidades se urbanizam e crescem imbricadas no processo de acumulação de capitais, que age valorizando e diferenciando espaços. A mercantilização das formas de uso e a ocupação do solo, a propriedade privada e a submissão dos trabalhadores a precárias condições de sobrevivência determinam ou agudizam desigualdades territoriais, criando as mais diversas segregações (residencial, cultural etc.).

Fortaleza é marcada por rápida expansão urbana de caráter intensivo e de significativas mudanças na paisagem e em curto prazo. Sua atual configuração espacial está intimamente ligada ao recente processo de industrialização, intensificado com a reestruturação produtiva e de malha viária complexa, que se estende pela RMF reforçando a relação com o distrito industrial da região, em Maracanaú, ali localizado desde a década de 1970, quando ainda era parte do município de Maranguape.

Do ponto de vista dos seus aspectos naturais, importante elemento na questão habitacional na metrópole, Fortaleza detém um complexo mosaico de sistemas ambientais que integram sua paisagem: a planície litorânea, com faixas de praia e terraços marinhos, dunas móveis, dunas fixas e planícies fluvio-marinhas com manguezais; áreas de inundação sazonal, que são planas e sujeitas a inundações periódicas em certos períodos do ano; o tabuleiro pré-litorâneo, de maior predominância dentro de Fortaleza, com poucas restrições ao uso e ocupação do solo do ponto de vista ambiental, devido ser uma área de poucos acidentes, que favorece a implantação de habitações e infraestrutura; e, por fim, a transição de tabuleiros pré-litorâneos e depressão sertaneja e os morros residuais (SOUZA et al, 2009).

As principais bacias hidrográficas, as do Rio Cocó e Rio Maranguapinho, se espraiam através de lagoas e de áreas de inundação sazonal, permeadas de contradições de uso e ocupação do solo, pois tanto ocorrem espaços intensamente valorizados pela beleza paisagística e o provimento de infraestruturas, a exemplo do bairro Cocó, quanto espaços ocupados por casebres, barracos, a exemplo do bairro Jardim das Oliveiras, especificamente no entorno da Lagoa da Zeza, com ocorrência de favelas, recentemente removidas pela política habitacional e de urbanização de forma contraditória.

A cidade apontou expressivo crescimento populacional a partir dos anos 1950, nos quais vultosos investimentos públicos convergiram na ampliação da sua rede industrial, captados como incentivos da Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Na leitura de Silva (2007, p. 102), constata-se relação entre tais investimentos e a formação da metrópole:

A especificidade de Fortaleza prende-se a fatores estruturais e conjunturais, explicativos da expansão recente da cidade destacando-se, dentre eles, a instalação de equipamentos e serviços de grande porte que começaram a apresentar os primeiros indícios do que viria a ser a metrópole fortalezense.

O dinamismo econômico e comercial concentrado em Fortaleza aprofundou desigualdades em relação às cidades interioranas e reforçou corrente de migração dentro do estado do Ceará, em seus fluxos convergentes para a capital. No estado do Ceará, desde anos 1950, Fortaleza torna-se a maior receptora de migrantes vindos do campo, ocorrendo forte adensamento populacional na cidade. Essa expansão urbana atingiu outras cidades no Brasil, tendo como efeito o aumento significativo das migrações campo-cidade, intraestadual e interestadual. O crescimento industrial, as mudanças no meio rural impostas pela concentração fundiária e pelo avanço do capital foram fatores preponderantes para impulsionar esse crescimento e a forte migração para a capital:

A expansão da região metropolitana demonstra um processo combinado de desconcentração, expansão e adensamento em torno do desenho de novas centralidades no território da metrópole, como

também de complexo porto-industrial, corredores de atividade industrial e eixos litorâneos, decorrentes das atividades ligadas ao lazer e ao turismo (SILVA, 2009, p. 21).

Smith (2001) e Bernal (2004) abordam a expansão de Fortaleza através de quatro vetores: o primeiro iniciado na década de 1970, que vai do núcleo urbano em direção ao distrito industrial de Maracanaú; o segundo eixo via BR 116 em direção aos municípios Itaitinga e Pacajus; o terceiro eixo perpassando Caucaia em direção ao município de São Gonçalo do Amarante; e o quarto numa vertente leste/sudeste em direção aos municípios Eusébio e Aquiraz.

Para os autores, a expansão de Fortaleza através desses vetores se deu primeiramente impulsionada pelo processo de ampliação da indústria na capital com a criação do distrito industrial em Maracanaú e, posteriormente, seguindo para os outros eixos. No entanto, a expansão da metrópole foi marcada pela produção espacial dada não somente pela questão industrial, apesar de seu grande valor, mas através da ação do Estado, da população, de promotores imobiliários e proprietários de terra na busca pela construção da cidade capitalista, gerando graves desigualdades sociais e a presença de uma extensa periferia urbana.

Em Fortaleza, a presença dos espaços periféricos precários, fruto de processo desigual de expansão da metrópole e da seletividade espacial, é decorrente da concentração de renda. A atuação do Estado, mediando interesses das elites políticas e econômicas em detrimento das necessidades da população, repercute não apenas no interior da cidade, mas em toda região. De acordo com Silva (2009, p. 17):

Na RMF, a formação de extensas periferias urbanas adquire muita evidência, especialmente em Fortaleza e seu entorno. Observa-se um acentuado processo de transferência da população pobre para os municípios localizados ao sul e sudoeste do município pólo. Agravam a situação de pobreza, a precariedade e o déficit que atingem os setores da infraestrutura, equipamentos e serviços nas áreas do saneamento básico, habitação, saúde e educação.

O que foi colocado por Silva como “transferências” de população para as zonas periféricas da RMF pode ser entendido como deslocamento compulsório de populações para conjuntos habitacionais periféricos. Boa parte

dos conjuntos construídos com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), nas décadas de 1970/1980, serviu aos interesses da expansão industrial direcionada para Maracanaú, que necessitava, além de infraestrutura hidráulica e sanitária, energia elétrica e disponibilidade de mão de obra barata para ocupação dos postos de trabalho.

A forma compulsória de deslocamento populacional se realiza combinada à manipulação das ações do Estado, a respeito do provimento das unidades habitacionais para a classe trabalhadora, para servir a interesses de implantação de infraestruturas urbanas, equipamentos diversos (prédios estatais, praças), concretizando-se através da manipulação das necessidades da população.

As necessidades da população, sendo parcialmente atendidas, são utilizadas para justificar remoções, compras de terrenos distantes, implantação de infraestruturas, como ocorreu em Maracanaú e Caucaia, com a construção de vias de acesso e conjuntos habitacionais (conjunto Novo Oriente, conjunto Acaracuzinho no distrito industrial de Maracanaú, conjunto Araturi em Caucaia). A periferia deixa vazios urbanos com infraestrutura e serve mais aos interesses capitalistas de especulação futura que às necessidades presentes da população, principalmente em relação aos fatores de localização e disponibilidade de serviços públicos como escolas, postos de saúde, áreas de lazer.

Os fatores de localização de atividades industriais, de áreas de moradias, de lazer, dentre outras, pelo Estado, mostram um tipo de racionalidade que subjuga a população e os seus direitos elementares, como o direito à moradia, saúde, educação, ao conceber espaços para fins específicos mediando interesses por vezes antagônicos, como o de empresas e da população de menor renda. Exemplo disso foi a ação do Estado na criação do Distrito Industrial em Maracanaú, promovendo a valorização de algumas áreas e desvalorização de outras. Os espaços vazios entre o centro de Fortaleza e o distrito industrial foram beneficiados com o incremento de infraestruturas levadas a longas distâncias, acompanhadas de redes de transporte para deslocamento da população, favorecendo a especulação imobiliária e a formação de vazios urbanos, típicos do processo de urbanização capitalista em

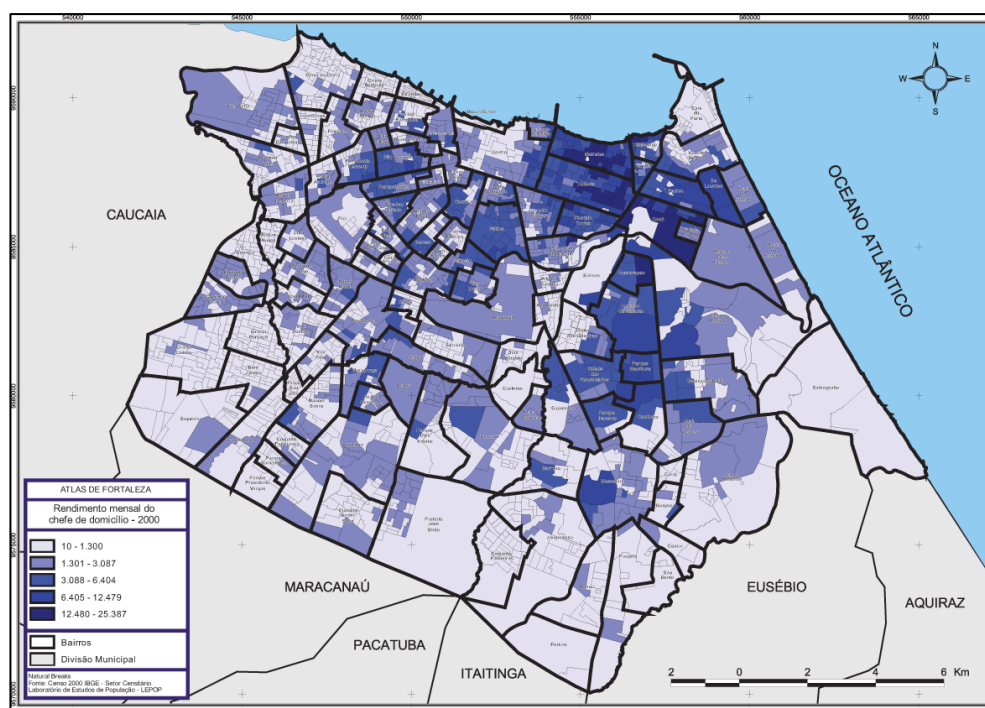
países periféricos como o Brasil, de acordo com Moraes e Costa (1999, p. 168):

Sob esse modo de produção [o capitalismo], o espaço é, antes de tudo, objeto, veículo e produto do capital. Por isso mesmo, em termos das determinações gerais, o processo de valorização capitalista do espaço não é outro que a própria valorização do capital [...] No caso da fixação, que é um pressuposto do capitalismo, ocorre não um simples assentamento de população, mas uma gigantesca agregação de valor ao solo sob a forma de capital fixo.

Fortaleza, sob esse ponto de vista socioespacial, demonstra uma complexa rede de bairros e centralidades produzida ao longo de sua história de forma desigual, mediante a ação dos agentes produtores do espaço, conferindo à metrópole heterogeneidade ímpar, cuja compreensão requer análise de estrutura urbana relacionada ao contexto regional, nacional e global.

As diferenciações de renda nos bairros de Fortaleza demonstram tal heterogeneidade na cidade, como mostra o estudo Atlas de Fortaleza (ARAÚJO; CARLEIAL, 2010) ao realizar uma cartografia das desigualdades em na capital cearense, apontando uma concentração de renda a leste da cidade, mas entremeada por residentes pertencentes à população empobrecida que se relaciona com os de maior poder aquisitivo pela prestação de trabalho, principalmente.

Imagem 3 - Rendimento mensal do chefe de domicílio nos bairros de Fortaleza – 2000.



Fonte: Araújo e Carleial (2010). Elaboração: Salvador e Campos (2010).

Através da Imagem 3, podemos observar tanto a existência de áreas com população de renda alta e baixa nos mesmos bairros, como a grande concentração da população de menor renda nos bairros periféricos, como o bairro Jangurussu, na região Sul da cidade. No capitalismo, a moradia faz parte do conjunto de mercadorias possíveis de serem acessadas de acordo com a renda dos indivíduos, sendo assim, observamos que Fortaleza é hoje uma das metrópoles brasileiras portadoras de enorme déficit habitacional fruto de desigualdades econômicas e sociais presentes e históricas ao seu processo de urbanização e metropolização.

O censo do IBGE (2010) indica que na metrópole existem 396.370 pessoas vivendo em condições precárias de moradia, distribuídas em 194 comunidades. Essa população é estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera espaços com, no mínimo 50 domicílios, mas é sabido que em Fortaleza, por exemplo, encontram-se inúmeros espaços precários com menor tamanho e que necessitam de um leque de políticas sociais relacionadas à moradia, saúde, cultura, educação e não somente a melhoria dos padrões construtivos da moradia, que, em muitos casos, tendem a justificar remoções compulsórias.

A questão habitacional na cidade é dupla. Abrange a falta de moradias em função da baixa renda das famílias e a moradia em condições precárias, em áreas com ausência de soluções de saneamento, equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, áreas de lazer), aliada à histórica persistência de desigualdades de renda com aumento contínuo do preço da terra. Situação que se revela contraditória tendo em vista a quantidade de imóveis vazios na cidade (IBGE, 2010), apropriados pelo mercado para servirem como regulador na questão da mercantilização do solo urbano, priorizando o valor de troca (o mercado) em detrimento do valor de uso (o da apropriação cotidiana).

No Brasil, a mensuração da demanda habitacional é feita na pesquisa de déficit habitacional, que considera famílias nas seguintes situações: com carência absoluta de moradia; com mais de uma família por domicílio; e aquelas, em termos relativos, que vivem em condições de moradia inadequadas ou aluguel. Em 2009, o déficit habitacional no Brasil foi estimado em 5,8 milhões de famílias. Referente ao estado do Ceará, dispomos dos

números de pesquisa de 2008, realizada pela Fundação João Pinheiro e Ministério das Cidades, que aponta déficit de 276.915 moradias para o Ceará, sendo que 103.979 se concentra na RMF, dos quais 94,6% do déficit refere-se a famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos.

A Tabela 3 expressa os números do déficit habitacional de acordo com metodologia da Fundação Getúlio Vargas para 2009. A estimativa engloba dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2009) sobre as situações de coabitação de famílias que querem mudar de residência, além dos aglomerados subnormais. No déficit estimado, quase metade das famílias (2.209.765) mora em favelas ou aglomerados subnormais.

Tabela 3 - Déficit habitacional no Brasil – 2009.

Ano	Inadequação	Famílias conviventes	Déficit (nova metodologia)	Famílias vivendo em aglomerado subnormal
2009	3.531.089	2.277.458	5.808.547	2.209.765
2008	3.780.113	2.019.746	5.799.859	2.217.378
2007	3.730.220	2.264.553	5.994.773	2.128.073
2006	3.843.911	n.d.	n.d.	2.181.419
2005	3.851.484	n.d.	n.d.	2.153.214
2004	3.931.061	n.d.	n.d.	2.090.825
2003	3.631.591	n.d.	n.d.	2.049.729

Fonte: IBGE (PNAD, 2009). Sistematização: Sharon Dias.

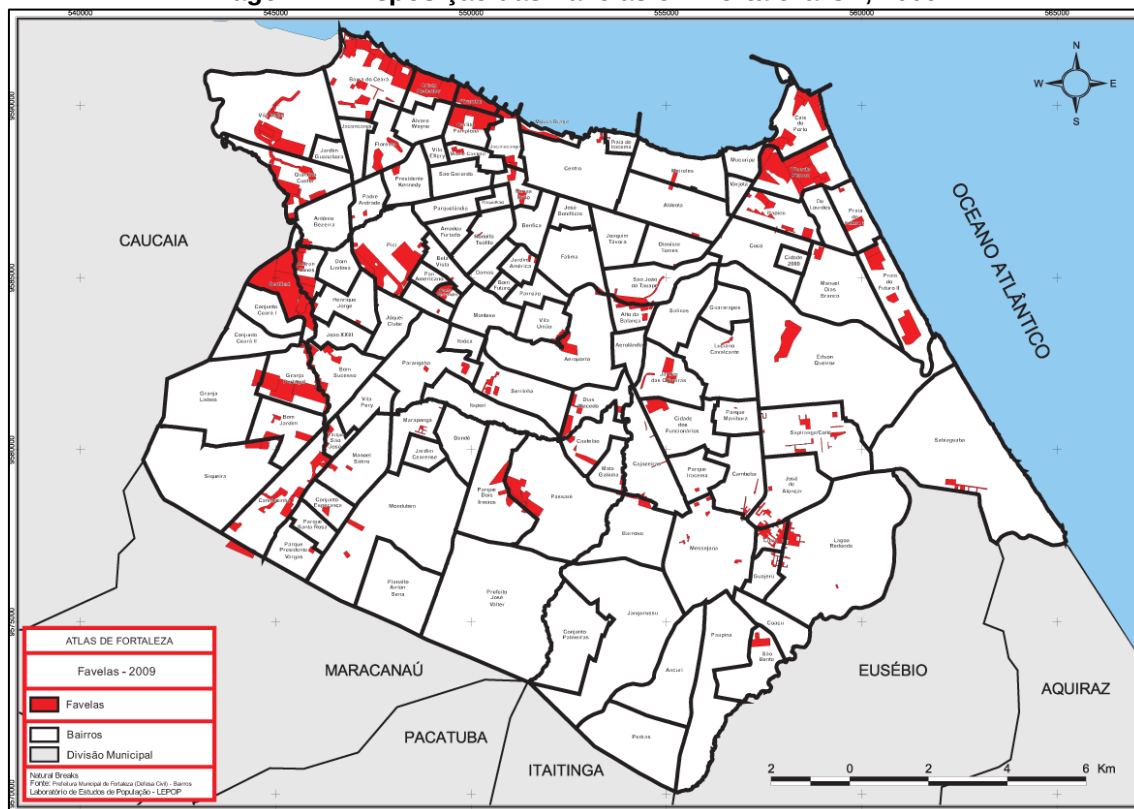
No ano 2000, estimou-se que 96,7% dos municípios brasileiros com população superior a 500 mil habitantes possuíam favelas em seus territórios, e que 87,1% desses municípios tinham moradias classificadas como fora dos padrões urbanísticos previstos pelas legislações do Estado.

Em Fortaleza, a ocorrência de favelas é apontada a partir da década de 30, em lugares próximos ao centro produtivo da cidade, ou na faixa de praia, neste período desvalorizada para o lazer ou para residência. O forte crescimento demográfico dos anos 1950 justificou a ampliação de sua área urbana, momento em que viria a ser produzida sua periferia, pois além de distante da centralidade histórica, os espaços estavam desacompanhados de beneficiamento de infraestrutura urbana, conforme aponta Silva (1992).

Atualmente, as favelas ocorrem de forma heterogênea na cidade, pulverizada em quase todos os bairros, conforme podemos observar na

Imagem 4 a espacialização das favelas nos bairros de Fortaleza, através do estudo de Araújo e Carleial (2010). As principais favelas em dimensão territorial estão localizadas nos bairros Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu, no litoral oeste; Vila Velha, Genibaú, Granja Portugal a Sudoeste, onde nota-se a presença de favelas principalmente no percurso dos rios Ceará e Maranguapinho; e bairros Cais do Porto e Vicente Pizon, no litoral leste.

Imagem 4 - Disposição das Favelas em Fortaleza-CE, 2009.



Fonte: Araújo e Carleial (2010). Elaboração: Salvador e Campos (2010).

No corredor sudoeste da cidade, há presença de favelas ao longo do percurso do Rio Cocó, a exemplo dos bairros Jardim das Oliveiras e Cidade dos Funcionários, e ainda nos bairros mais periféricos ao Sudoeste, a exemplo do bairro Jangurussu, onde também existem favelas, assim como bairros ditos “de classe média”, como o bairro Cidade dos Funcionários. O que diferencia as favelas presentes nesses bairros muitas vezes é a ideia que se faz em torno das mesmas, uma vez que no bairro Jangurussu as favelas são tidas como lugares de violência, tráfico de drogas, exploração sexual, como se a favela significasse apenas isso, desconsiderando as peculiaridades e as riquezas sociais produzidas nesses ambientes através da superação humana e da luta pelo direito à cidade. No caso das favelas em bairros tidos como de médio e

alto padrão, essas muitas vezes são desconsideradas do espaço urbano numa teia de invisibilidade frente aos discursos hegemônicos de valorização de áreas da cidade.

Parte dessas favelas na cidade está localizada em áreas de fragilidade ambiental, beira dos rios, lagoas e dunas. A população sem condições de acessar o mercado formal da produção habitacional, tendo que reproduzir sua força de trabalho, diminui custos de vida apropriando-se de lugares inadequados para habitação. Ao ocuparem essas áreas, ficam expostas a doenças provenientes da falta de tratamento de esgoto, contaminação da água e, principalmente, a alagamentos que são recorrentes nos períodos chuvosos.

Para o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - UN-Habitat (2009), o “domicílio de favela” caracteriza-se pela convivência de um grupo de pessoas sob o mesmo teto em área urbana, com ausência de um ou mais serviços urbanos: moradia durável, áreas de convívio coletivo suficiente, acesso à água tratada, ao saneamento e à regularidade fundiária da terra.

Apesar de certa semelhança das favelas quando se trata da precariedade ou ausência de serviços públicos e infraestruturas, estes espaços estão longe de ser homogêneos, pois sua formação ocorre em diferentes ambientes geográficos (dunas, tabuleiros, margem de rios e lagoas) e por pessoas de trajetórias de vida distintas, que constroem os conteúdos sócioespaciais da favela na cidade de diferentes formas expressas no trabalho, no lazer, nas formas de organização comunitária e na luta pela melhoria das condições de vida da população.

Tais conteúdos devem ser vistos também como constituintes das favelas, o que ainda hoje se coloca como desafio, dado o discurso hegemônico sobre as favelas pautado em fatores negativos que justificam intervenções arbitrárias por parte do Estado, promovendo preconceitos nos outros segmentos da população através das representações midiáticas.

Tratar das favelas e propor sua definição é um trabalho que exige um olhar aprofundado sobre suas questões e que as contextualize no seio do processo de urbanização brasileira. Dessa forma, concordamos com Barbosa e

Silva (2009, p. 22), ao discutirem “O que é favela, afinal?”, que estas podem ser entendidas como:

- Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços;
- Forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade;
- Edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado;
- Apropriação social do território com uso predominantemente para fins de moradia;
- ocupação marcada pela alta densidade de habitações;
- Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade;
- Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho;
- Taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade;
- Ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental;
- Alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira;
- Grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade;
- Alta incidência de situações de violência, sobretudo a letal, acima da média da cidade;
- Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de convivência.

Os discursos hegemônicos sobre as favelas e seus moradores são marcados por estereótipos do tipo “áreas violentas”, “espaços insalubres”, “presença de marginais”, dentre outros, o que colabora para que sejam concebidos projetos inadequados para a população moradora das favelas, tais como remoções para conjuntos habitacionais distantes do local original de moradia, desconsiderando suas necessidades imediatas, que vão além do espaço físico de moradia, constituindo novas problemáticas, como o rompimento das relações de vizinhança, de mobilidade e de sociabilidade. Os conjuntos habitacionais, em alguns casos, principalmente na periferia das grandes cidades, acabam se deteriorando e virando “novas favelas”, que com tipologias habitacionais e desenho diferente das favelas, e passam a sofrer os mesmos estigmas que antes a comunidade da favela sofria.

Para além dessa situação, as favelas manifestam também a luta pelo direito à cidade e pela moradia numa dimensão ampliada, na perspectiva do habitar, englobando uma rede de relações que ultrapassa a vida familiar dentro de casa, indo ao encontro da vizinhança, do bairro, dos espaços públicos, ao direito de apropriar-se e usufruir legitimamente da vida urbana.

Em Fortaleza, as primeiras favelas são datadas da década de 1930, período no qual a população trabalhadora buscava assentar-se nas proximidades dos locais de trabalho. As indústrias se estabeleciam na vertente

oeste de Fortaleza, como forma de amenizar os custos de sua reprodução, ainda que para isso tivesse que conviver em condições precárias na cidade, sem acesso a água tratada, rede coletora de esgoto, exposta a insalubridades e doenças infecciosas.

Parte dessa população trabalhadora formada de migrantes expropriados de suas terras no campo, e submetidos ao modo de produção capitalista, foi obrigada pelas condições estruturais da sociedade brasileira a migrar para centros urbanos como Fortaleza em busca de trabalho e moradia. Não apenas estes, mas o conjunto dos trabalhadores ficou submetido às desigualdades do espaço urbano e às condições precárias de trabalho.

Fortaleza concentra enorme quantidade de comunidades em situações precárias em todo o seu território. Em muitos bairros, é possível visualizar a convivência em áreas abastadas com infraestrutura e predomínio de residências de luxo com grupos segregados. Muitas favelas hoje estão localizadas próximas, territorialmente, mas distantes socialmente e em termos de renda, de direitos sociais e de benefícios urbanos que os bairros melhores dotados de infraestrutura poderiam oferecer. São exemplos os bairros do Papicu, Aldeota, Praia do Futuro, Cidade dos Funcionários, que, apesar de bairros típicos da moradia da classe mais alta que concentra áreas de pobreza, com habitações precárias, barracos, sujeitos aos mais diversos fatores de risco.

Nos bairros Jardins das Oliveiras e Cidade dos Funcionários, no eixo Sul da cidade, observa-se as comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba, formadas por uma população pobre que ocupou margens de lagoas, construíram pequenas casas e barracos para moradia na cidade (Imagem 5 e 6) e que foram alvo da política habitacional do Estado originando o conjunto habitacional Maria Tomásia. Devido ao alto grau de exposição a questões ambientais, tais como alagamentos, as comunidades foram removidas para o conjunto habitacional pela Prefeitura.

Imagem 5 - Comunidade Vila Cazumba em Fortaleza (2001)



Fonte: Prefeitura de Fortaleza (Acervo, 2011).

Imagem 6 - Comunidade Lagoa da Zeza em Fortaleza (2010)



Fonte: Pesquisa direta (DIAS, 2010)

As comunidades apresentadas expressam o quadro de distinção de direitos que se consolidou na cidade, no qual a moradia condicionada pela renda e as limitações de acesso aos serviços, ou o contrário, a possibilidade de acessar produtos e serviços (no caso da população de alta renda), tende a diferenciar, ainda que simbolicamente, ricos e pobres, mesmo que estes convivam no mesmo bairro. Como é possível observar em Fortaleza, há um

abismo entre os direitos e possibilidades de habitar de cada grupo e graves situações de pobreza urbana, como aponta Santos (2009, p. 11):

Ao longo do século, mas, sobretudo, nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo locus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos, e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem ocupação.

As contradições na questão habitacional e sua relação direta com a pobreza têm-se manifestado através dos mecanismos de autoconstrução em loteamentos periféricos como forma de amenizar os custos de reprodução da vida pelo que muitos autores chamam de cidade informal, ou seja, apartados das leis e diretrizes urbanísticas que normatizam a ocupação do solo na cidade. Diríamos, ainda mais, tornando os trabalhadores sem direito à cidade, nos termos de Lefebvre (2001).

A cidade informal é uma extensão da cidade formal, sendo que os espaços ditos informais (fora da lógica dominante que visa ordenar a ocupação do espaço urbano) tendem a contrabalancear a existência da cidade formal, a cidade do mercado, aquela em que predomina o valor de troca. Os habitantes da cidade informal acessam precariamente a cidade mercadoria, principalmente pela incapacidade monetária de arcar com os custos de aquisição do solo urbano, apesar de vitais para o desenvolvimento da cidade capitalista, através da precarização de sua força de trabalho.

De acordo com Oliveira (2003), o rebaixamento dos custos de reprodução da vida na cidade consiste na produção precarizada do espaço urbano, as formas de habitação precárias, os barracos, as favelas, são expressão das desigualdades no espaço urbano. Assim, a cidade informal é contraparte da cidade formal e é necessária para a manutenção das formas capitalistas de uso e ocupação existentes na cidade, que submetem o valor de uso do espaço urbano ao valor de troca sob o signo do dinheiro.

É nesse contexto que o bairro Jangurussu tem sido uma área preferencial para a construção de novos conjuntos habitacionais através da política habitacional, seja com o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, no caso do conjunto Maria Tomásia, o Programa de Aceleração do

Crescimento (no caso das intervenções na comunidade Campo Estrela), ou, por último, com os projetos habitacionais vinculados ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que prevê a construção de moradias populares no território do bairro Jangurussu.

Tal forma de atuação por parte do Estado torna a configuração atual de Fortaleza cada vez mais complexa e contraditória. Os sujeitos produtores do espaço agem de formas distintas a cada período, repercutindo de formas diferenciadas no espaço urbano. O espaço é produzido com dominação capitalista, apoiado pelo Estado, priorizando ação dos capitalistas em detrimento da reprodução da vida e do uso para sobrevivência. No entanto, essa dominação não se realiza por completo, uma vez que a população luta pelo direito à cidade, onde se verificam apropriações cotidianas que se contrapõem à dominação.

Esses tipos de produção espacial não se dão de forma isolada, mas fazem parte de relação dialética que, apesar de contraditória, deve ser captada para melhor compreensão do espaço. Para Lefebvre, citado por Carlos (2011), a questão do espaço emerge da “necessidade de esclarecer a reprodução continuada do capital na segunda metade do século XX, como momento de superação de suas crises”, propondo:

[...] o modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo que certas relações sociais, seus espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados (LEFEBVRE, 1981 *apud* CARLOS, 2011, p. 57.).

O espaço aparece em suas contradições como produção e apropriação desigual da sociedade através dos tempos, e sua análise deve se centrar na compreensão crítica da produção do espaço (LEFEBVRE, 2008). Estando inserido no modo de produção capitalista, o espaço é também colocado na lógica da produção de mercadorias (CARLOS, 2011). Ampliando o debate sobre a produção espacial, Carlos (2011, p. 62) aponta caminhos que colocam a questão das relações sociais:

[...] do ponto de vista da Geografia, poderíamos afirmar que a noção de produção se vincula à produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinado. Aponta ainda para o movimento de reprodução e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade mais ampla, que não se restringe apenas ao plano do econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento, o que muda os termos da análise espacial. Assim, a noção de produção está articulada, inexoravelmente, àquela de reproduções sociais *latu senso* - o que ocorre num determinado tempo e lugar, em escalas variáveis. [...] a noção de produção traz questões importantes, seu sentido revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as formas como é apropriada.

A cidade urbanizada, enquanto *locus* da reprodução do capital, favorece a acumulação capitalista ampliada na subordinação da população à sua lógica e tendo o Estado como mediador desse processo. Criam-se infraestruturas, definem-se zoneamentos, elaboram-se legislações com vistas à dominação espacial afetando diretamente a vida da população pobre que procura formas alternativas de sobrevivência, de lutas e de construção cotidianas, como pode ser observado nos tipos de uso do solo e em determinadas áreas da cidade para combater, escapar da perversa lógica do capital de subordinação de todos os aspectos da vida de acordo com seus interesses.

Os 116 bairros de Fortaleza expressam o processo de produção do espaço e metropolização da capital através das disparidades encontradas entre eles e, sobretudo, da formação dos bairros periféricos que abrigam uma população majoritariamente pobre, a exemplo do bairro Jangurussu, onde foi construído o conjunto habitacional Maria Tomásia, no qual podemos vislumbrar o grau de desigualdade existente na cidade, sobretudo na questão habitacional, e a contradição entre os espaços concebidos e o espaço vivido expressos no cotidiano da população.

Apesar da concentração de famílias com pouca renda, o bairro Jangurussu detém peculiaridades e hoje é também receptor de intervenções do mercado imobiliário para a classe média devido, dentre outros fatores, à grande disponibilidade de terrenos e à proximidade da centralidade do bairro Messejana, que concentra bancos, lojas, feiras, entre outros. Ainda assim, o

bairro e o conjunto Maria Tomásia, inserido em seu território, expressam as ações contraditórias do Estado no espaço urbano, como veremos a seguir.

1.2 O bairro Jangurussu e o Conjunto Habitacional Maria Tomásia como manifestação das desigualdades socioespaciais na Metrópole

O bairro Jangurussu é um importante componente do espaço de Fortaleza, tendo em vista suas peculiaridades provenientes da formação histórica e das possibilidades de expansão da cidade para seu eixo, pois o Jangurussu e adjacências possuem ainda uma baixa densidade populacional e ampla disponibilidade de terreno que são encarados de diferentes formas pelos agentes produtores do espaço (população trabalhadora, população desempregada, Estado e mercado imobiliário).

Para o setor imobiliário, a área representa um potencial para abrigar casas e condomínios para a população que tem obtido melhoria de renda nos últimos anos; para o Estado, o bairro é encarado sob a ótica da ausência e precariedade de serviços, mas também como área oportuna para receber investimentos no setor de habitação de interesse social devido aos custos de desapropriação de terrenos estarem abaixo de outras áreas mais valorizadas da cidade e uma demanda latente de população empobrecida em busca de melhores condições de vida.

O bairro Jangurussu tem sido apropriado por uma população para construção de pequenas moradias, barracos e ocupações de terreno, possibilitando, mesmo sob um quadro de precariedade, a manutenção da vida na cidade, o que também desperta organização por parte da população na luta pelo direito à cidade. Há ainda a visão da mídia, na qual o bairro aparece como um território de violência, do tráfico de drogas, de ausências e precariedades múltiplas.

A forma como esses agentes se apropriam e produzem o bairro é parte do processo de urbanização sob o modo de produção capitalista ao qual a cidade está submetida. A população empobrecida, ao se apropriar do bairro Jangurussu, revela as condições de vida na cidade, que variam em função da

renda de cada pessoa e das possibilidades que esta tem de atentar para o consumo, mas também da luta pelos direitos sociais.

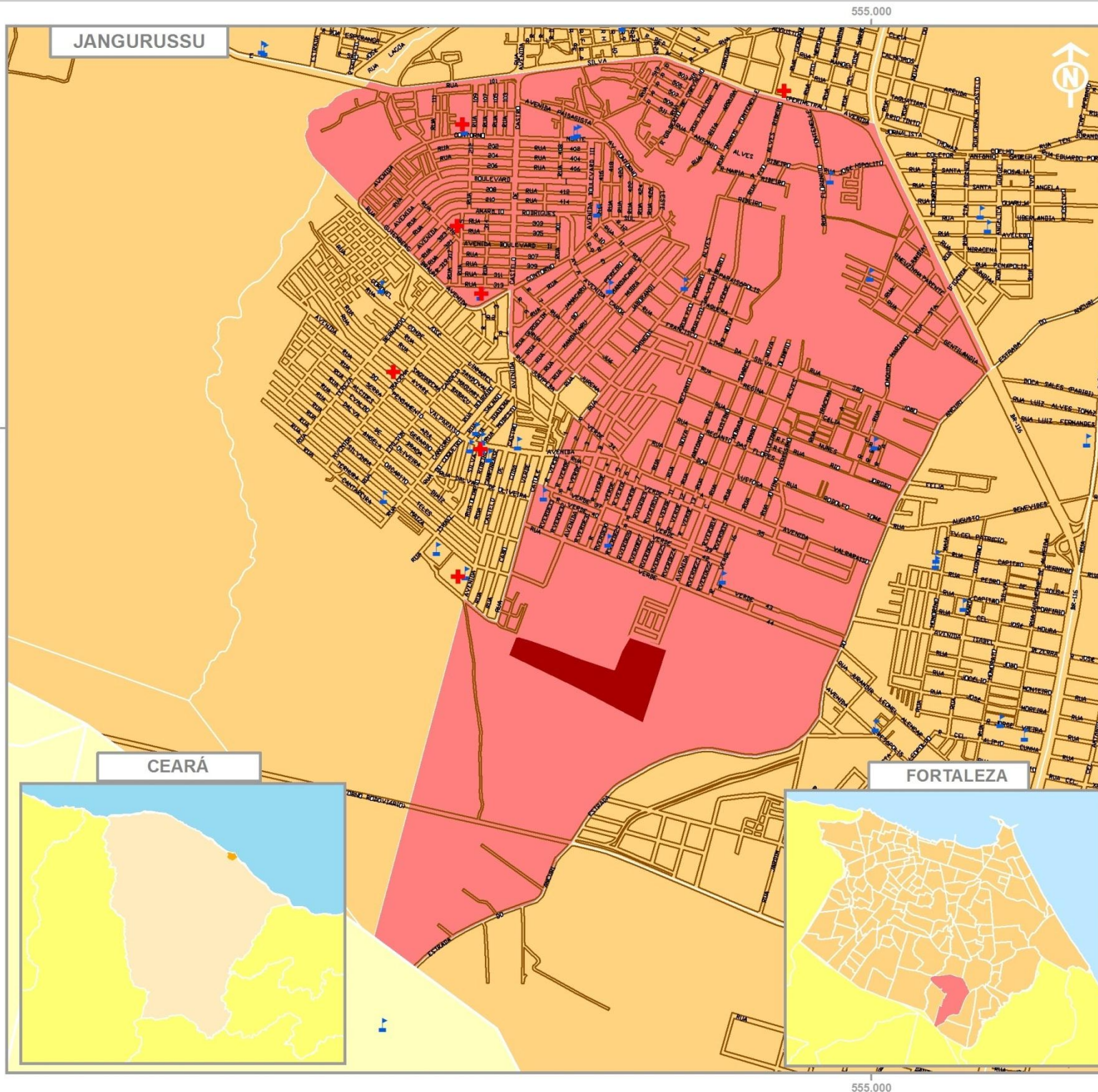
O bairro Jangurussu, onde se encontra o conjunto habitacional Maria Tomásia, é expressão das desigualdades socioespaciais que afetam a população pobre. Apesar de novos usos estarem ocorrendo no bairro, ainda é marcado por desigualdades sócioespaciais que atingem, sobretudo, a população pobre, que pode ser vista através da descrição de sua morfologia, se levadas em consideração as práticas espaciais contidas no seu processo de formação e na atual conjuntura em que vive a cidade.

Situado na porção Sul de Fortaleza, localizado no distrito de Messejana, sendo mais conhecido como Grande Jangurussu, devido sua extensão territorial e por abrigar muitas comunidades que chegam a extrapolar seus limites administrativos, o bairro é espaço de lutas históricas da comunidade pela dignidade humana, na procura por melhores condições de vida e qualidade na oferta de serviços públicos, tais como escolas, acesso a postos de saúde, equipamentos de lazer, dentre outros.

A divisão territorial do bairro pode ser compreendida através da malha viária que o contorna, sendo a Avenida Presidente Costa e Silva ao norte, a Avenida do contorno Sul a oeste e a BR 116 a leste, ao sul o bairro se encontra com os limites municipais de Pacatuba e Itaitinga. São constituintes do bairro Jangurussu comunidades que se formaram de maneiras diferenciadas dentro do território do bairro, ocupação de terrenos públicos, recebimento de lotes da Prefeitura, aquisição de lotes, a exemplo das comunidades João Paulo II, Santa Filomena, Sítio São João, Campo Estrela e São Cristóvão.

A apropriação do espaço que hoje se caracteriza como bairro Jangurussu teve início em meados do século passado com a ocupação de imigrantes que, por ausência de condições de sobrevivência no campo, migravam para Fortaleza em busca de melhores condições de vida (CAVALCANTE, 2011). Ao chegarem à cidade, se deparando com os mesmos descasos, a mesma falta de empregos, de propriedade privada do solo, afetando diretamente as possibilidades de moradia próxima ao centro urbano, restando por alternativa popular a ocupação de espaços “vagos” na periferia da cidade.

Apresentamos os Mapas 2 e 3 do Jangurussu demonstrando a localização do conjunto habitacional Maria Tomásia no bairro e sua localização na metrópole, apontando o loteamento do bairro, seu arruamento e os equipamentos de saúde e educação. No segundo mapa, podemos melhor visualizar as formas de ocupação no bairro, os recursos hídricos, as habitações e os terrenos vazios.



LEPOP

Laboratório de Estudos de População

Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza-Ceará: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Linha de Pesquisa: Território, Sociedade e Cultura.

Mestranda:

Sharon Darling de Araujo Dias

Professora Orientadora: Dra. Ana Maria Matos Araújo

Mapa 2

Localização do bairro Jangurussu com vias de acesso e equipamentos públicos

- Jangurussu
- Conjunto Habitacional Maria Tomásia
- Equipamentos da Saúde
- Escolas Públicas

Sistema de Coordenadas Geográficas
Zona 24S, Datum SAD69 - South America 1969

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) e Base Cartográfica cedida pela PMF (2011).

0 0,3 0,6 1,2 1,8 Km

Elaboração do Mapa: Sharon Darling de Araújo Dias.
MAIO/2012



LEPOP

Laboratório de Estudos de População

Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza-Ceará: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomázia, no bairro Jangurussu.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Linha de Pesquisa: Território, Sociedade e Cultura.

Mestranda:

Sharon Darling de Araujo Dias

Professora Orientadora: Dra. Ana Maria Matos Araújo

Mapa 3

Localização do bairro Jangurussu com vias de acesso e equipamentos públicos

- Jangurussu
- Conjunto Habitacional Maria Tomázia
- + Equipamentos da Saúde
- Escolas Públicas

Sistema de Coordenadas Geográficas
Zona 24S, Datum SAD69 - South America 1969

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) e Base Cartográfica cedida pela PMF (2011).
Imagem do satélite Quickbird (2009)

0 0,3 0,6 1,2 1,8
Km

Elaboração do Mapa: Sharon Darling de Araújo Dias.

MAIO/2012

Um dos principais fomentadores do crescimento da ocupação do Jangurussu foi a ação do Estado na implantação do aterro sanitário nas proximidades do Rio Cocó em 1978. O aterro esteve em atividade até 1986, e parte da população segregada do mercado de trabalho formal se estabelece nas proximidades do aterro para extrair a riqueza do lixo, na ocasião, era diminuta a atividade de catadores (as) de materiais recicláveis na cidade. O aterro sanitário foi parte da solução da problemática metropolitana relacionada à produção e destino do lixo produzido pela cidade capitalista, cada dia mais consumidora de bens descartáveis com suas embalagens.

Como forma de sobrevivência e estar próximo à atividade de catação, muitos trabalhadores e trabalhadoras passaram a contruir moradias no entorno do aterro. A maioria das casas era construída com materiais encontrados no próprio lixão, papelão, pedaços de madeira, configurando-se uma área de grande vulnerabilidade decorrente das precárias condições devidas aos materiais de baixa qualidade, das condições de higiene, da alta periculosidade de incêndio e desmoronamento e, principalmente, devido à grande proximidade do lixão.

Imagem 7 - Catadores de material reciclável no Lixão do Jangurussu, Fortaleza (1992)



Fonte: Acervo Seinfra (1992)

Aos poucos, o aterro virou lixão a céu aberto, com uma gama de problemas sociais e ambientais vinculados à sua existência e à negligência do Estado para com a área e a população residente. Dentre os principais problemas ambientais, foram enumerados: a contaminação do solo, das águas

do Rio Cocó, doenças infecciosas, dentre outras. A área onde se situava o antigo aterro sanitário hoje está institucionalmente dentro do território do bairro Passaré.

Após a desativação do aterro no ano de 1998, muitas famílias que sobreviviam da catação do lixo passaram a viver em situação ainda mais miserável, pois, sem emprego formal ou auxílio por parte do governo, continuou afetada pela falta de emprego e renda, que ficou em situação ainda pior depois que o aterro se foi.

A transferência do aterro para o município de Caucaia tirou as possibilidades de sobrevivência da população que sobrevivia de retirar do lixão resquícios de alimentos e materiais recicláveis para venda. Problemas como alcoolismo e prostituição também acontecem na comunidade, atrelados às condições sub-humanas em que vive parte da população. Pesquisa do Instituto Federal de Educação do Ceará, denominada de “Jangurussu, reciclando a vida: uma análise sócio-ambiental na visão do catador” (2007), revela que, de um total de 984 catadores entrevistados, 15% ainda sobrevivia da catação de lixo no bairro, ou seja, 157 trabalhadores e trabalhadoras.

De acordo com dados do censo do IBGE (2010), o Jangurussu hoje conta com uma população de 50.479 habitantes. O bairro faz parte de um território que extrapola a divisão municipal dos bairros denominado de “Grande Jangurussu”, agregando as comunidades dos bairros Barroso, Ancuri, Passaré e Palmeiras devido à ligação dessas comunidades com a história do aterro do Jangurussu e, atualmente, com equipamentos sociais e entidades não-governamentais presentes no bairro. Seu território é, hoje, o segundo mais populoso da Regional VI, que administra 26 dos 116 bairros da cidade, ficando à frente de bairros como Messejana, de antiga ocupação histórica.

Apesar de ser um dos bairros populosos da Regional VI, possui baixa densidade populacional, ou seja, ainda tem áreas disponíveis para futuras ocupações e remoções populacionais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) calculado através de dados da média de anos de estudos do chefe da família, a taxa de alfabetização e a renda média do chefe da família é baixo, 0,421. Quanto mais próximo o IDH-M for de 1, melhor é o índice da localidade, quanto mais distante, piores as condições de desenvolvimento humano. Dos 27 bairros da regional VI, 15 estão com o IDH

no nível baixo, e os outros 12 estão situados no padrão médio, nenhum dos bairros possui IDH de padrão alto. Isto indica predominância de situações de pobreza e insalubridade na região.

Sua configuração territorial heterogênea contrasta com o pensamento único de que o Jangurussu é bairro miserável e violento. Mesmo no quesito habitacional, há uma diversidade de situações: desde a presença de favelas, conjuntos habitacionais, ocupações de terrenos públicos, condomínios de classe média, oriundos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e também de iniciativas de construção privada para população com renda superior a três salários mínimos já na primeira década dos anos 2000. As Imagens 8, 9, 10 e 11 registram diversas situações habitacionais encontradas no bairro⁴ que se aliam ao conjunto habitacional Maria Tomásia e formam o mosaico do bairro Jangurussu. São exemplos dessas situações habitacionais a comunidade Campo Estrela, a ocupação Vitória, os residenciais do PAR e o conjunto habitacional Patativa do Assaré.

Uma parte do Jangurussu é formada pela comunidade denominada Campo Estrela, que se situa às margens da Lagoa das Pedras, integrante da bacia hidrográfica do Rio Cocó, nas proximidades da avenida Presidente Costa e Silva (Imagem 8).

A comunidade é formada por moradias de baixo padrão construtivo com população predominantemente de baixa renda, com ganhos entre 0 e 3 salários, embora, ao adentrar a comunidade, seja possível perceber algumas habitações de melhores padrões construtivos. A comunidade não dispõe de esgotamento sanitário, sendo os resíduos produzidos lançados diretamente na lagoa e no canal que a compõem. As habitações dentro da comunidade que não estão às margens da lagoa estão em zona de inundação sazonal, que fica parte do ano seca e parte do ano alagada, quando se dá o período chuvoso.

Atualmente, o Campo Estrela é alvo da política de urbanização vinculada à política habitacional do município em parceria com o Governo Federal para urbanização e integração de assentamentos precários. No caso

⁴ Os registros fotográficos resultam do trabalho de campo realizado em diversas visitas ao bairro com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca do conjunto habitacional Maria Tomásia e do bairro em que está inserido, bem como das diferentes situações habitacionais no bairro Jangurussu no intuito de conferir se a realidade observada no bairro condiz com os discursos estigmatizantes sobre o bairro de favelas, pobres, dentre outros.

deste projeto, a PMF está construindo um conjunto habitacional para receber as famílias num terreno mais periférico dentro do bairro Jangurussu. As famílias que não aceitaram ir para o conjunto estão sendo indenizadas. Além da urbanização da lagoa, o projeto promoveu a urbanização do espaço onde acontecia a feira popular do São Cristóvão, nas proximidades da Avenida Presidente Costa e Silva, também conhecida como perimetral.

Imagem 8 - Comunidade Campo Estrela às margens da lagoa das Pedras, bairro Jangurussu, Fortaleza – 2012



Fonte: Pesquisa direta, Dias (2012)

A Ocupação Vitória, iniciativa recente de apropriação de um terreno vazio ao lado do conjunto habitacional Maria Tomásia, foi percebida durante visita de campo ao referido conjunto, em abril de 2012. Algumas famílias assentadas em barracos e outras sem condições de pagar aluguel se organizaram e promoveram a ocupação da área através da construção de barracos e de uma igreja para realização de cultos e de atividades sociais com as crianças da comunidade, segundo informações dos próprios moradores do conjunto e de pessoas que construíam seus barracos no terreno ocupado.

Observar o bairro que contém o espaço objeto de estudo foi de extrema importância para visualizar o movimento e a contradição da produção espacial. A Ocupação Vitória ergueu-se entre dois conjuntos habitacionais, o conjunto Maria Tomásia e o conjunto Patativa do Assaré, como um enclave entre os dois, território de ocupação de pessoas que eram antigas inquilinas de aluguel de um ou outro conjunto, até ex-moradores de rua, famílias que

coabitavam em casas de parentes, dentre outros. Ao contatar uma das líderes do movimento da ocupação, essa nos sugeria prudência, calma e cautela nas entrevistas para evitar que as pessoas nos confundissem com representantes da prefeitura, visando a possibilidade de ajuda, bem como nos avisou sobre a presença de um “matador” na ocupação.

Fomos orientados a não tirar fotografias, aplicar questionário ou mesmo perguntar-lhes o nome. A recomendação nos fez refletir sobre os estigmas criados sobre a população, pois, na ocasião, não havia como distinguir os moradores por sua aparência, nem especular suas práticas. Outro fator que nos chamou a atenção foi a presença do tema da violência nos discursos e relatos dos moradores como algo possível de se conviver desde que “cada um ficasse no seu lugar”.

Imagem 9 - Ocupação Vitória, bairro Jangurussu, Fortaleza – 2012



Fonte: Pesquisa direta, Dias (2012)

Outro fato percebido em visita de campo em março de 2012 contesta a presença de 15 condomínios fechados construídos através do PAR⁵. Por se tratar de um imóvel arrendado, pago a prestações pelas famílias, o público-alvo não foi aquele de maior carência no contexto do déficit habitacional no município, e sim aquelas famílias com perfil de até 3 salários mínimos, isto é, com capacidade de pagamento e quitação do imóvel.

⁵ Uma ação da política habitacional em nível nacional e municipal que promoveu a construção de condomínios para serem acessados pela população através de subsídio habitacional, proporcionando a famílias de classe média uma unidade habitacional (casa ou apartamento).

No caso do bairro Jangurussu, percebem-se as diferenças entre o entorno imediato dos condomínios e a área mais geral do bairro, onde, no local de implantação dos condomínios, há pavimentação de vias, iluminação pública, que contrastam com situações de insalubridade em ambientes vizinhos.

Imagem 10 - Residencial PAR São Francisco (ao fundo) e Residencial Parque Nova Neópoles (à direita), bairro Jangurussu, Fortaleza - 2012



Fonte: Pesquisa direta, Dias (2012)

O Conjunto Habitacional Patativa do Assaré foi uma construção do Estado que, devido à demora das obras e entrega para as famílias, sofreu ocupação anterior à conclusão, ocasionando vários problemas estruturais e de infraestrutura.

Ao longo do processo histórico de uso do bairro Jangurussu, diversas camadas da população compuseram o bairro: famílias provenientes de outros bairros de Fortaleza, fugitivas dos altos custos das habitações, famílias faveladas e removidas compulsoriamente de antigos lugares centrais, famílias removidas de ocupações em áreas de preservação ambiental etc. Assim, o formato do bairro é de diferentes tipologias habitacionais, porém com predomínio de habitações da população de baixa renda.

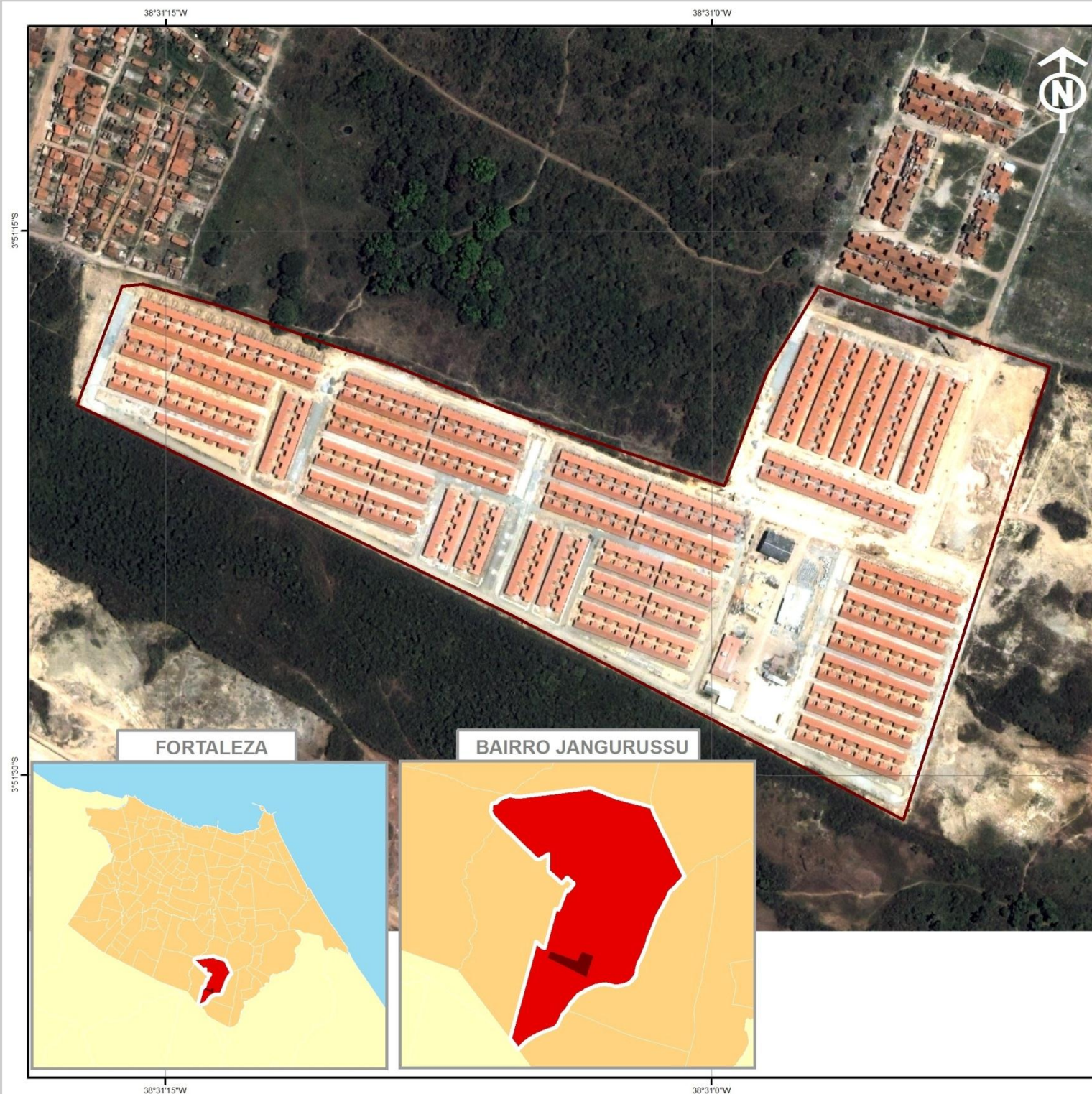
Imagem 11 - Conjunto habitacional com construção inacabada Patativa do Assaré, bairro Jangurussu, Fortaleza – 2012



Fonte: Pesquisa direta, Dias (2012)

A moradia, construída em lugares inadequados do ponto de vista da falta de serviços, não é iniciativa apenas popular. O Estado, com sua histórica política habitacional, constrói conjuntos habitacionais periféricos e concebe a moradia apenas como o espaço físico de abrigo a família, desconsiderando o entorno, as outras necessidades da população - o trabalho, o lazer, serviços de saúde, educação, coleta de lixo, segurança e outros básicos.

Há casos de intervenções habitacionais por parte do Estado em que os moradores passam a residir nos conjuntos habitacionais mesmo antes da finalização de suas obras. O governo municipal reassentou, em 2009, 1.126 famílias sem que o conjunto habitacional Maria Tomásia (Mapa 4) estivesse concluído e apto para receber as famílias remanejadas das favelas dos bairros Jardim das Oliveiras e Cidade dos Funcionários, onde residiam as comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba.



LEPOP
Laboratório de Estudos de População

Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza-Ceará: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomázia, no bairro Jangurussu.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Linha de Pesquisa: Território, Sociedade e Cultura.

Mestranda:

Sharon Darling de Araújo Dias

Professora Orientadora: Dra. Ana Maria Matos Araújo

Mapa 4

Carta Imagem do Conjunto Habitacional de Interesse Social Maria Tomázia, Jangurussu, Fortaleza - CE.

 - Conjunto Habitacional Maria Tomázia

Sistema de Coordenadas Geográficas
Zona 24S, Datum SAD69 - South America 1969

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) e Base Cartográfica cedida pela PMF (2011). Imagem do Satélite Quickbird (2009)

1:3.000

0 45 90 180 270
Metros

Elaboração do Mapa: Sharon Darling de Araújo Dias.

MAIO/2012

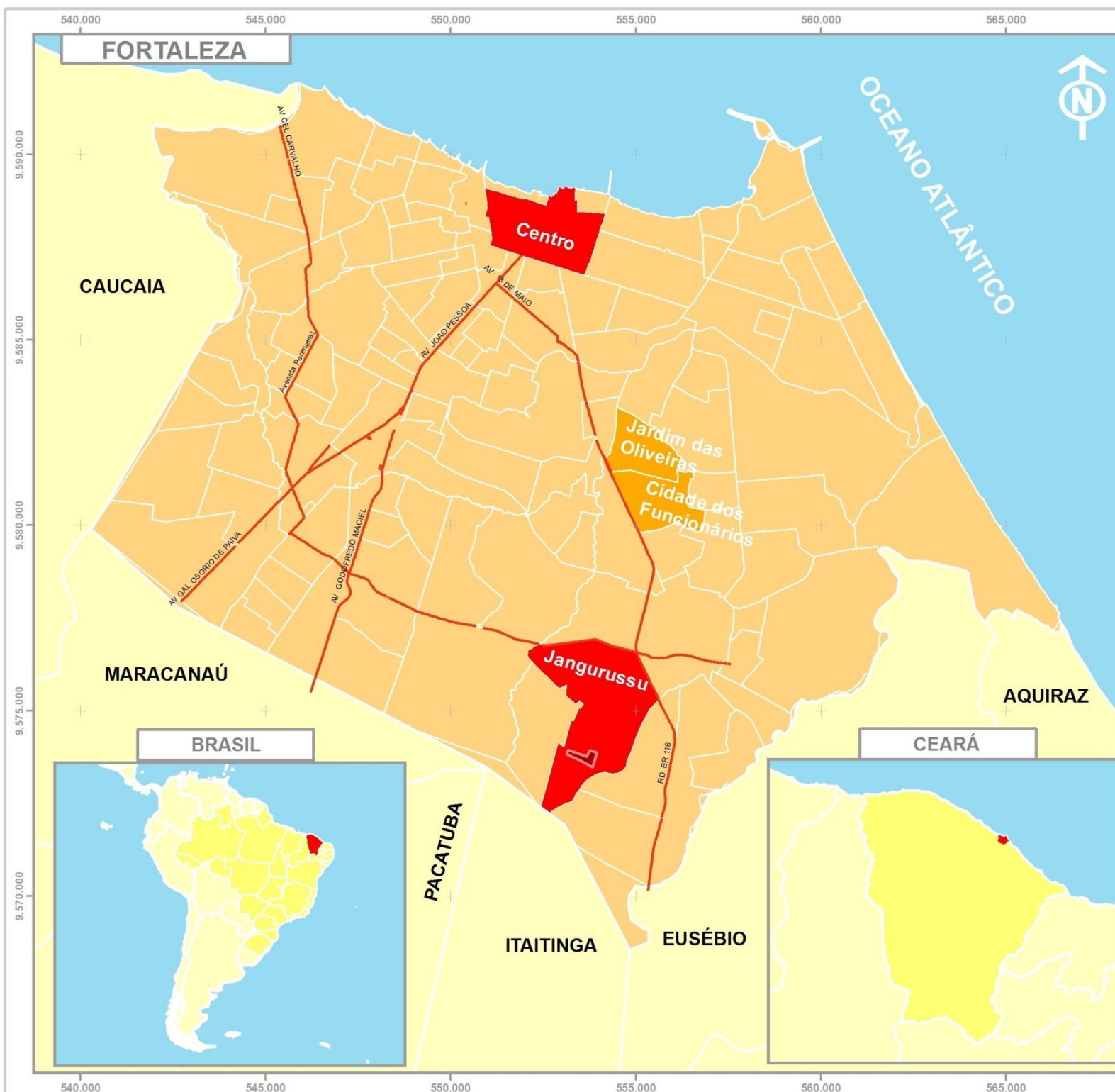
Anteriormente à política de reassentamento, em 2006 e 2007, os moradores dessas comunidades da Lagoa da Zeza e Vila Cazumba estiveram presentes no Orçamento Participativo do Município (OP) para reivindicar a disponibilidade de orçamento público destinado às obras de urbanização e construção de casas para as famílias residentes em barracos.

A população obteve a aprovação de suas reivindicações junto ao poder público, no caso, a Prefeitura de Fortaleza. Contudo, questionou-se um dos grandes problemas observados, que foi a localização do terreno para construção das casas populares, a uma distância de 10km em linha reta do local original de moradia. Depois de fixarem residência, ainda aludiam à necessidade de esgotamento sanitário, construção de rede de água. Assim como houve quem questionasse o rompimento da rede de relações cotidianas dos moradores, da perda de serviços oferecidos nas proximidades das favelas, além das oportunidades de trabalho em atividades informais.

O ponto crucial foi o processo de remoção ao qual a população foi submetida, virando palco de grandes contradições entre o espaço concebido e vivido, resultante da Política Habitacional do Município (PHIS).

O conjunto Maria Tomásia foi implantado em terreno no bairro Jangurussu, na porção sul do município de Fortaleza, nos limites com os municípios de Pacatuba, Eusébio e Itaitinga. Bairro da cidade com vazios urbanos e sem infraestrutura⁶ urbana adequada para receber as comunidades (Mapa 5).

⁶ Entendemos como infraestrutura urbana os serviços do tipo: sistema de saneamento, vias de transporte, de comunicação, distribuição de energia elétrica, sistema de abastecimento de água, tratamento de esgoto etc.



LEPOP

Laboratório de Estudos de População

Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza-Ceará: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomázia, no bairro Jangurussu.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Linha de Pesquisa: Território, Sociedade e Cultura.

Mestranda:

Sharon Darling de Araujo Dias

Professora Orientadora: Dra. Ana Maria Matos Araújo

Mapa 5

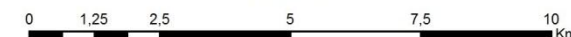
Localização do Conjunto Habitacional Maria Tomázia, Jangurussu, Fortaleza - CE.

- Conjunto Habitacional Maria Tomázia
- Bairros de Onde as Comunidades Foram Removidas
- Principais vias de acesso

Sistema de Coordenadas Geográficas
Zona 24S, Datum SAD69 - South America 1969

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) e Base Cartográfica cedida pela PMF (2011).

1:100.000



Elaboração do Mapa: Sharon Darling de Araújo Dias.

MAIO/2012

De acordo com dados da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza, a composição das famílias é de, em média, 5 (cinco) pessoas e a renda média fica em torno de meio salário mínimo⁷ ou R\$ 270,00 por família. A antiga moradia, em grande parte, era do tipo barraco e as comunidades não eram beneficiadas com sistema de esgotamento sanitário, ligações de água, energia regular, dentre outros serviços considerados essenciais à vida nas cidades, sobretudo nas metrópoles. A Imagem 12 demonstra o nível de precariedade em que vivia a comunidade:

Imagem 12 - Comunidade Lagoa da Zeza, bairro Jardim das Oliveiras, Fortaleza – 2008



Fonte: PMF, 2008

Grande parte das moradias foi construída com sobras de madeiras, papelão, restos de materiais de construção civil, telhas, tijolos. A presença de lixo dentro do corpo hídrico também pode ser visualizada, promovendo contaminação da água, com possibilidades de doenças para a população.

Por sua vez, o retrato da comunidade Vila Cazumba se assemelha ao da comunidade Lagoa da Zeza, onde predomina a moradia em barracos, falta de esgotamento, contaminação do corpo hídrico, presença de lixo, falta de áreas de lazer.

⁷ Em 2009, o salário mínimo era de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

Imagem 13 - Comunidade Vila Cazumba, bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza – 2008.



Fonte: PMF, 2008.

O conjunto habitacional Maria Tomásia foi projetado com 1.126 unidades habitacionais planas e previa, ainda, a construção de equipamentos comunitários e de lazer (01 creche e 02 quadras poliesportivas); área para comércio (01 balcão de negócios); infraestrutura urbana (pavimentação, rede de esgotamento sanitário e de drenagem, abastecimento de água, rede de energia elétrica e iluminação pública); urbanização das áreas livres; implantação de serviço de coleta de lixo.

A população passou a ser removida no final de 2009, meses de novembro e dezembro. Dos equipamentos e infraestrutura previstos no projeto original, estavam construídos basicamente as unidades habitacionais e um equipamento social onde se previa o funcionamento de uma creche. Levando em consideração uma média de 5 (cinco) pessoas por família, estima-se que o conjunto habitacional recebeu uma população de 5.630 habitantes.

O bairro Jangurussu e o conjunto Maria Tomásia são claros exemplos da questão habitacional em Fortaleza. Por ser um bairro na periferia da cidade, o Jangurussu abrange majoritariamente uma população pobre entre ocupantes e beneficiários da política habitacional. O conjunto Maria Tomásia foi uma concepção de Estado para promover habitações para uma população pobre remanejada de áreas de proteção ambiental.

As condições em que vivia a população remetiam para necessidade de mudanças qualitativas nas moradias e quanto aos direitos sociais. Contudo, ao conceber um projeto de urbanização de assentamentos precários, o Estado gera novas contradições e frustra as expectativas da população em relação à sua própria legislação urbana, neste caso, a Lei Orgânica do Município, que determina que, em casos inevitáveis de remoção populacional, o agente público deve promover moradias no mesmo bairro para a população e com o mínimo de impactos no acesso aos bens de consumo coletivo⁸.

Para compreender a atuação paradoxal do Estado brasileiro na questão habitacional, foi discutida a forma pela qual o Estado atua e o papel deste na sociedade, o espaço concebido, em especial no que tange às políticas habitacionais, trazendo o debate para as intervenções promovidas em Fortaleza. Buscou-se semelhanças e disparidades na política habitacional, compreendendo as mediações realizadas pelo Estado, como sujeito produtor do Estado, e o movimento de reprodução do capital que orienta suas ações sem deixar de lado as ações da sociedade civil por políticas públicas que atendam suas necessidades, pela afirmação e concretização de seus direitos, bem como as contradições que envolvem a promoção das políticas habitacionais no Brasil e em Fortaleza-Ceará.

⁸ A política de desenvolvimento urbano, a ser executada pelo Município, assegurará: I - a urbanização e a regularização fundiária das áreas, onde esteja situada a população favelada e de baixa renda, sem remoção dos moradores salvo: a) em área de risco, tende nestes casos o Governo Municipal a obrigação de assentar a respectiva população no próprio bairro ou nas adjacências, em condições de moradia digna, sem ônus para os removidos e com prazos acordados entre a população e a administração municipal (LOM, 2006, s/p).

2. ESTADO E POLÍTICAS HABITACIONAIS: A DIMENSÃO ESPACIAL NA METRÓPOLE CEARENSE

O Estado é um dos principais sujeitos produtores do espaço, seja por definir e atuar com mecanismo de regulação da produção, do consumo, das formas de trabalho, com a criação de leis trabalhistas, incremento econômico em determinadas atividades industriais, comerciais, na disposição de infraestruturas, tais como estradas, rodovias, dentre outros serviços à população. De acordo com Harvey (2005), praticamente todos os aspectos da produção e do consumo sofrem algum tipo de intervenção das políticas do Estado, apesar deste, no atual contexto de neoliberalismo, modificar constantemente sua forma de atuação.

Nas cidades, a relação entre Estado e produção do espaço se faz através das concepções do espaço, no planejamento, em projetos de revitalização de áreas, na criação de leis, em códigos de condutas. O Estado normatiza a vida na cidade secundarizando os conteúdos das práticas sociais no processo de produção espacial. Ao tratar o tema da revitalização urbana, Carlos (2007, p. 89) enfatiza que:

No caso brasileiro, o processo de reprodução dos lugares da cidade, enquanto processo de revitalização urbana, tem sua fundamentação em uma racionalidade que se impõe enquanto “processo autofágico”, em que a demolição dos lugares familiares para a produção de novas formas urbanas se realiza aprofundando a segregação, além de expulsar a “população inadequada” e destruir as referências, que são elementos definidores da identidade cidadão/cidade e que sustentam a memória.

Ao elencar as formas de concepção e teorias do Estado, Therborn (1999) destaca a perspectiva marxista na qual o Estado é abordado a partir da consideração como força, no sistema de poder da classe dominante capitalista, para além da exploração e das formas de repressão física, considerado em termos das organizações ou em visão ampliada. O Estado moderno é condição para o capitalismo e a acumulação, considerando os limites da burocracia estatal e as possibilidades de reforma do Estado.

De acordo com Harvey (2005, p.84), “o Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para

sustentar a relação básica entre capital e trabalho”. Sem atuação do Estado mediando a relação capital-trabalho, a produção material, em suas múltiplas formas, a vida cotidiana da população, o desenvolvimento do modo de produção capitalista estaria comprometido.

Há uma relação íntima entre Estado e funcionamento do modo de produção capitalista. O Estado, contudo, não é uma necessidade criada pela acumulação capitalista, pois sempre existiu, sendo parte dos diferentes modos de produção, sofrendo transformações em função dos interesses e necessidades da classe dominante, permeado de disputas pela hegemonia e contradições que tensionam as concepções do espaço.

O Estado tem uma atuação ampliada na reprodução das relações sociais e na concepção dos espaços das metrópoles, cidades e lugares. Para tanto, cria mecanismos de controle das diversas dimensões da sociedade com suas diferentes instâncias reguladoras:

O Estado produz o espaço regulador e ordenador que tende a estabelecer-se no seio do espaço mundial reproduzindo a oposição centro-periferia que se estende das grandes capitais e cidades mundiais até as regiões dos países em desenvolvimento, o que significa a dominação de centros sobre o espaço dominado que exercem controle do ponto de vista organizacional administrativo, jurídico, fiscal e político sobre as periferias, coordenando-as e submetendo-as as estratégias globais do estado. Estratégias de poder fundados no aparelho estatal enquadram territórios e populações reproduzindo um espaço de confrontos e conflitos. (CARLOS, 2007, p. 28).

O espaço regulador de que fala a autora diz respeito ao espaço concebido por suas representações. O Estado, ao deter formas de controle, coerção, de interferência na produção e na regulação ou promoção do consumo, possibilita que a dominação capitalista se exerça do centro às periferias. Facilita o deslocamento compulsório de populações para fins de revitalização urbana, promove a concepção de lugares precarizados para a moradia dos pobres. Santos (2008, p. 231) justifica o aumento das atividades e capacidades de intervenção do Estado: “o Estado tem então de tornar suas funções mais complexas para ser capaz de disciplinar relações em um nível mais elevado”.

A contradição econômica e tecnológica que avança por todos os lugares no século XXI, que tem por comando a economia-mundo e as políticas

internacionais. A população reclama da ausência do Estado, da sua perda de funções para garantir-lhe direitos básicos e cidadania. Contraditoriamente, o Estado se faz cada vez mais presente como instrumento de dominação, no papel ampliado de repassador de financiamentos, detentor da capacidade de dotar lugares de infraestrutura, distribuidor de incentivos e subsídios aos interesses privados neste mercado globalizado e altamente competitivo.

O Estado é também responsável pela introdução de inovações tecnológicas, econômicas, tendo papel primordial nos investimentos de grandes volumes de capital no espaço urbano, sobretudo nas capitais, criando condições para a reprodução do capital e da injusta forma de divisão das riquezas. Outras características podem ser atribuídas ao Estado, principalmente a partir da década de 1990, na qual o Estado e suas instituições passaram por um intenso processo de mercantilização, desburocratização com a simultânea introdução de novos mecanismos gerenciais, com modernização de seu aparato. Nesse início de século, o Estado passa também por uma crescente revisão democrática, ainda que conflitante ou em desacordo com o interesse da elite dominante, sem perder, no entanto, suas características de Estado capitalista.

Therborn (1999, p. 84) aponta que, em relação aos processos de mediação entre as classes promovidos pelo Estado, este tende a se ausentar cada vez mais, conferindo espaço para que as “relações se estabeleçam de forma mais direta, não mediadas ou menos mediadas que há uma ou duas décadas, no que se refere aos países capitalistas avançados”.

O Estado se manifesta, como exercício de poder, por meio de determinados arranjos institucionais e ainda como um conjunto de possibilidades pelas quais o poder pode ser exercido. Levando em consideração as relações de hegemonia, o poder tem papel fundamental na incorporação de ideologias e estratégias de ação por parte do Estado na produção do espaço sob o modo de produção capitalista. O poder, de acordo com Foucault (1996, p. 32):

[...] funciona e se exerce através de uma organização reticular. E nas suas malhas os indivíduos não apenas circulam, como estão postos na condição de sofrê-lo e exercê-lo; nunca são o alvo inerte ou cúmplice do poder, são sempre seus elementos de recomposição.

Os arranjos institucionais do Estado se expressam nas estruturas organizacionais do Estado-Nação, possibilitando a atuação dos Governos. Compreendido como determinado grupo, ou grupos de interesse que expressam o Estado em diferentes períodos históricos. E a partir de sua estrutura de funcionamento, executa programas relacionados a uma correlação de forças:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico corporativo (GRAMSCI, 2000, vol 3, p. 41-42).

Sendo assim, a atuação do Estado é contraditória e pode ser observada a partir da formulação do conceito hegemonia de Gramsci, apoiado nas formulações de Lenin. A hegemonia, ao tratar do Estado, traduz-se para além dos regimes produtivos, das estratégias militares, da supremacia da moeda, do uso da força militar ou coerção, ela se faz ao implementar na vida cotidiana a dominação através da ideologia que coloca a sociedade e suas disparidades como algo comum e possível de se resolver pelo Estado nacional, expressando concepções de mundo que se reproduzem na vida da população e nas formas de contrapor a dominação hegemônica que se realiza através do poder:

A proposta gramsciana, nesse sentido, leva a se conceber a hegemonia como a capacidade para generalizar uma visão do mundo, capacidade que se nutre tanto da pertinência argumentativa do discurso e de sua similitude com as expressões visíveis da realidade (ou sua capacidade para visualizar as expressões ocultas), como das manifestações de força que provêm das condições objetivas nas quais tem lugar as relações sociais, apareçam estas sob formas explícitas ou somente sob formas disciplinares ou indicativas (CECEÑA, 2005, p. 35).

A hegemonia se faz presente em diversas instâncias da vida social, sendo uma concepção de mundo em dado momento histórico que se estabelece sobre a totalidade social, indo para além das relações de trabalho, agregando elementos culturais, políticos, morais (GRUPPI, 1978) ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

No Brasil, o aparelho de Estado é composto por diversas instâncias, tais como Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais, Ministérios temáticos (Cidades, Saúde, Educação), Forças Armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica), Judiciário, Legislativo, dentre outros. Essas instâncias, em seus diferentes níveis de atuação, são responsáveis pela produção espacial, mediando demais agentes (trabalhadores, capitalistas, promotores imobiliários).

O Estado produz espaço, sobretudo participando do ambiente construído, seja pela regulamentação, formulação de leis de uso e ocupação, planos diretores ou no investimento público de infraestruturas e equipamentos urbanos diversificados. São exemplos dessa atuação do Estado no Brasil: centros de administração do Governo, avenidas, equipamentos culturais, museus, legislação ambiental e urbana, formulação de diretrizes e execução de políticas sociais, sobretudo as habitacionais, que são alvo de disputas hegemônicas entre capital, sociedade civil, movimentos sociais.

O Estado é um dos pilares que sustenta o capital e pensar sua forma e concepções de espaço requer um esforço de compreendê-lo no movimento de reprodução do capital que se manifesta em nível local e global, ainda que de forma desigual, porém combinada. Carvalho (2010) chama atenção para a vigência na América Latina de um “*Estado Ajustador*”. Nas palavras da autora, o Estado hoje ajusta o padrão de acumulação do capital nos territórios nacionais e se ajusta a eles, afirmando-se através do poder hegemônico, do aumento das intervenções através das políticas sociais.

Essa contraditoriedade de configurações estatais, no contexto do presente, permite bem visualizar o *Estado como espaço de disputa entre dois polos: o mercantil*, a encarnar os interesses do capital de mercantilização de todas as relações sociais e o *público societal*, a consubstanciar a perspectiva da Democracia de universalização de direitos, na afirmação do reconhecimento da igualdade e da diferença. (CARVALHO, 2010, p. 190).

Carvalho (2010) assinala que compreender o Estado em suas contradições e conflitos, que se expressam através do seu funcionamento na sociedade, é um caminho para se pensar sua atuação no movimento dialético entre as tensões que se erguem entre as reivindicações e resistências dos segmentos da sociedade e as políticas públicas com suas contradições dos dias atuais.

As políticas públicas são mecanismos de grande importância para intervenção do Estado na produção espacial, ao mediar conflitos e interesses de classes e ofertar serviços pela produção do espaço. Cabe ao Estado a oferta de serviços essenciais para reprodução social, tais como saúde, educação e habitação, que amenizam, mas não conseguem resolver o quadro de negação de direitos básicos à grande parte da população, a exemplo do que ainda ocorre no Nordeste brasileiro:

Considerar a implementação de políticas sociais no Nordeste é sobretudo pensar as possibilidades e contradições que envolvem as tentativas de resolução do problema da pobreza. De fato, as políticas sociais nessas circunstâncias não se circunscrevem ao universo das correções habituais das crises cíclicas de desemprego, educação, saúde e moradia, mas a própria existência das crises como expressão permanente da ordem social. Essa situação revela a não adequação entre os modos habituais de viver e morar exigidos pela condição de cidadania e a resposta oferecida por programas que tentam resolver o problema da pobreza (BARREIRA, 1991, p. 35).

O Nordeste brasileiro passou por intenso processo de reestruturação produtiva vinculada à modernização da indústria e ampliação de sua atuação, sobretudo a partir da década de 1950 com a criação da Sudene. As intervenções pretendiam reparar desníveis de desenvolvimento econômico e social entre regiões brasileiras que se apresentavam com nítida concentração de atividades e capitais no Sul e Sudeste do país, em detrimento das outras regiões.

Contraditoriamente, tais projetos de desenvolvimento no Nordeste buscavam beneficiar interesses imediatos de pequena parte da população do campo ou da cidade. No Ceará, as intervenções concentraram investimentos na capital, Fortaleza, aprofundando fenômeno compreendido como macrocefalia urbana que também inicia o incipiente processo de metropolização. Fortaleza, capital do estado do Ceará, localizada no Nordeste

do país, é hoje considerada uma metrópole regional (ARAÚJO, 2010), com destaque para as atividades econômicas ligadas ao setor de serviços e indústria junto a uma complexa dinâmica populacional. Sua configuração se desenhou pautada em processo de produção do espaço contraditório, ligado ao movimento do capital nacional e internacional, às intervenções do Estado e às estratégias de sobrevivência da população.

No caso das políticas habitacionais, as ações estatais para atender às necessidades e reivindicações da população empobrecida com projetos de urbanização e construção de unidades habitacionais (casas, apartamentos) demonstram a articulação entre Estado e o desenvolvimento de empresas capitalistas como a da construção civil, bem como o entrelaçamento do Estado nacional com organismos financeiros internacionais junto à necessidade de atender à pressão da população por melhores condições de vida e amenizar o quadro de pobreza que não pode ser encoberto na atual conjuntura social e política.

A produção capitalista do espaço que atinge fortemente as cidades, em especial os grandes centros urbanos, diferencia formas de uso e ocupação das áreas, interferindo diretamente nos modos e possibilidades de habitar. Aqui cabe novamente uma reflexão sobre o que Lefebvre (2001), em sua obra, distingue entre o *habitar* e o *habitat*.

O conceito de *habitar* refere-se à noção de pertencimento, de cotidiano relacionado ao direito de participar dos vários aspectos e espaços da cidade, da vida urbana: o morar, o ir e vir, o lazer, a festa, a prática social, a sociabilidade. O *habitat* está intimamente ligado à prática concebida pela classe dominante, por ideólogos, políticos, dentre outros, que vislumbram na ascensão da propriedade a possibilidade de separar o proletariado de seu trabalho. Seria a concepção do que podemos chamar de moradas, já que a habitação e a moradia vão além do objeto-casa, englobam a dimensão da rua, do bairro, da cidade, mas sofrem com o modelo organizativo das cidades, como aponta Campos Filho (1992, p. 47):

No entanto, o atendimento concreto das condições de vida que esses direitos deveriam assegurar nas cidades é dificultado enormemente pela forma como está organizado o seu espaço, especialmente devido à especulação com a terra. E é dificultado também pelas estruturas político-administrativas que impedem o atendimento ao

direito do cidadão de participar da gestão da sua cidade. (CAMPOS FILHO, 1992, p. 47).

A cidade é construída menos para atender ao valor de uso e mais pela condição de valor de troca, na possibilidade de a própria cidade servir ao consumo ou ser consumida. A especulação imobiliária amparada pelo Estado na sua relação com o mercado cria situações de distinção das possibilidades de apropriação da cidade, nas quais a vida urbana, no sentido de acesso aos direitos e possibilidades de apropriação da cidade, é fragmentada, especialmente para população pobre. A plena participação nos lugares, nos acontecimentos urbanos, no espaço público e na centralidade é mais de uma vez negada para a maioria dos trabalhadores, que produz o espaço, mas não tem condições de acessá-lo como mercadoria, através da renda, e, em alguns casos, consegue fazê-la através do acesso aos programas da política habitacional.

As políticas habitacionais, como integrante das políticas sociais, também apresentam interesses conflitantes, sobretudo pelo precário atendimento às necessidades da população. Para melhor compreendê-las no contexto social, político e econômico no qual estão inseridas, examinam-se quatro momentos das concepções de espaço através da política habitacional, que são: o período do Governo do presidente Getúlio Vargas, a partir de 1930; do Regime Militar, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH); entre as décadas de 1980 e 1990, na desestruturação e extinção do BNH, iniciando a fase de esmorecimento das intervenções habitacionais; e, posteriormente, o soerguimento da política habitacional articulada aos eixos econômicos e de mercado, no Governo Lula, no início do século XXI, em parte direcionada para o atendimento da classe trabalhadora de menor poder aquisitivo, com rendimento igual ou inferior a três salários. Neste último período, a questão habitacional tornou-se insustentável no contexto de carências que não mais poderia ser totalmente renegado pelo Estado mediador sem, no entanto, dispensar o caráter financeiro e de contenção das crises de acumulação do capital.

A partir desses períodos, discutem-se as políticas habitacionais, relacionando-as às políticas econômicas e na relação com demais sujeitos produtores do espaço. Estuda-se a configuração do espaço metropolitano de

Fortaleza, relacionando as diversas tentativas de solução da problemática habitacional à atuação do Estado, mediando interesses políticos e econômicos da classe dominante e as reivindicações sociais, elencando contradições e nas consequências como a manutenção das desigualdades.

2.1 O Governo Vargas: da ideologia da casa própria à atuação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs)

No início do período Vargas, em 1930, o tema da moradia para o operariado passou a ser central no discurso e propostas de intervenção do governo, pois os custos dos trabalhadores com a moradia consumia grande parte de seus salários e, assim, pressionava o aumento do custo da mão de obra por parte do empresariado. Capitalistas e trabalhadores passaram a ver no Estado a possibilidade de atuar na garantia da habitação para a classe trabalhadora pobre e, concomitantemente, promover o desenvolvimento econômico e político no país através da industrialização, via redução dos custos da mão de obra. Santos (2009) destaca que a industrialização deve ser compreendida em sentido amplo, envolvendo aspectos da produção e um conjunto de relações complexas próprias de um processo social da abrangência e porte da industrialização.

Nesse período, a habitação passou a ser encarada sob três prismas: na condição de reprodução da vida da classe trabalhadora, sobretudo do operariado; como mecanismo de desenvolvimento urbano e industrial do país; e componente ideológico, político e moral dos trabalhadores. Inclusive os trabalhadores reivindicavam a habitação como forma de resgatar a dignidade contida no trabalho (na exploração do trabalho), fazendo emergir a ideologia da casa própria, da habitação como fruto do trabalho e também da preocupação do Estado com o bem-estar da população.

No início da ditadura Vargas, a produção intelectual sobre o tema da habitação passou a tomar proporções ainda maiores, oriundas, inicialmente, da herança das décadas anteriores de combate à existência dos cortiços, com medidas sanitárias e busca de novas soluções para o que a elite nacional considerava como problemática: a presença dos cortiços nos centros urbanos. Eram pesquisadores, técnicos de diversas áreas (engenharia, arquitetura,

geografia, serviços social, sociologia) que, junto à imprensa nacional, passaram a abordar o tema da habitação como uma questão nacional. Seria a habitação uma necessidade e um problema que deveria ser resolvido pelo Estado, através de políticas que disseminassem para os trabalhadores a casa própria para a vida familiar; e para o país, como possibilidade de ampliar o crescimento da indústria e da ideologia sobre a grande massa da população.

A efervescência do tema da habitação popular e da intervenção do governo nesse período é fruto da crise da habitação na qual o Brasil estava inserido, em que grande parte da população vivia sob condição de aluguel era de pobres. A classe média, por sua vez, reconhece a importância desse tipo de vínculo para morar e também pressionou o governo juntamente com a classe empresarial. O mercado imobiliário em nascimento desejava ampliar sua extensão territorial e lucros que fizeram emergir, dentre outros fatores, a questão da habitação como uma necessidade de resolução por parte do Estado e que somente ele poderia resolver tal problemática.

O pioneiro e denso trabalho sobre as origens da habitação social no Brasil, de Nabil Bonduki (2011), é de grande importância para compreender o período que antecedeu a emergência do tema e das ações na habitação popular no Brasil. Ajuda também na discussão sobre as disputas que giraram em torno da consolidação do tema e do papel do Estado como principal agente no provimento de habitações populares no Brasil. Pode-se captar os componentes e as contradições que envolvem o período, no que tange às intenções de valorização de áreas centrais nas grandes cidades, emprego da ideologia do trabalhador nos moldes necessários para o desenvolvimento da burguesia nacional e na reprodução do capitalismo, passando sobre a extinção da forma de habitação nos cortiços do período em que se davam, sobretudo, localizados nos centros das cidades, tal como afirma o estudioso:

Portanto, as investigações e reflexões realizadas no período não são descomprometidas de projetos mais abrangentes – embora estes não fossem claramente enunciados. Elas proporcionavam o suporte ideológico para a proposta, ainda não de todo articulada, mas já em parte delineada, de transferir para o Estado e para os trabalhadores o encargo de mobilizar os recursos e o esforço necessários para enfrentar o problema da moradia popular. E isto ia ao encontro de um antigo desejo da elite: eliminar os cortiços do centro da cidade e segregar o trabalhador na periferia, reduzindo assim o custo das

moradias e ampliando a distância física entre as classes sociais (BONDUKI, 2011, p. 77).

Outro fator que contribuiu para a afirmação do Estado como responsável pela provisão de moradias para a classe trabalhadora foi a conjuntura internacional, sobretudo a ascensão do keyneisianismo nos Estados Unidos da América. Emergia uma ideologia de participação ativa do Estado no mercado e na implementação de políticas de emprego, saúde, educação, dentre outras.

No Brasil, a ideologia dominante do Estado Novo fez da habitação popular discurso fundamental de valorização do trabalho (mesmo que em parte fosse vazio). Passava para o trabalhador a ideia da casa própria como benefício e fruto do trabalho diário e da preocupação do Estado com os trabalhadores e trabalhadoras, minimizando as possibilidades de revolta desta classe contra o sistema político vigente, numa conjuntura política da época em que emergiam os grupos de facção comunista (BONDUKI, 2011).

A habitação cumpriu o significado de proteção à família, difundida pelo Estado como oposição aos cortiços que deixavam as famílias expostas ao contato com pessoas consideradas vagabundas e prostitutas. A habitação passou a representar a apreensão do trabalhador aos comportamentos morais da burguesia e do ideário cristão:

A habitação operária torna-se, portanto, área crucial para a manutenção da ordem econômica, política e social. Além de ser um bem essencial para a sobrevivência do trabalhador, a moradia deveria tornar-se instrumento de transformação do trabalhador em proprietário, desempenhando papel importante na criação de um modo de vida conservador e reproduzindo os padrões de comportamento moral e cultural burguês entre os trabalhadores oriundos de vários países e longínquas regiões do país. E, além disso, deveria integrar o rol de iniciativas empreendidas pelo Estado, sob a liderança do ditador Vargas, visando dar assistência às classes trabalhadoras (BONDUKI, 2011, p. 86).

Chama atenção os discursos autoritários e sexistas utilizados para minar a existência dos cortiços e propagar, inclusive no interior das famílias, a aceitação de extinção destes e a realocação das famílias em outras áreas, sobretudo nas periferias. Os cortiços eram apontados como espaços onde reinavam a falta de moralidade, de bons costumes, de saúde e higiene, locais

de ausência de pudor que deteriorariam as famílias e exporiam mulheres e homens ao desejo. Como pode ser visto na passagem do discurso de Ferreira, apresentando por Bonduki (2011), seria uma forma de estigmatizar a vida nos cortiços para fins de retirada deste tipo de moradia das áreas centrais valorizadas com ampla aceitação popular:

Observando o cortejo dos malefícios da habitação precária para moradia familiar, vamos encontrar o grande inimigo do pudor e do recato feminino. Convém que a vida da mulher derive numa atmosfera de discrição e de respeito que só se obtém na habitação individual. No cortiço, e em outras moradias semelhantes, desde o amanhecer até o cessar tardio do movimento de inquilinos, está mulher a vista de todos, sujeita a promiscuidade, desde o tanque comum até as demais instalações. Essa frequência diária com indivíduos de outro sexo, estranhos à família, vai aos poucos desodorando a mulher pela impossibilidade de deixar esta de ser vista a todo instante e com qualquer traje. Entretanto, o recato feminino é a barreira natural que Deus dotou para preservá-la da malícia, da sensualidade e doa atentados de ordem moral (FERREIRA, 1942 *apud* BONDUKI, 2011, p. 86).

As falas ideológicas contra os cortiços e em defesa da propagação da habitação pelo Estado continham os mais diversos tipos de justificativa. Principalmente, serviam de convencimento de chefes de família, pais, avós, para aceitar as imposições e concepções do governo vigente, contando com o apoio da igreja. Dentre outros tipos de discursos propagados, podemos citar o de Arruda (1942 *apud* Bonduki, 2011, p. 86) ao ressaltar que a família deveria viver em “moradias individuais, pois a família é uma unidade moral e material da sociedade”, ou a frase de Sinisgalli (1942 *apud* Bonduk, 2011 p. 85) em relação ao contato de várias pessoas de atividades e interesses distintos nos cortiços: “Diz-me onde moras e dir-te-ei quem és”.

Tais manifestações, apoiadas pelo Estado, serviam para criar uma atmosfera de desejos dos próprios trabalhadores em acessar o modelo proposto de habitação popular. Eram estratégias de convencimento da classe trabalhadora para que aceitasse e se esforçasse para mudar de local de moradia. De certo modo, ainda há muito dessa ideologia na remoção de famílias das chamadas “áreas de risco”.

Antes do Governo Vargas, as ações de habitação social já haviam sido realizadas pelo governo de Marechal Hermes da Fonseca, construindo as Vilas Operárias. Portanto, antes de vir a ser uma questão no Governo Vargas,

a habitação social teve resposta política como consequência do movimento operário. Ao discutir as origens da habitação social no Brasil, Fernandes e Oliveira (2010, s/p) destacam:

Após a inauguração da Vila Proletária Marechal Hermes, em primeiro de maio de 1914, as obras para a sua conclusão ficaram paralisadas até que Getúlio Vargas autorizasse a transferência de sua posse para o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União (IPFPU), em 28 de fevereiro de 1931, com o objetivo de reformar os casarões abandonados, terminar os que estavam incompletos e construir casas econômicas. Oliveira (op. cit.) nos mostra com a vila Proletária Marechal Hermes não só o paradoxo de uma vitrine não vista, mas também descobre que ali está um fio que liga Hermes a Vargas nas origens da intervenção do Estado na habitação. Mostram isto as primeiras iniciativas de Getúlio Vargas na produção estatal da habitação, que começaram no início da década de 30, exatamente por onde Hermes da Fonseca havia terminado.

O governo Vargas empreendeu ações na questão habitacional, mas não somente quanto às políticas sociais. O governo programou ações de diversos âmbitos da realidade social para atender reivindicações de emprego, de habitação, dentre outras. Todas como estratégia de fortalecimento do crescimento urbano e industrial capitalista no Brasil. A questão da habitação, tida como social, dentro da realidade teve aporte institucional no Governo Vargas. Foram habilitados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) com suas carteiras prediais, facilitando o acesso dos trabalhadores de diversas classes à habitação.

Em Fortaleza, as intervenções do período beneficiaram setores tradicionais de postos de trabalho: ferroviários, bancários, funcionários do Estado, marítimos, dentre outros. De acordo com o estudo do IPLANCE (1978), as intervenções relacionadas ao período de 1940 a 1963, em Fortaleza, indo para além do período Vargas, construíram um total de 1.660 unidades habitacionais, conforme aponta a Tabela 4. Tal aporte foi considerado insuficiente para diminuir o déficit de moradias na cidade. Consequentemente, proliferou o processo de loteamento das periferias da cidade para fins de construção de casas pelos trabalhadores de acordo com suas condições monetárias.

Tabela 4 - Construção de habitação popular em Fortaleza, 1940- 1963.

Órgão promotor	Quantidade	Localização
IAP's dos bancários	108	*
IAP's dos Industriários	151	Vila dos Industriários*
	168	Parque Ibiapava no Bairro Barra do Ceará
IAP's dos Comerciais	50	Distrito Mondubim
IAP's dos Servidores do Estado	259	*
IAP's dos Empregados em Transportes e Cargas	50	Bairro Mucuripe
	15	*
IAP's dos Marítimos	70	Bairro Montese
IAP's dos Ferroviários	147	*
	60	Vila Valdemar Falcão*
Fundação Casa Popular	456	*
Companhia de Habitação do Estado do Ceará CHEC/FSSF	126	Bairro Pirambu

Fonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Fundação Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE. Revisão da Política Habitacional para Populações de Baixa Renda, 1978.

*Dados sobre a localização indisponível.

As intervenções desse período foram para trabalhadores com vínculos formais ou com amparo dos Institutos de Pensão, sendo beneficiados trabalhadores da indústria, servidores do Estado e servidores da rede ferroviária. Não se pode deixar de reconhecer o aumento significativo na provisão de habitações para a classe trabalhadora, porém aqueles que não detinham vínculo empregatício formal, sem condições de acessar a casa própria por meio de financiamentos bancários, procuraram alternativas próprias de atuar na produção do espaço urbano, adquirindo lotes periféricos para

autoconstrução da moradia. Em estudo sobre a influência das políticas habitacionais no espaço urbano de Fortaleza, Aragão (2010, p. 15) confirma o quadro segregado da política do período:

A ação da nova política implementada através dos IAP"s voltava-se ao atendimento da mão-de-obra contratada, deixando grande parte da população que se encontrava desempregada ao largo as intervenções governamentais. A política habitacional se direcionava para os inseridos no mercado de trabalho. A solução de moradia para a parcela carente da sociedade foi convertida na proliferação de inúmeros loteamentos periféricos e precários, associados à grande expansão do tecido urbano das cidades, além da intensificação das favelas nas regiões mais centrais.

A forma de acesso à moradia através da autoconstrução popular em loteamentos periféricos expressa o quadro de desigualdades de direitos e as estratégias de sobrevivência das camadas populares no espaço urbano. Realidade que se reflete diretamente nos espaços habitados, nas formas de ocupação, produzindo e modificando as soluções-problema da população em termos de favelas, cortiços, aglomerados.

As intervenções no período Vargas foram carregadas de ideologias vinculadas ao crescimento econômico e industrial, somadas à intenção das elites em eliminar os cortiços dos centros urbanos e à necessidade da população por melhores condições de vida. A provisão de habitações se destinou, sobretudo, aos trabalhadores em condições de arcar com os custos de aquisição de moradia.

Em Fortaleza, as soluções do período na questão habitacional foram pálidas se comparadas ao quantitativo de moradas construídas em São Paulo, com cerca de 25.428 moradias construídas nesse período, ou Minas Gerais, que contou com a construção de 8.377 moradias (ARAGÃO, 2010). Ainda assim, as intervenções no período e a consolidação da questão habitacional como algo a ser resolvido pelo Estado apontaram, no curso da história, como um importante passo para as políticas seguintes, como veremos no caso das intervenções do Banco Nacional de Habitação e do Sistema Financeiro de Habitação com suas especificidades e contradições.

2.2 A produção do BNH: os grandes conjuntos habitacionais no espaço metropolitano

Na política habitacional brasileira, este vai ser um período dos mais importantes da sua história, com destaque, inclusive, nas políticas sociais e econômicas no Brasil. A atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) durante o regime militar mostrou a capacidade do Estado de atuar em mercado notoriamente privado no mundo desenvolvido. A intervenção nacional do BNH participa do crescimento da economia brasileira, aplicando mecanismos de financiamento habitacional, gerando um sistema financeiro ao mesmo tempo em que proporciona ao setor da construção civil a escala industrial.

A política habitacional do BNH, implementada em 1967, obedecia a diretrizes de atendimento às demandas econômicas do país ao mesmo tempo em que visava minimizar a problemática habitacional nas cidades. A criação do BNH acarretou necessidade de Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para captação e retorno de recursos originários do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo:

O órgão central do SFH era o BNH, responsável pelo gerenciamento do FGTS, pela normatização e fiscalização da aplicação dos recursos das cadernetas de poupança, e pela definição das condições de financiamento das moradias para os consumidores finais. Além disso, o BNH tinha incumbência de garantir a liquidez do sistema diante de dificuldades conjunturais (SANTOS, 1999, p. 11).

O caráter financeiro-econômico do órgão responsável por toda a política nacional de habitação tornou-se evidente logo nos primeiros processos de inadimplência de seus usuários. A face urbano-industrial do BNH ficou refletida nas intervenções promovidas nas cidades, principalmente nas capitais, onde se concentraram as construções de grandes conjuntos habitacionais, de grandes prédios de apartamentos para a classe média em formação. Com a intenção do crescimento da economia brasileira via política de habitação, o BNH repassava diretrizes gerais para os municípios, distribuindo os recursos mediante critérios pré-estabelecidos e garantia da operacionalização de suas políticas. Foi importante, portanto, a criação de uma rede de suporte às intervenções com a criação de agências do BNH nos estados e municípios.

A característica principal da política de habitação popular via BNH em Fortaleza e Região Metropolitana foi a construção de grandes conjuntos habitacionais para a classe trabalhadora, aquela com condições de pagar o financiamento da casa própria, e a garantia de infraestruturas e saneamento básico (redes de água e esgoto) nas áreas que receberam a construção desses conjuntos, ainda que houvesse alternativas a fundo perdido, a construção nesses conjuntos foi predominante.

A construção de grandes conjuntos habitacionais na cidade ocorreu nas periferias em razão do jogo de interesses econômicos e políticos vinculados ao processo de industrialização de Fortaleza. Por exemplo, a construção dos conjuntos habitacionais no distrito industrial sediado em Maranguape (atualmente Maracanaú) e em Caucaia, ambos vertentes de expansão da indústria devido às intervenções da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do início do processo de metropolização de Fortaleza.

A política do BNH seguiu em direção a um dos vetores de expansão de Fortaleza, o industrial e metropolitano, reforçando na política habitacional do período a estreita relação com a política de desenvolvimento industrial. A provisão de habitações no distrito industrial servia a interesses industriais de mão de obra com sua reserva para baratear seus custos, além de cobrir necessidades de infraestruturas urbano-industriais, tais como a rede de água e esgoto, rede de telefonia e de transportes.

A principal crítica ao período do BNH refere-se aos programas habitacionais, devido ao seu caráter eminentemente financeiro. A inflação e o sistema financeiro não permitiram ao Banco realizar sua finalidade social. O grupo da população alvo do programa não conseguia se enquadrar nos financiamentos propostos e, assim, a parcela da população que mais necessitava de políticas sociais, aquela de rendimento de até três salários, era excluída da política.

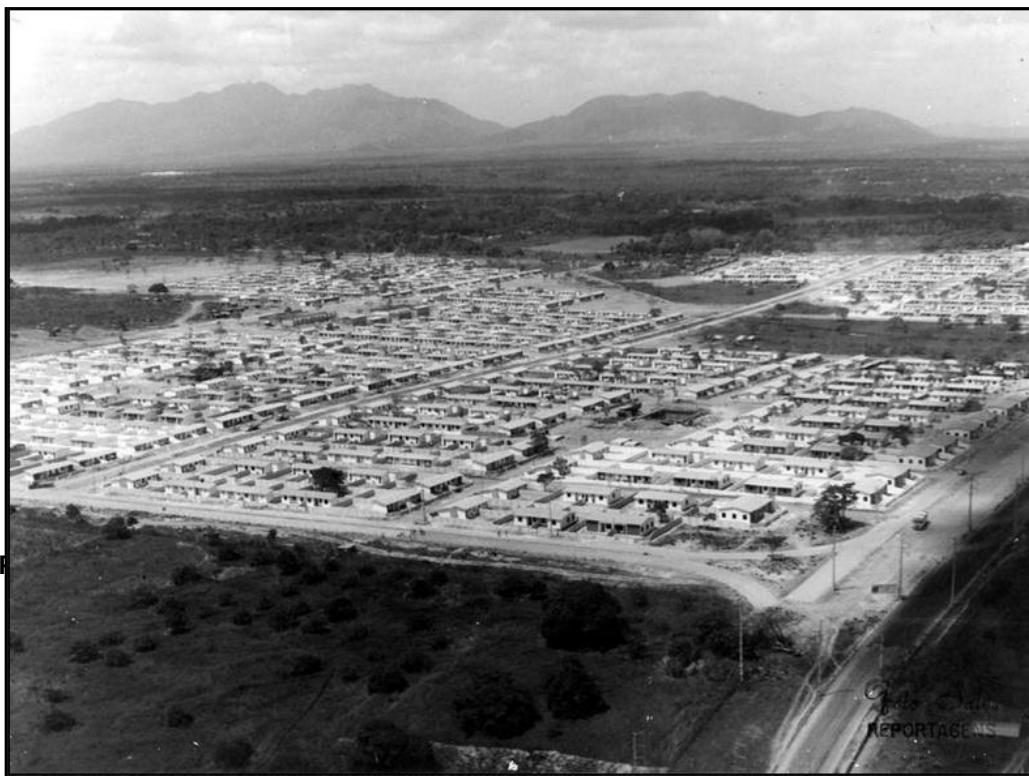
A criação do BNH, em 1964, provocou a construção de conjuntos habitacionais, que vão ter grande influência na estruturação do espaço na cidade, alterando sua malha, criando e, em alguns casos, recriando focos de concentração demográfica (SILVA, 2009, p.114).

Para Damiani (1993), a atuação do BNH recriava as distinções entre parcelas da população mediante as diferentes formas de financiamento que o banco proporcionava, fazendo reproduzir no espaço urbano as desigualdades sociais existentes na sociedade. Em Fortaleza, as ações do BNH atingiram prioritariamente o grupo de trabalhadores empregados com renda de até 5 salários mínimos (IPLANCE, 1978). Além de exigir a comprovação de renda, para se obter acesso aos financiamentos do BNH, os trabalhadores tinham de estar fora do cadastro de Sistema de Proteção ao Crédito (SPC). A política do BNH se tornava inacessível para a maioria dos trabalhadores formais e para a população excluída do mercado de trabalho pela informalidade de suas ocupações de trabalho e ainda mais por aqueles que não tinham renda, mesmo sendo a população mais necessitada.

Esse mercado segmentado pressupunha um tipo de habitação, um lugar na cidade, limites do direito à cidade, também, segmentados. As grandes construções, referentes aos grandes conjuntos, definem, também, um processo renovado de segregação espacial, e delimitação, novamente segmentada, do que se referia ao padrão popular, como concepção de cidade. É a integração desse morador na cidade, no país, no Estado, enquanto parte das classes subalternas, reproduzidas como tais (DAMIANI, 1993, p. 91).

As intervenções do BNH em Fortaleza se deram através da Companhia de Habitação do Estado do Ceará - COHAB-CE a partir da década de 1960, sendo uma organização oficial de caráter misto com finalidade de produção habitacional no estado. Atuava desde o levantamento das demandas à elaboração de projetos, aquisição de terrenos e construção das unidades habitacionais. Sua principal realização em Fortaleza foi a construção, nas décadas de 70 e 80, do conjunto Prefeito José Walter (Imagem 13), dos conjuntos Esperança e Mondubim, além daqueles contidos no I Distrito Industrial de Maracanaú. Um dos maiores conjuntos foi o Prefeito José Walter, com 4.742 unidades habitacionais construídas em 1972. Chama a atenção o fato de que o número de inadimplência no conjunto chegou a 56.65% ao final da década de 1970, de acordo com pesquisa do IPLANCE (1978).

Imagem 14 - Conjunto Habitacional Prefeito José Walter – Fortaleza (1978).



Fonte: Arquivo digital (Blog Fortaleza em Fotos, 2012).

Todos os grandes conjuntos construídos na periferia da cidade, por razões e interesses os mais diversos, desde aos relacionados ao clientelismo político, estavam ligados à valorização e especulação imobiliária, além de favorecerem a acumulação de capitais pela manutenção de mão de obra e de reserva de trabalhadores para atender a crescente implantação de indústrias na RMF.

As ações do período deixam outro legado: a construção de grandes conjuntos habitacionais passou a ser o modo de concepção e execução da política habitacional até os dias atuais. Apesar das mudanças e avanços, ainda se recorre à remoção de favelas centrais, deslocamento compulsório da população, construção e assentamento em grandes conjuntos habitacionais na periferia da cidade, repetindo e reunindo o receituário de vários períodos em meio a inúmeras contradições. No caso estudado, alvo da política municipal e federal de 2009 na construção do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu, que remanejou 1.126 famílias residentes em favelas.

A produção habitacional financiada pelo BNH favoreceu a expansão urbana de Fortaleza de forma contraditória, tendo em vista a periferização dos conjuntos habitacionais, distanciando-os em relação ao centro de Fortaleza, com existência de grandes vazios urbanos, dificultando a mobilidade e segregando-os ainda em relação às áreas de valorização urbana, a exemplo da zona leste da cidade. Talvez por isso, durante décadas, a leitura dos geógrafos sobre Fortaleza era de um leste rico e de um oeste pobre.

2.3 O período de redemocratização e as intervenções em Fortaleza-CE.

Na década de 1980, a política nacional no Brasil passou por outras mudanças, o BNH foi extinto e suas funções delegadas à Caixa Econômica Federal (CEF). A Caixa, ao contrário do BNH, teve suas ações fragmentadas e atendeu parcelas ainda menores da crescente demanda nacional. Num período marcado pela luta pela redemocratização, contra o regime militar e suas instituições, diante de enorme crise econômica de inflação e endividamento externo, a Caixa segue o exemplo de impopularidade do BNH. A forma padronizada e centralizada (burocratizada) das intervenções nas cidades brasileiras e o alcance aquém das necessidades da população são as principais características do período. Desde o fracasso do BNH, a população e os movimentos populares descreditavam da política de habitação popular brasileira.

O governo substituiu o BNH por outra instituição ainda mais limitadora dos direitos da população. E, assim, a política social da casa própria tornou-se oficialmente mais uma mercadoria capitalista com venda a prazo e mediante altas taxas de juros. Conforme Bonduki (2008, p. 75), a impopularidade do BNH era passível de reforma com a derrubada do sistema militar, contudo, não foi esta a solução estatal:

Com o fim do regime militar, em 1985, esperava-se que todo o SFH, incluindo o BNH e seus agentes promotores públicos, as Cohab's, passassem por uma profunda reestruturação, na perspectiva da formulação de uma nova política habitacional para o país. No entanto, por conveniência política do novo governo, o BNH foi extinto em 1986 sem encontrar resistências: ele havia se tornando uma das instituições mais odiadas do país.

Após a extinção do BNH, Cardoso, citado por Pequeno (2008), chama a atenção para a descentralização das ações habitacionais: a política foi repassada para os municípios que assumem a responsabilidade, sem capacidade legal, técnica e financeira para planejar e executar as ações. As crises do FGTS produziram carência orçamentária na política nacional, portanto, explicando os motivos porque transferidas para a esfera municipal, aproveitando as deixas da nova Constituição, que desejava maior descentralização e poder para a competência local. Com a extinção do BNH, a política nacional passou por outras mudanças, além das funções do BNH transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF), que continuou a executar ações, apesar das controvérsias, principalmente nas metrópoles brasileiras.

Em Fortaleza, o período de redemocratização foi marcado por pequenas intervenções habitacionais fragmentadas no espaço urbano da metrópole, com a continuidade de construção de conjuntos habitacionais nas periferias da cidade. Aragão (2010, p. 94) nomeia esse período como “Circuito de Promoção Privada da Política Habitacional”, tendo em vista as ações empregadas na cidade através da Caixa Econômica Federal:

Na prática, as empresas incorporadoras privadas apresentavam à Caixa Econômica Federal os projetos que seriam diretamente financiados. A escolha dos projetos financiados e a liberação de recursos se davam através de parâmetros definidos pelos setores internos da CEF, completamente alheia à lógica municipal de planejamento urbano e independente da programação ou gerência dos organismos executivos locais.

Nesse circuito de promoção privada, a produção do espaço urbano tem forte intervenção dos proprietários de terra e empresários do ramo da construção civil. O empresariado da construção civil tinha acesso às linhas de financiamento na CEF e os projetos de onde seriam construídas as habitações para a classe trabalhadora, independente do planejamento urbano municipal e das necessidades cotidianas da população a ser beneficiada.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir de 1995, a política habitacional passou a ser reestruturada, retomando uma política nacional. Dentre as ações, de acordo com Bonduki (2008, p. 79), podemos destacar:

A criação de programas de financiamento voltados ao beneficiário final, (Carta de Crédito, individual e associativa), que passou a absorver a maior parte dos recursos do FGTS. Além deste, criou um Programa voltado para o poder público, focado na urbanização de áreas de áreas precárias (Pró-Moradia), paralisado em 1998, quando se proibiu o financiamento para o setor público e um programa voltado para o setor privado (Apoio à Produção), que teve um desempenho pífio. Em 1999, foi criado o Programa de Arrendamento Residencial – PAR –, programa inovador voltado à produção de unidades novas para arrendamento que utiliza um mix de recursos formado pelo FGTS e recursos de origem fiscal.

Em Fortaleza, dentre os programas criados no período, destacam-se as intervenções realizadas por meio do programa Pró-Moradia, que tinha por finalidade promover acesso à moradia para população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento mensal até três salários mínimos. A execução do programa em Fortaleza se dava através da Secretaria de Infraestrutura do Município (SEINF), responsável por elaborar projetos, contratar empresas vencedoras na licitação, cadastrar famílias, acompanhar execução de engenharia e implantar trabalho social com população beneficiada.

Em dois anos (1997 e 1998), segundo o relatório Delineamento da Política Habitacional de Interesse Social de Fortaleza (2003), foram construídas 2.984 unidades habitacionais na metrópole para um déficit habitacional que em 2000 era de 77.615 habitações. O pequeno alcance das ações, contudo, não deixou de imitar os traços de intervenções passadas, selecionando as periferias da cidade para o *locus* das novas intervenções, como foram os casos dos conjuntos habitacionais Aracapé I, II, III, no setor sudoeste de Fortaleza; São Cristóvão, no bairro Jangurussu; e Rosalina, no bairro Parque Dois Irmãos.

2.4 A política habitacional no século XXI: avanços, contradições e possibilidades

A política urbana e de habitação popular avança muito mais em resposta à pressão e ao debate exigido por movimentos sociais, pela população, do que pela iniciativa governamental. Embora com inúmeras contradições em relação à cidade, a metrópole como um complexo, como acumulação de capitais, em relação ao lugar do vivido e à utopia do direito à cidade, a política habitacional persiste aos dias atuais.

O período do Governo Lula (2003 – 2010) promoveu alguns avanços almejados pela sociedade civil organizada ao retomar o planejamento e formular diretrizes para orientar políticas sociais, ainda que permeadas de contradições. A principal crítica é quanto às diferenças entre os marcos teóricos formulados e a execução dos projetos nos estados e municípios. A carência de mudanças significativas nas estruturas sociais é outra grande brecha na política que permanece priorizando os direitos de propriedade privada e de mercado sobre a função social da terra urbana, além da elevada disparidade de renda entre segmentos da população.

Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades e, posteriormente, da Secretaria Nacional de Habitação, foi instituído pacote de ações e programas habitacionais em parceria com os governos estaduais e municipais. Em consonância com as diretrizes nacionais, promulga-se lei 8918 de 24 de dezembro de 2004, sobre a Política Habitacional de Interesse Social (PHIS) do município de Fortaleza, estabelecendo princípios, diretrizes e normas.

A PHIS de Fortaleza objetiva assegurar as condições dignas de moradia à população, dotando a casa com infraestrutura básica, com garantias de durabilidade e estabilidade da estrutura física, em condições adequadas de conforto ambiental e disponibilidade de uso dos serviços públicos. A atual política habitacional volta-se para a problemática das favelas em “áreas de risco”, considerando o problema em sua dimensão quanto-qualitativa, tendo em vista o número desses assentamentos e as precárias condições no espaço urbano da cidade.

Contraditoriamente, tal prioridade secundariza o enorme déficit habitacional na metrópole, tendo em vista que as favelas em áreas de risco, de acordo com a Defesa Civil do município, somam 21.032 famílias residentes (PMF, 2010) das 109.122 famílias morando em favelas na cidade (IBGE, 2010). Além das famílias que convivem em único domicílio e desejam adquirir casa própria, conforme visto no caso brasileiro em pesquisa da PNAD.

O governo municipal hierarquizou as comunidades para atuação sistemática nos períodos de maiores incidências de riscos, nos quadrantes chuvosos, por exemplo. Contudo, o atendimento da política habitacional do município ainda é mais diminuto, ao priorizar áreas de risco cujas comunidades

tenham participado do Orçamento Participativo (OP) na eleição de suas demandas por políticas públicas. Outro fator que deve ser apontado é que a solução da moradia deve perpassar outras dimensões que não sejam prioritariamente a remoção das famílias para periferia, mas a urbanização das áreas e a garantia de moradia digna no território onde as famílias convivem e acessam os serviços e bens públicos.

No sentido de rever a política, o município abriu novas frentes: urbanização de assentamentos precários, prioritariamente em favelas ocupantes da margem de ambientes de preservação ambiental (lagoas); o programa de regularização fundiária, que procura garantir a legalidade jurídica da posse da moradia a comunidades e moradores de conjuntos habitacionais antigos que atendem minimamente à legislação municipal, executado com recursos do Governo Federal e Municipal; e as ações do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), programa federal de produção direta de habitações lançado em 2009, com meta de subsidiar a construção de 1 milhão de habitações no país para famílias com renda entre 0 e 10 salários mínimos. Na primeira etapa do programa, estavam previstas a construção de 400 mil moradias para famílias com renda entre 0 e 3 salários em todo o território nacional.

Em Fortaleza, a primeira fase do programa Minha Casa, Minha Vida disponibilizou recursos para a contratação de 15.000 unidades habitacionais na metrópole, no entanto, até o final de 2011, haviam sido construídas menos da metade desse quantitativo. Justifica-se o pequeno desempenho pela produção habitacional estar vinculada a projetos de empresas da construção civil com aquisição de terrenos. Com a valorização exacerbada dos vazios urbanos pelo mercado imobiliário, gerou-se duas situações negativas: as empresas se omitiram em apresentar projetos e outras colocaram a periferização como alternativa dos empreendimentos contratados.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado durante o Governo do Presidente Lula no início do ano de 2007 para investir em diversas ações infraestruturais nas cidades brasileiras, tais como construção de rodovias, saneamento, portos e também habitação. Os investimentos do programa em Fortaleza, na área habitacional, giram em torno de 100 milhões de reais e atendem a oito projetos de intervenção em

comunidades em situação de moradia precária sujeitas a fatores de risco. Em Fortaleza, o PAC contempla ações habitacionais nos bairros São João do Tauape, Floresta, Papicu, Jangurussu, Ellery, Pirambu e Passaré. Para os projetos de urbanização e produção habitacional, atendeu: Comunidade Maravilha, Lagoa do Urubu, Lagoa do Papicu, Comunidade Campo Estrela (Lagoa das Pedras), Comunidade São Cristóvão. No Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social – (Preurbis), atua na bacia do Rio Cocó e conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), governo federal e municipal. Finalmente, há o projeto Vila do Mar, de requalificação da orla oeste da cidade com ações de urbanização, remoção e reassentamento de famílias, que também guarda contradições principalmente por acontecer num setor visado da cidade, a orla oeste, onde já se percebe um processo de valorização para fins turísticos.

Ainda com o PAC, ocorre em nível nacional um significativo aquecimento do mercado imobiliário e da construção civil e, consequentemente, o aumento dos insumos para a construção e o preço da terra urbanizada. Mais uma vez, revela-se a relação contraditória entre programas de crescimento econômico e ações voltadas para diminuição de algumas mazelas sociais. Tal conflito de interesses vai de encontro às possibilidades de a classe trabalhadora habitar a cidade como valor de uso, pois tais programas promovem a valorização do solo para uso do mercado, favorecendo enormemente os interesses econômicos e o desenvolvimento do capitalismo no espaço.

Apesar do volume de investimentos do PAC em Fortaleza, este beneficiou poucos projetos habitacionais, oito no total. O repasse dos recursos do Governo Federal é intermediado pela CEF, e os municípios aprovam demandas após criterioso processo seletivo, assim, os municípios de menor porte perdem espaço na política para os grandes projetos das metrópoles.

A burocracia do Estado quanto à aprovação dos projetos, prazos de licitação, falta de regulamentação do Plano Diretor Participativo de 2009 corrobora para que as intervenções se tornem ainda mais diminutas frente à complexidade conferida às metrópoles. Mecanismos legais que poderiam minimizar os malefícios às populações pobres, a exemplo da instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no escopo do Plano Diretor de

Fortaleza, são deixados de lado, colaborando para o processo de deslocamento populacional pelo Estado e da articulação do mercado imobiliário em torno da valorização dos terrenos.

As ações empreendidas pelo Estado revelam uma racionalidade voltada a dar funções aos espaços da cidade mediante políticas públicas, sobretudo as habitacionais voltadas para o atendimento de demandas políticas, econômicas e secundarizando as necessidades da população.

As ações do Estado referentes à produção de habitação social para a classe trabalhadora, desde o período do BNH com seu sistema financeiro de habitação, reproduzem-se nas periferias das cidades, mantendo a tendência tradicional de expansão urbana periférica para os pobres. A provisão de moradias em terrenos nos bairros periféricos atua ainda como mecanismo de especulação imobiliária, favorecendo o mercado imobiliário que se utiliza de estratégias para obter possibilidades de lucros futuros, existindo formas de apropriação privadas de programas públicos de habitação como estratégia de especulação para valorizar os vazios urbanos:

As transformações no preço do solo acarretadas pela ação do Estado são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm possibilidade de antecipar os lugares em que diversas redes de serviços urbanos serão expandidas. [...] Uma das maneiras de fazer isso é adquirir a preço baixo, glebas adjacentes ao perímetro urbano, desprovidas de qualquer serviço e promover seu loteamento, mas de modo que a parte mais distantes da área urbanizada seja ocupada (SINGER, 1978, p. 35).

Além disto, as ações empreendidas desconsideram particularidades da população e coloca como prisma dos projetos a provisão da unidade habitacional como forma de concretização do habitar a cidade e garantia de direitos expressos nas manifestações da população.

Essa conjuntura tem mobilizado a agenda de discussões e atuações dos movimentos sociais e da população-alvo das ações de remoção do Estado, pois a produção do espaço pela política habitacional, apesar de dominante, não ocorre de forma pacífica e sem pressão popular para que grande parte dos projetos e promessas políticas seja concretizada em benefício da população mais pobre, ocorrendo na cidade inúmeras intervenções da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais.

A ação dos movimentos sociais em Fortaleza tem sido de extrema importância como forma de tencionar a produção do espaço a favor da população em situações precárias, exigindo do Estado investimentos voltados para a solução da problemática habitacional, integrando grupos de diferentes bairros, mas com interesses em comum. Para Silva (2007, p. 103):

A dimensão do conflito e do confronto está presente no cotidiano da população metropolitana, tendo destaque a luta pela habitação, o que motiva a inserção de diversos segmentos sociais na contínua expansão das fronteiras urbanas.

Os movimentos sociais são “agentes produtores e transformadores do espaço que tem a luta como elemento transformador da realidade e das relações sociais” (SANTOS, 2011), que atuam reivindicam melhores condições de sobrevivência da população trabalhadora e afirmação de direitos, construindo redes de atuação, de sociabilidade e territorialidades ao apropriarem e produzirem espaço. Pensar os movimentos sociais é percebê-los como fruto das contradições sociais, urbanas e rurais e detentores também, assim como a sociedade de contradições.

Na cidade, os movimentos sociais emergem em virtude do processo de empobrecimento das camadas populares e das contradições do processo de urbanização, tais como a favelização, a periferação dos mais pobres, a questão habitacional, a inexistência ou precariedade de bens de consumo coletivo aliados à falta de acesso à terra e moradia promovido pelo Estado. Seria a espoliação urbana, como denomina Kowarik (2010).

O movimento por moradia como de grande importância, pois a luta não envolve apenas a moradia como espaço físico, a casa, mas um conjunto de condições necessárias para a vida na cidade, tais como equipamentos e serviços públicos de qualidade, escolas, creches, praças, rede de água e esgoto, coleta de resíduos, dentre outros.

Um dos primeiros movimentos sociais por melhores condições de vida da população empobrecida em Fortaleza foi intitulado “A marcha do Pirambu”, em 1962. O movimento contava com o apoio da igreja católica local e reclamava por reformas sociais e direito à permanência das famílias no bairro, historicamente ocupado em função dos empregos na indústria, área na

qual foi apontado o surgimento das primeiras favelas em Fortaleza, ao entorno das primeiras indústrias, na Av. Francisco Sá.

Além deste, outros movimentos tiveram destaques, tais como a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), criada em 1982, a Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento dos Catadores, Comitê Popular da Copa, surgido em 2010 em face da atual conjuntura da problemática urbana de Fortaleza e em defesa dos direitos dos cidadãos contra as ameaças de remoção/deslocamento compulsório de comunidades para construção de vias de acesso ao estádio Castelão, Veículo Leve Sob Trilhos (VLT) e outros equipamentos vinculados ao mega-evento “Copa do Mundo de 2014”.

Os movimentos sociais hoje, muitas vezes, extrapolam os limites de ação territorial ao se articularem em escala local, regional e nacional, trocando experiências de luta e resistências, bem como as formas de organização e veiculando denúncias de violação de direitos e cobrando políticas públicas efetivas em benefício prioritário à população empobrecida. Na questão das desigualdades de acesso à moradia e da vida nas favelas, os movimentos sociais têm grande importância na produção do espaço em Fortaleza e no tensionamento por melhores condições de vida e de habitação.

A questão habitacional em Fortaleza é fruto de processo desigual de acesso ao espaço urbano diretamente relacionado à forma de como se deu sua expansão urbana, a partir de pequeno núcleo central, resultado direto de grandes intervenções do Estado e o apoio às ações privadas. Os grandes investimentos na cidade relacionados à modernização, requalificação e mais recentemente ao recebimento da Copa do Mundo de 2014, aprofundam as contradições urbanas e com isso o aumento da movimentação social em função de seus direitos. As comunidades ameaçadas pela remoção de suas moradias em ocupações de terras públicas e privadas reivindicam o cumprimento da função social da terra, como indica a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades (2001).

As políticas habitacionais para população mais pobre promovida pelo Estado revelam sua contraditória atuação mediando interesses conflitantes (entre capitalistas, trabalhadores empregados, trabalhadores desempregados, políticos, dentre outros). Parte das ações empreendidas pelas

políticas e concepções do Estado não consegue modificar efetivamente o quadro de precariedade da situação da população segregada.

No caso dos conjuntos habitacionais promovidos pela Política Habitacional de Interesse Social (PHIS), a população recebe a unidade habitacional (casa ou apartamento) sem, no entanto, que se realize o direito à cidade ou as vantagens da vida urbana. Os locais onde esses conjuntos são construídos são, muitas vezes, em termos de serviços e infraestruturas, tão precários quanto a favela.

Ainda assim, não se pode desconsiderar o fato de que, em situações de extrema vulnerabilidade, como na exposição de famílias a riscos ambientais, como muito ocorre em Fortaleza nos períodos chuvosos, essas medidas do Estado servem como paliativos à crise gerada pela expansão do capital nas cidades e à injustiça social. As políticas melhoram, em determinados aspectos, a vida da população, como será observado adiante em relação ao conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu.

Para atender tais situações entre as políticas habitacionais, existe o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, voltado para favelas em áreas de vulnerabilidade ambiental, e pelo qual foi realizada a intervenção nas comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba, removidas para o conjunto Maria Tomásia, que muda o espaço vivido, mas não a condição de pobreza das famílias, conforme observamos no programa.

2.5 A população-alvo do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

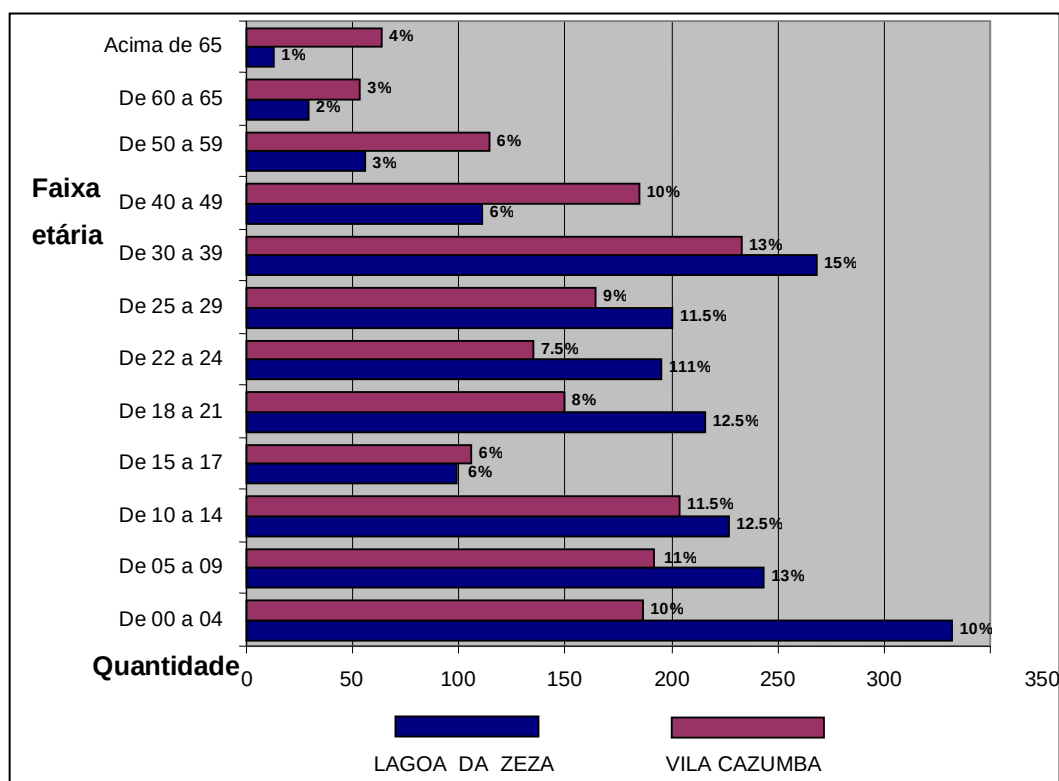
O perfil da população pertencente às comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba e que hoje formam o conjunto Maria Tomásia foi delineado pelos dados que fazem parte do diagnóstico social realizado pela Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), em 2006. Os dados auxiliam na compreensão das características da população beneficiada com o Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, no momento de sua concepção. Para atualizar e qualificar esses dados de 2006,

realizou-se pesquisa direta com aplicação de 40 questionários no conjunto Maria Tomásia, que compõem estudos de caso que revelam modificações no perfil ou nas atividades da população, bem como a opinião deles sobre o conjunto habitacional e as demandas de melhoria do lugar após a remoção.

As comunidades alvo de mesma intervenção da política habitacional possibilitam análise comparada da situação de procedências das famílias; Composição etária da população; Estado Civil; Nível de renda familiar; Chefe de família; Situação funcional do chefe de família cadastrado; Distribuição das famílias segundo a condição de moradia; e Distribuição dos imóveis segundo o tipo de material de construção utilizado.

Outro ponto relevante na caracterização das famílias beneficiadas pelo programa habitacional é a composição da faixa etária, que revela uma maioria de população jovem e de crianças na Lagoa da Zeza (coluna azul); enquanto na Vila Cazumba (coluna rosa), apesar de que nesta há uma maior variação na população etária, sendo de mais expressão o gênero de crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos de idade e de jovens adultos com idade entre 25 e 49 anos (Gráfico 1). A população da Vila Cazumba é mais envelhecida tanto porque nascem menos criança, sendo o percentual de 0 a 4 bem menor, assim como o índice de idosos com mais de 65 anos é mais expressivo.

Gráfico 1 - População da Lagoa da Zeza e Vila Cazumba por faixa etária (FORTALEZA, 2006).



Fonte: Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR (2006).

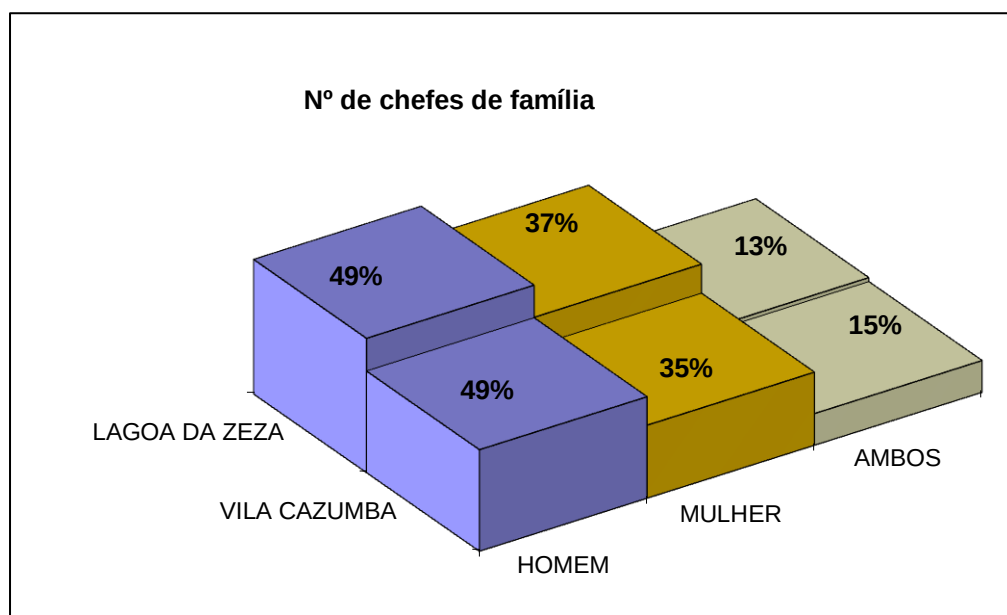
Os dados apontam para uma realidade nacional vivida pela sociedade Brasileira em que a população de jovens e adultos em idade economicamente ativa supera a soma de idosos e de crianças entre 0 a 14 anos. No entanto, o modelo econômico em que o Brasil se insere depende da existência de uma superpopulação relativa (MARX, 1988) denominada de exército de reserva, uma situação em que a população economicamente ativa não consegue se inserir no mercado de trabalho formal, havendo uma pressão sobre as vagas e a possibilidade de precarização do trabalho e subordinação às regras do modo de produção capitalista.

Para Alves (2011), é necessário um conjunto de políticas direcionadas à População Economicamente Ativa para que o país aproveite o excedente demográfico, no entanto, a formulação de Alves esbarra na contradição do Estado e do Capital, pois a existência de trabalhadores (as) buscando se inserir no mercado é condição para o desenvolvimento do capital e manutenção do atual Estado. O excesso de trabalhadores justifica sua alta exploração, que se expressa na baixa qualidade de moradias.

No período em que emergiram as intervenções em habitação popular, os discursos relacionavam a mulher ao ideário da casa própria, como local de segurança, de proteção dos homens para com elas. Hoje, devido às grandes mudanças ocorridas no mercado de trabalho e na família, tais como maior participação feminina no mercado de trabalho fora das atividades domésticas, garantidas por maior grau de escolaridade, aumento da expectativa de vida, por várias mudanças nos padrões de reprodução da população brasileira que impactaram na composição familiar, com expressivo aumento do número de mulheres chefe de família, as políticas públicas devem levar em consideração tais mudanças. Os dados do IBGE de 2000 mostram que 22% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres. Já em 2010, esse número passou para 37,3% (CENSO IBGE, 2000, 2010).

Nas comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba, os números expressam uma quantidade significativa de mulheres chefe de família (Gráfico 2):

Gráfico 2 - Chefes de família na Lagoa da Zeza e Vila Cazumba segundo sexo (FORTALEZA, 2006).



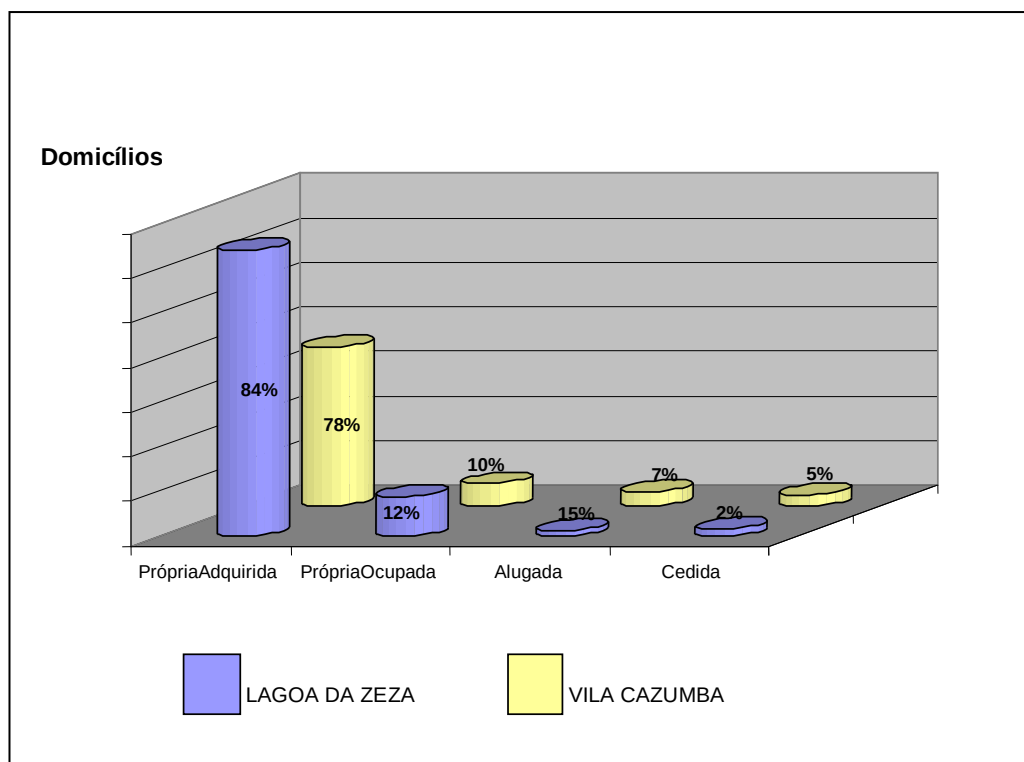
Fonte: Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR (2006).

Na Lagoa da Zeza, o percentual de domicílios chefiados por mulheres é de 37% contra 49% de domicílios chefiados por homens, uma diferença de 12%. Na Vila Cazumba, a predominância masculina é ainda

maior, são 49% dos domicílios chefiados por homens e 35% por mulheres. Nesse caso, há uma diferença de 14% entre homens e mulheres.

Há, também, os casos de famílias que declaram que a chefia do domicílio é compartilhada pelo casal, sendo 13% dos domicílios na Lagoa da Zeza e 15% na Vila Cazumba.

Gráfico 3 - Distribuição das famílias, segundo condição de moradia (FORTALEZA, 2006).



Fonte: Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR (2006).

Segundo informações cadastradas pela prefeitura, os percentuais da casa própria adquirida nas comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba são, respectivamente, de 84% e 78%. É possível que haja falhas nesse número, pois, ao que se pôde constatar durante a pesquisa, no ato do censo, as famílias são questionadas sobre a situação da posse da moradia, mas, no momento do cadastramento, não há apresentação de documentos que comprovem a legalidade da posse por parte dos moradores.

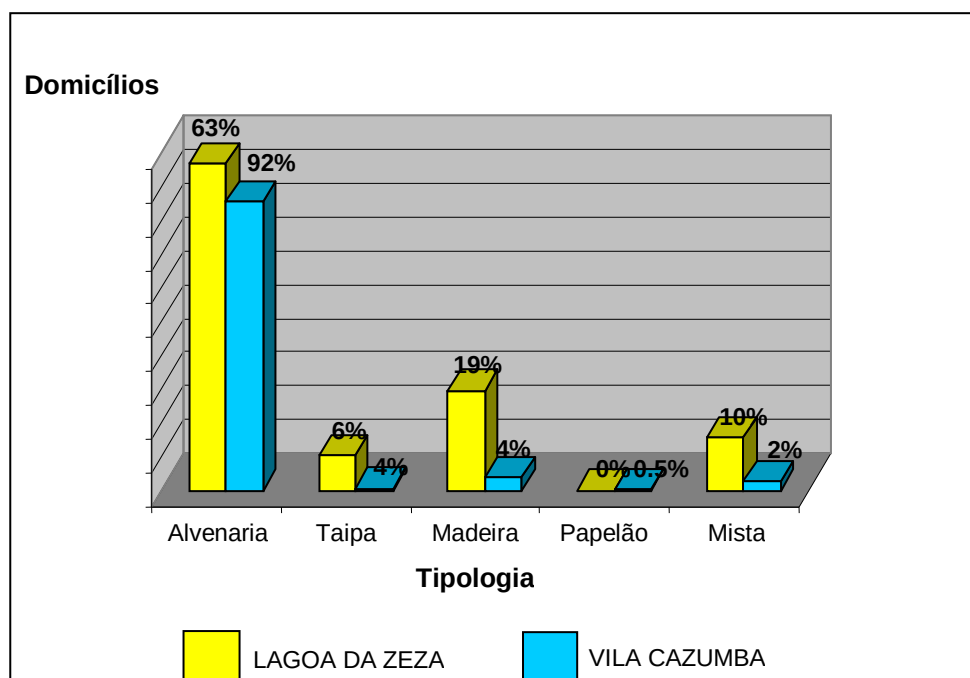
Existe também a condição de propriedade adquirida dentro do mercado informal nas favelas e periferias da cidade, na qual as negociações são feitas, em muitos casos, entre familiares, pessoas conhecidas, em troca de pequenos valores ou objetos como moto, automóveis ou por outras moradias

em locais preferíveis pela família. Ainda assim, para as famílias, seja adquirida do mercado formal ou informal, a situação da moradia é considerada própria, pois de alguma forma foi adquirida, ainda que não nos padrões do mercado imobiliário ou de acordo com as leis do Estado, para Araújo (2010, p. 85):

O que começa como necessidade torna-se mecanismo de provisão de sobrevivência de trabalhadores desempregados e subempregados. A construção de moradias constitui o modo de sobrevivência e de construção das cidades. Trabalhadores sobrevivem da transação ilegal de terrenos e da produção e comércio de moradias precárias, algumas situadas em antigas áreas de preservação, transformadas em favelas e, institucionalmente, denominadas áreas de risco de vida social e ambiental.

Em relação aos tipos de materiais utilizados na construção das moradias nas comunidades, a grande maioria é produzida em alvenaria, apesar de situações bastante precárias, como as construídas em taipa, madeira, papelão ou mista com ambiente frequentemente sujeito à inundação, no entorno de lagoas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Distribuição dos imóveis, segundo os materiais de construção (FORTALEZA, 2006).



Fonte: Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR (2006).

Na comunidade Lagoa da Zeza, 63% dos domicílios haviam sido construídos com materiais de construção do tipo alvenaria, seguido pelos 19% de domicílios construídos com madeira e 10% de moradas construídas com materiais diversos (madeira, taipa, papelão, alvenaria) e 6% das habitações construídas com taipa. Na Vila Cazumba, 92% dos domicílios foram construídos com alvenaria, 2% construídos com materiais diversos, 4% com madeira e apenas 2 domicílios com taipa e 1 domicílio construído com papelão. Abaixo, as Imagens 15 e 16 ilustram as características de grande parte dos domicílios das comunidades e suas situações precárias:

Imagem 15 - Moradias de madeira no entorno da Lagoa da Zeza e situação do esgotamento sanitário, Fortaleza (2006).



Fonte: Habitafor, 2006.

Imagem 16 - Unidade habitacional edificada em madeira, sob palafitas, alocada na faixa de preservação ambiental da Lagoa da Vila Cazumba, Fortaleza (2006).



Fonte: Habitafor, 2006.

Devido às características apresentadas, a Prefeitura de Fortaleza, em parceria com o Governo Federal, com financiamento através da Caixa Econômica Federal, elaborou para as comunidades um projeto de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários por considerar as comunidades áreas de extrema vulnerabilidade social e ambiental, carentes de soluções emergenciais para melhoria da qualidade de vida da população. Para a Prefeitura de Fortaleza:

A seleção das duas comunidades a serem contempladas com esta intervenção justifica-se pelo fato de suas moradias estarem edificadas em terreno irregular, boa parte na faixa de preservação ambiental, em locais sujeitos a alagamento, inundações e outros riscos, dificultando o escoamento das águas pluviais e favorecendo a existência contínua de vetores de riscos e a ocorrência de desastres, que exigem a imediata assistência governamental. Outros aspectos levados em consideração para a elegibilidade das áreas dizem respeito aos seus acelerados processos de degradação ambiental, as precárias condições estruturais e de infraestrutura de suas edificações e a subutilização dos recursos hídricos como potencial de lazer (Plano de Trabalho Técnico e Social, Prefeitura de Fortaleza, 2006, p. 94).

Numa perspectiva de melhoria das condições de moradia nas comunidades citadas e beneficiamento das famílias ocupantes da APP com habitações de interesse social e infraestrutura, o Poder Público Municipal, com sua Política Habitacional de Interesse Social (PHIS), em acordo com o Sistema Nacional de Habitação (SNHIS) do Governo Federal, dentro do programa de Apoio às Melhorias de Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, providenciou outro espaço para receber as comunidades, denominado de conjunto habitacional Maria Tomásia, iniciado em 2007 e tendo a primeira etapa (entrega das casas no conjunto) realizada ao final do ano de 2009. O programa visaria à urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, proporcionando principalmente a melhoria nas condições de habitação junto à inclusão social dessa população no tecido urbano.

O processo de remoção populacional das comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba virou palco de grandes contradições entre o que está previsto na Política Habitacional do Município (PHIS) e aquilo que foi projetado e executado. O conjunto planejado para receber as famílias foi implantado em terreno do bairro Jangurussú, cerca de 10 km distantes do local original de

moradia, área da cidade com terras desocupadas e sem infraestrutura adequada para receber as comunidades.

O reassentamento das famílias contradiz a própria legislação vigente dos municípios, a exemplo da própria Lei Orgânica do Município em seu Art. 149, que dispõe acerca da remoção de populações:

A política de desenvolvimento urbano, a ser executada pelo Município, assegurará: I - a urbanização e a regularização fundiária das áreas, onde esteja situada a população favelada e de baixa renda, sem remoção dos moradores salvo: a) em área de risco, tende nestes casos o Governo Municipal a obrigação de assentar a respectiva população no próprio bairro ou nas adjacências, em condições de moradia digna, sem ônus para os removidos e com prazos acordados entre a população e a administração municipal; (LOM, 2006, s/p).

Os impactos socioespaciais no cerne do processo de remoção e realocação das comunidades geraram novos fatores de risco para a população envolvida, tais como o aumento da violência, uso de drogas, disputa de grupos pelo território, acentuando as desigualdades socioespaciais, interferindo diretamente nas relações cotidianas. Evidenciando-se na produção do espaço urbano pautada na intervenção contraditória do Estado a novas contradições, sobretudo entre o espaço concebido e o vivido, entre o que seria solução que permanece como problema habitacional na política pública.

É inegável que as condições em que viviam as comunidades eram de tais formas precárias que mereciam uma intervenção pautada na melhoria territorial e modificação das condições habitacionais. O que se coloca como contradição é o fato de a intervenção concebida pelo Estado para tal melhoria se ajustar no processo de periferização dos pobres, atuando numa via dupla de melhoria das condições precárias, porém de manutenção da situação de desigualdade, fruto do próprio processo histórico de intervenções estatais de moradia. Apesar dos avanços em soluções técnicas e grande pressão popular, sobretudo a partir da década de 80 com o movimento pela Reforma Urbana, a política não resolve os problemas estruturais que afetam a população pobre.

Assim, é necessário adentrar os conteúdos da prática socioespacial e compreender a dimensão do espaço vivido por essa população, como se dá o cotidiano da população reassentada no conjunto Maria Tomásia, a visão dos moradores, quais as melhorias recebidas. Tal conhecimento poderá subsidiar

avanços na formulação das políticas sociais, podendo visibilizar as redes de sociabilidade no novo local de moradia e mesmo as mudanças nas relações de trabalho e de vizinhança. Seria a “ordem próxima” na dimensão do espaço vivido que envolve uma gama de situações que podem ser apreendidas através do discurso dos moradores e suas práticas na dimensão do espaço vivido, em meio às contradições e contra-hegemonias apreendidas nos discursos, vivências e opiniões dos moradores do conjunto Maria Tomásia.

3. O COTIDIANO NO CONJUNTO MARIA TOMÁSIA: PRÁTICAS ESPACIAIS NO ESPAÇO VIVIDO

O espaço percebido do conjunto habitacional Maria Tomásia e do bairro Jangurussu se aproxima da realidade da metrópole Fortaleza, como forma de trazer à vista a complexidade da produção espacial em Fortaleza. Os múltiplos sujeitos envolvidos no processo de favelização e formação de periferias estão presentes na fragmentação do tecido da cidade e do bairro onde está inserido o objeto de estudo da pesquisa e dissertação. A tarefa é de extrema importância pelos conteúdos captados da realidade social, mesmo que minimamente elucidados, adentrando o espaço vivido, para além da paisagem descrita ou da manifestação aparente.

O ato de pesquisar não se finda com a descrição do objeto, do movimento do espaço concebido do concreto superficial ao pensamento ou reflexão que se recompõe passo a passo. O conhecimento se fragmenta diante das manifestações sociais que desconstroem, muitas vezes, o castelo erguido em torno da pesquisa, de conhecimentos adquiridos, porém, muitas vezes insuficientes para ir além da paisagem e do que desponta aos olhos, frente à complexa rede de relações sociais produzidas no ato de viver. A riqueza da vida cotidiana exige crítica e a busca de novas teorias, muitas vezes antigos escritos são apresentados sob nova visão, conhecimentos obtidos por formas alternativas de ver o mundo, outra abordagem teórica da produção espacial.

Para compreender o complexo processo de produção do espaço, recorre-se à tríade proposta por Lefebvre (2000) do espaço percebido, concebido e vivido. Percebido pela teoria, concebido pelo Estado e vivido nas práticas cotidianas da apropriação dos cidadãos e cidadãs com os espaços acessíveis, participando do processo de produção do espaço, e de fragmentação do território vivido no cotidiano. A importância do cotidiano como categoria de análise é destacada por Carlos (2007, p. 42) porque:

[...] permite entender o processo de constituição da vida na trama dos lugares – nas formas de apropriação e uso do espaço. Nesse contexto, a consideração da análise do cotidiano revela o fato de que os processos não se referem, exclusivamente, ao plano do econômico, acentuando, como consequência, o processo social. Deste modo, o mundo e o processo de mundialização da sociedade

se revelam no plano do lugar, **no cotidiano** enquanto condição do processo de reprodução da sociedade atual.

Na dimensão do cotidiano, estão presentes as atividades realizadas pelos moradores, o trabalho, o lazer, as atividades diárias, seja em casa ou na rua, que permitem compreender as práticas espaciais da população com suas contradições, na relação com o outro, demonstradas no discurso oral e nas contradições da vida cotidiana moderna sob o modo de produção capitalista. Na contemporaneidade, o capitalismo recorre a dois processos combinados de: reprodução dos meios de produção e de reprodução das relações sociais de produção através da totalidade espacial, incluindo a dimensão cotidiana (LEFEBVRE, 2008).

A urbanização como processo de disseminação do urbano, que amplia e se generaliza em escala mundial, expressa relações sociais ao mesmo tempo em que incide sobre elas. O processo de urbanização, pautado na divisão social e territorial do trabalho, modifica em termos qualitativos a sociedade e seus condicionantes (o espaço, a política, as lutas sociais, a economia). A reprodução das relações de produção se realiza na cotidianidade do trabalho e dos lazeres, da cultura, da escola, da universidade, ou seja, no espaço inteiro, do vivido e mesmo ao concebido:

O espaço arquitetônico e urbanístico enquanto espaço tem essa dupla característica: desarticulado e até estilhaçado sob a coerência fictícia do olhar, espaço de coações e de normas disseminadas. Ele tem esse caráter paradoxal que se tenta definir aqui: junto e separado. É dessa maneira que ele é concomitante dominado (pela técnica) e não-apropriado (para e pelo uso). Ele é imediato e mediato, ou seja, pertence a uma certa ordem próxima, a ordem da vizinhança, e a uma ordem distante, a sociedade, o Estado. A ordem próxima e a distante só tem uma coerência aparente que de modo algum impede a desarticulação. Esse espaço depende de interesses divergentes e de grupos diversos que, no entanto, encontram uma unidade no Estado [...] (LEFEBVRE, 2008, p. 53).

A dimensão entre a ordem próxima e a ordem distante suporta contradições que advêm dos conteúdos da prática social, da prática capitalista que se manifesta tanto nos espaços concebidos (estratégicos), quanto no espaço vivido, (o da vida cotidiana, imediato), sendo uma relação direta entre valor de uso e valor de troca (LIMONARD, 2003).

A relação entre dominação e apropriação, no nível do cotidiano, encontra significantes e significados nas estruturas micro e macro, que se entrelaçam através dos jogos de poder e a luta pela sobrevivência. O discurso da população do conjunto habitacional Maria Tomásia, os registros fotográficos, os questionários, revelam a apropriação do espaço mediante ampla pressão do espaço dominado pelo Estado em função da sociedade capitalista. As entrevistas de profundidade com moradores e moradoras do conjunto aprofundaram os temas sobre: Morar na metrópole; A vida no conjunto habitacional Maria Tomásia; O trabalho; O lazer. Duarte (2005 apud DEMO, 2001, s/p) coloca a importância da entrevista de profundidade para a pesquisa qualitativa, pois:

[...] os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer perspectivas. Possibilita ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada.

O entendimento da vida das pessoas que sofreram o processo de deslocamento compulsório através da política habitacional, contrapondo-se ao anterior período quando se apropriaram das favelas pelo uso. Discute-se como as pessoas se estabeleceram na cidade e como vivenciam as políticas públicas pelo caso experienciado no conjunto habitacional Maria Tomásia. Como a periferia se relaciona com a metrópole? Qual a composição de classes? Os fatores de mobilidade e as questões de gênero estão presentes na produção do espaço urbano? Qual a relação de apropriação do espaço vivido com as questões sociais, econômicas e políticas que estruturam o cotidiano?

A dimensão do cotidiano permite essa compreensão ampla e dinâmica das contradições do objeto estudado com a cidade-metrópole. Enquanto categoria de análise, o cotidiano foi concebido por muitos autores das ciências sociais, contudo, na pesquisa, aproxima-se do arcabouço teórico de Henri Lefebvre na obra *La critique de la vie quotidienne* (1958, 1961, 1981), na qual, de acordo com Lacombe (2008, p. 147):

[...] essa obra de Lefebvre busca atribuir ao cotidiano uma significação política mais relevante uma vez que, do ponto de vista de sua leitura sociológica da sociedade moderna, o cotidiano, enquanto modo de vida, teria se tornado central.

No desenvolvimento de sua obra, Lefebvre, num movimento dialético, chega a três dimensões que podem ser tomadas como ponto de partida para se pensar o cotidiano, são elas: o trabalho, a família e o lazer (LACOMBE, 2008). Esses elementos, colocados em relação, passam a um só e representam a totalidade social: “o cotidiano para Lefebvre integraria o que poderíamos chamar de ordem próxima, na medida em que a vida cotidiana traduz-se na vida de todo homem” (LIMONARD, 2003, p. 23).

O ato de conceber espaços de moradia como os conjuntos habitacionais envolve também a concepção das atividades que podem vir a ser desenvolvidas pela população. Contudo, a partir da apropriação humana, o espaço vivido com seus conteúdos passa por outras formas e contornos, contradizendo as expectativas de uso e ocupação previstas pelos planejadores, pelo Estado.

O cotidiano expresso na experiência vivida da população, aquela que é imediata, desvela as contradições em relação às representações. Os conjuntos habitacionais se apresentam como racionalidade no tecido urbano, onde cada lugar tem uma forma e uma função definidas para atender à demanda de um determinado segmento populacional. Nesse sentido:

Neles, especialmente o cotidiano programado parece encontrar sua forma mais adequada. Catalogando e discernindo necessidades e as isolando no terreno. Tudo é concebido, separado, projetado isoladamente, sobre “ilhas” desunidas: as áreas de serviço e comércio, as de lazer e de habitação (DAMIANI, 1993, p. 228).

No plano da vida cotidiana é possível ir ao encontro da realidade complexa, na qual se exprimem diversos tempos de vida e construções sociais que podem fornecer, no estudo comprometido com a sociedade, a possibilidade de vislumbrar as contradições do mundo capitalista, reconhecendo que, no plano da vida cotidiana, as contradições emergem com mais força, sujeitando a vida a lógicas ligadas ao modo de produção capitalista dominante, porém contrapondo à apropriação do espaço, pois:

Á idéia de dominação, presente em Marx e em Hegel, Lefebvre antepõe a possibilidade de apropriação “próxima e distante a um só tempo” - apropriação possível e não possível de se realizar - e mais uma vez sim e não a um só tempo. Contrapõe, assim, concebido e vivido, que no capitalismo expressam-se na contradição entre valor de troca e valor de uso, a partir da qual define a tríade da representação do espaço social e a relaciona aos três momentos da produção do espaço a partir de três esferas escalares de reprodução social. A possibilidade de transformação social residiria, também, portanto, no conflito entre a apropriação e a dominação social do espaço, na disputa pela construção de um espaço diferencial [...] (LIMONARD, 2003, p.21).

Os conjuntos habitacionais, com sua forma projetada sobre o papel, aparecem no tecido urbano com frieza e paralisia, mas, na dimensão do vivido, se relacionam com a projeção de necessidades cotidianas, concebidas pelo Estado, de racionalidade e ideário urbanista, dando novos usos e formas ao vazio inexpressivo de toneladas de tijolos e cimentos, mas também demonstrando a reprodução do capital na dimensão do vivido.

3.1 Quando os sujeitos se revelam na fala: o processo das entrevistas e os (as) entrevistados (as)

As entrevistas com os moradores do conjunto Maria Tomásia adentraram os conteúdos da prática social da população que vive no conjunto habitacional. Os relatos da vida cotidiana dos moradores desenvolvem-se em quatro eixos: a vida em Fortaleza; o morar no conjunto habitacional Maria Tomásia; o trabalho; e o lazer. As variáveis explicativas escolhidas para nortear a aproximação do espaço vivido visam informações qualitativas que poderiam escapar à aplicação do questionário e à observação de campo.

Na realização das entrevistas, o primeiro contato com os moradores se deu a partir de questionário, esclarecendo os objetivos da pesquisa e a importância da opinião dos mesmos sobre o conjunto, a descrição da vida diária para aproximação com o espaço vivido, que a dissertação não dicursa apenas com as observações da pesquisadora ou das referências bibliográficas.

No primeiro contato, alguns moradores não se dispuseram a participar da entrevista: *“eu não quero me meter”*, *“prefiro não dar minha opinião”*, passando sentimento de desconfiança e de insegurança para falar sobre a vida no conjunto habitacional. As reações negativas surgiram

principalmente de moradores de casas mais centrais no bairro, algumas que tinham pequenos comércios, *lan-houses*. Em determinada situação, o casal que no questionário afirmou não ter filhos, no contato telefônico para marcar o dia da entrevista, negou a possibilidade alegando horário comprometido com “atividade do filho na escola” e que depois ligava disponibilizando outro momento.

No contato com a população, surgiu a oportunidade de encontrar moradores curiosos com a pesquisa e dispostos a contribuir com o processo, abrindo as portas de suas residências, falando abertamente da vida cotidiana, das experiências, das dificuldades, das formas de existência, dos conflitos, benefícios e contradições da vida no conjunto Maria Tomásia. Durante os percursos no conjunto, alguns moradores paravam e perguntavam o objetivo do trabalho, sobre o que se tratava a pesquisa. E, ao explicar, eles colocavam à disposição os endereços para ir à sua residência e dialogar.

Ressalta-se a maior disponibilidade das mulheres contatadas. Alguns jovens e somente um idoso se dispôs a participar. Alguns desencontros de horários e rotinas não permitiram a realização das entrevistas. Ao todo, foram realizadas sete entrevistas de profundidade com moradores de diferentes perfis, escolhidos de forma aleatória, distribuídos da forma que se apresenta na Tabela 5, além dos 40 questionários aplicados com moradores (as) do conjunto Maria Tomásia:

Tabela 5 - Perfil dos entrevistados (as) no conjunto Maria Tomásia-Fortaleza, em 2012

Perfil do Entrevistado	Quantidade de entrevistas
Adolescentes e jovens entre 15 e 25 anos	2
Mulheres entre 25 e 40 anos	2
Idosas (60 anos ou mais)	2
Homens entre 50 e 60 anos	1
Total	7

Fonte: Pesquisa direta. Elaboração: Dias (2012).

Quase metade das famílias entrevistadas é chefiada por mulheres. Os domicílios chefiados por homens, a existência de crianças e a ausência de creches no bairro, de acordo com os relatos, funcionavam como impedimentos

para que as mulheres mães não ingressassem no mercado de trabalho ou exercessem outras atividades (cursos, dentre outros) fora da moradia, sendo mais fácil encontrá-las em casa.

O local escolhido por todos os moradores entrevistados foi a própria residência. Também decidiram o horário das mesmas, o que tornou a entrevista ainda mais agradável e sem pressão por término por parte dos entrevistados e da pesquisadora. O tempo de entrevista variou a cada situação, indo de 20 minutos a pouco mais de uma hora em alguns casos. A realização das entrevistas na casa das famílias permitiu também a observação de alguns momentos da vida diária, a relação com os filhos, o contato com vizinhos, dentre outros aspectos.

Foi realizado um breve perfil de cada entrevistado, inspirado no trabalho de Catalão (2010, p. 121-122), em que, reconhece a dimensão do vivido na experiência dos sujeitos:

[...] o cotidiano não se realiza da mesma forma e sob as mesmas circunstâncias para todos, orientando diferentemente os trajetos e as possibilidades de uso e apropriação do espaço.

Utiliza-se de nomes fictícios para os moradores e moradoras entrevistados, para representar seus cotidianos suas práticas espaciais em diferenças e semelhanças, sem, contudo, vê-las como únicas, mas na tentativa de não fragmentar as falas ou utilizá-las apenas como ilustração da pesquisa. O discurso do espaço vivido faz parte da “ordem próxima” intrínseca ao ser social de cada morador e como possibilidade de compreensão da produção do espaço e suas contradições como objeto da interpretação científica.

3.2 A vida cotidiana dos (as) entrevistados (as)

Aquino é pai de cinco filhos, tem 52 anos e é casado com Ana, de 38 anos. Segundo informações prestadas na entrevista, Aquino nasceu em Fortaleza e mora há três anos no conjunto Maria Tomásia. Trabalha como carroceiro, tem um cavalo branco que batizou de Pé-de-pano em homenagem a um desenho animado (Pica-Pau!). Estudou até a alfabetização. Segundo Aquino, o gosto por morar em Fortaleza vem devido às opções de trabalho que

encontra como carroceiro. Conforme o relato, Aquino passa dias com sua carroça “encostada” por falta de serviços e, quando aparece algum trabalho à noite, o entrevistado diz recusar para não arriscar sua vida. Quando consegue trabalho para retirar entulhos de obras da construção civil, Aquino diz arrecadar de R\$ 25,00 a R\$ 40,00 reais por dia. Aquino relatou que considera a casa no conjunto Maria Tomásia melhor em alguns aspectos que a antiga moradia, mas já quis vendê-la para voltar a morar nas proximidades do antigo local de moradia, na Vila Cazumba, pois lá conseguia acessar alguns serviços públicos com mais facilidade. Na entrevista, declarou ter medo pela segurança de seus familiares devido à ocorrência de vários assassinatos no Maria Tomásia. Sobre seus desejos, Aquino disse querer um ambiente melhor para seus filhos e filhas e que, no conjunto, surjam novos mercados e uma feira-livre, pois paga muito caro por qualquer coisa que precise comprar devido os poucos lugares comerciais no conjunto e no entorno.

Mazé tem 67 anos, é aposentada, nasceu no interior do Ceará e é mãe de 12 filhos, sendo um falecido por motivo de execução a tiros, avó de 41 netos e bisavó de 3 crianças. Segundo relatado, gostou de vir morar em Fortaleza porque pôde estudar, fazer amigas, ir a festas, diferente da vida no interior, onde ela considerava ser muito presa. A entrevistada disse gostar de Fortaleza, mas vê como ponto negativo a existência de muita violência, tráfico de drogas e assassinatos. Além de aposentada, Mazé é comerciante e tem um pequeno brechó onde vende roupas e sapatos usados na sala de sua residência. Disse ter sido uma das condições para aceitar sair da Vila Cazumba e morar no conjunto Maria Tomásia, ter um espaço para ela montar seu brechó e armar sua rede. A entrevistada informou que um de seus filhos é usuário de drogas e que já passou por internação, mas que com a saída da clínica voltou a usar drogas e, para arcar com os custos, passou a vender os objetos de casa. Durante a entrevista, Mazé mostrou um mapa do conjunto que ganhou da prefeitura e disse ser um ponto de referência para quem chega no Maria Tomásia em busca de um endereço ou informação.

Juliana mora com os pais e, durante a entrevista, contou gostar de Fortaleza, pois a cidade tem um centro, mas disse ter tido o pior ano de sua vida em 2012, aos 18 anos, devido o falecimento de muitos conhecidos devido à violência, e que gostaria de voltar a morar na Vila Cazumba. Durante o relato,

Juliana disse não se dar bem com os vizinhos, ter poucas amigas no conjunto Maria Tomásia e que não gosta de comentar sobre os crimes que ocorrem na comunidade. Segundo relato, a única renda fixa de sua família é o benefício social “bolsa família”. Juliana comentou que estava buscando emprego, mas só conseguia em lugares muito longe de casa e que, muitas vezes, desiste porque considera o deslocamento perigoso.

Paula nasceu em Fortaleza e tem 15 anos. Durante entrevista, contou ter sofrido a perda do namorado durante uma tentativa de assalto em que a vítima reagiu. Paula disse ter parado de estudar porque queria trabalhar, mas que, no momento, não está em nenhuma atividade. Explicou que, às vezes, surge emprego de babá, mas que recusa porque cuidou dos irmãos mais novos para que a mãe pudesse trabalhar fora de casa e que “perdeu a paciência” com esse tipo de atividade.

Ana tem 38 anos e relatou ter vindo morar com uma tia em Fortaleza quando criança e que, após o falecimento da familiar, voltou para o interior e retornou à Fortaleza com 10 anos para trabalhar como doméstica. É mãe de cinco filhos e, segundo informações, veio morar no conjunto Maria Tomásia com o marido devido à remoção da comunidade Vila Cazumba. Ana contou que trabalha em casa, cuidando dos filhos, da moradia, mas que sabe fazer artesanatos com materiais recicláveis, bordados em roupas, mas que por falta de condições não consegue materiais ou meios de fazê-los, mas diz que um dia pensa em unir várias mães que moram no conjunto para tentar fazer algumas peças e comercializá-las.

Marta, ao ser entrevistada, contou ter vindo morar no conjunto Maria Tomásia meses depois da remoção das famílias, pois morava em outro conjunto habitacional, mas teve problemas com um vizinho que tentou molestar sua filha de 18 anos, que tem deficiência mental. Marta relatou ter ouvido o grito de sua filha e que, ao socorrê-la, conseguiu evitar algo pior, que fez denúncias e solicitou da prefeitura que a alocasse em outro conjunto habitacional, mas que acabou por comprar diretamente uma casa no conjunto Maria Tomásia. Marta, de 62 anos, contou que a vida no conjunto tem sido difícil por não ter muito apoio para criar sua filha e também devido à ausência de renda, que quando pode faz lanches e vende em sua moradia, mas que

algumas vezes sai no bairro Jangurussu como pedinte em busca de ajuda financeira ou de alimentos.

Cláudia é costureira, tem 35 anos e trabalha em sua residência, mora com o marido e duas filhas e conta dividir a chefia da casa com seu esposo. Contou que atualmente gosta de morar no conjunto Maria Tomásia, mas que logo que foi removida chorava muito, sentia medo e tristeza com o novo local de moradia. Cláudia relatou que o fato de conseguir uma casa próxima aos seus antigos vizinhos fez a vida no conjunto ser um pouco melhor. Contou ainda que se envolve nas atividades que surgem na área, cursos, palestras e que sempre que é informada de alguma atividade sai comunicando aos vizinhos e conhecidos para que se envolvam também. Durante a entrevista, Cláudia perguntou se eu havia sofrido algum tipo de violência no conjunto durante os percursos da pesquisa e, ao saber que não, sorriu e disse *“eu sempre pergunto a quem vem aqui porque todos acham que aqui só tem ladrões, assassinos, mas somos pessoas de bem, violência tem em todo canto, não é só aqui não, taí não aconteceu nada com você”*.

A partir das falas, trata-se do cotidiano da população e de alguns aspectos do espaço vivido por moradores beneficiados por políticas públicas.

3.3 Das comunidades removidas ao conjunto Maria Tomásia: conflitos e superações

Nasci e me criei, já conhecia todo mundo, acostumada lá né? Ai quando eu vim pra cá, minha filha, chorei tanto, chorava todo dia pra ir simhora, agora eu tenho minha casa, posso andar e sair pra onde eu quiser né, ai foi isso que me incentivou a ficar aqui, o que eu botei na cabeça foi isso. (Cláudia, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

O processo de remoção das famílias das comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba para o conjunto habitacional Maria Tomásia é recorrente nas diferentes falas dos moradores junto ao início da vida no conjunto Maria Tomásia. O trecho citado anteriormente revela a face dual do processo de adaptação das famílias no novo território, quebra de relações de vizinhança e das redes de contato estabelecidas entre moradores e familiares mostrou-se

como importante ponto de aceitação da moradia no conjunto Maria Tomásia ou de não adaptação, dentre outros motivos, tecendo discursos de gosto e de desgosto com a atual situação habitacional.

Na dimensão do espaço vivido, cria-se uma rede de sociabilidade que remete a sentimentos diversos e a práticas sociais que na vida cotidiana criam novas relações e percepções a partir da apropriação do território e mudanças na sua forma e uso, seja no plano afetivo, no imaginário, remetendo-se inclusive para as relações de comércio.

As cidades capitalistas têm o espaço fragmentado pelo mercado e a existência da negação de direitos que remete às populações empobrecidas espaços deteriorados para moradia. A situação vivenciada nas favelas em termos de infraestrutura e condições de habitação é representada pela fala de duas moradoras:

No começo, assim quando eu era pequena era de tabua e tijolo, aí o tempo foi se passando, aí minha mãe e meu padrasto foram ajeitando, ficou toda de tijolo, ficou melhor do que essas casas, ela saiu de lá por causa da minha irmã, que tava começando a se envolver com coisas que não deve, aí pronto, a gente veio pra cá. (Paula, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Quando chovia, teve um dia que eu tava dormindo e água veio parar na cintura, nunca tinha entrado água, isso foi em 2004, abril de 2003 por aí, porque eu tava grávida dela. Já, o sofá num prestou mais, a máquina de lavar num ficou porque virou, boiou e não molhou o motor, guarda roupa, armário. (Cláudia, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

O discurso expressa, ainda, a estratégia de autoconstrução da casa em busca da melhoria das condições do domicílio pelos trabalhadores que empregam parte do “tempo livre” na construção de suas moradas como forma de rebaixar os custos da reprodução da vida. O segundo depoimento demonstra um pouco da exposição a situações de risco nos períodos chuvosos devido ao alagamento das moradias na comunidade Vila Cazumba.

O ato de habitar transcende o objeto-casa e a vida privada da família, envolvendo outras dimensões que comportam o dia a dia dos moradores e as relações entre eles, que se mostram através do convívio pacato, mas também da conflitualidade. Fazem parte do tema os relatos sobre as situações de solidariedade entre moradores nas favelas:

Lá era assim, um caso de doença, de uma coisa, tinha meu cumpadi, tinha os meninos que chegava e ajudava a gente, quando a gente

num tinha condições as meninas ajudava. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

E também relatos das situações de violência e estigmatização sofridas pelos moradores no conjunto Maria Tomásia:

Todo mundo, nos outros conjuntos, todo mundo fala mal daqui, porque já teve muita morte aqui, apareceu muito no barra pesada, nesses programa assim sabe? Aí, todo mundo tem medo de andar aqui. (Juliana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

A lembrança positiva da vida nas favelas se junta à memória dos acontecimentos recentes durante o processo de remoção e do início da moradia no Conjunto Maria Tomásia com suas dificuldades, criando uma atmosfera de preferência pelo antigo local de moradia apesar da precariedade, demonstrando um paradoxo, dada a coexistência de falas positivas em relação à vida no conjunto habitacional e à melhoria resultante dos três anos de apropriação da área.

As dificuldades encontradas no início da ocupação do Conjunto Maria Tomásia são enfatizadas pelo morador: “*Aqui no começo era horrível, não tinha bodega, não tinha mercantil, não tinha nada*” (Entrevista com moradora, 2012). Tais dificuldades remetem aos primeiros meses da vida no conjunto, pois, durante a pesquisa, constata-se que o habitar significa mais que ter acesso à casa, mas há uma rede de serviços, direitos e possibilidades de apropriação dos espaços pela população, a negação da cidade enquanto “bem público”, como discute Barbosa (2010).

O relato do entrevistado corrobora aquilo que Lefebvre (1998) diz que, nos espaços concebidos a exemplo dos conjuntos habitacionais, a vida urbana é prevista pelos planejadores, mas sua realização não se faz no projeto arquitetônico, os lugares de comércio, de lazer, mesmo planejados, muitas vezes não atendem às necessidades dos moradores, pois são construídos dinamicamente na vida comunitária, que produz usos e redefine formas no lugar.

Na experiência do Conjunto Maria Tomásia, os relatos informam as dificuldades de relacionamento entre vizinhos desconhecidos, o aumento do tempo a ser despendido para o trabalho, a falta de espaços de comércio

popular nas proximidades, dificultando o acesso à alimentação e às situações de violência, esta última, presente na fala de todos os entrevistados.

Eu acho que piorou, mas lá era mais perto dos empregos. É porque o trabalho tá muito longe, pra eu trabalhar pra ali pra banda da praia, num da porque, às vezes eu perdia era muito porque, os taxis num quer vim pra cá. Às vezes eu faço festa a noite, num da, num tem como ir, pra vim pra cá, eu num vou ficar a noite todinha numa festa. Eu trabalho só duas horas de trabalho, eu fico às vezes de dez as doze, de doze as duas, aí num dá, eu fico esperando até cinco horas da manhã para vir um ônibus. Lá não, tinha mais amigas, minhas conhecidas, tinha tudo, os ônibus entravam, os taxis, tudo, era ótimo! É bom por causa que eu conheci muitas pessoas né, um bocado de gente aqui, mas é ruim porque aqui não tem nada, nada, nada! (Juliana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Apesar dos problemas expostos, alguns moradores mencionam a conquista da nova moradia como melhoria da condição de vida, uma contradição que desponta no dia a dia da população, pois, ao mesmo tempo que se têm uma nova moradia, há também graves problemas relacionadas as ausências de serviços públicos, acesso a educação, saúde, lazer e infraestruturas urbanas:

Na Vila Cazumba, foram lá, cadastraram todo mundo, a PMF né, prefeitura municipal de Fortaleza, todas as casas, botou lá o numero, tudim, aí depois mandaram chamar de uma por uma, de uma por uma, porque tavam fazendo esse conjunto aqui, aí foi lá, perguntaram se eu queria vir, aí eu já tinha esse brechózinho, era só dois compartimentos bem apertadinhos, aí eu disse pra eles: “vou, se você me der uma casa, que eu tenha espaço pra botar minhas coisas, que tenha espaço pra me sentar, armar uma rede pra me deitar, eu vou, com todo prazer!” aí eles: “pois eu vou lhe dar uma casa de esquina e você vai” aí eu: “Vou!”. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

“Minha irmã veio morar aqui primeiro, eu não tinha vindo a minha irmã, “vai menina que a casa é boa”, aí eu vim olhar, aí eu vim mesmo, essa casa é boa, tem dois quartos, tem banheiro, eu vim mesmo, na mesma hora eu fiz a mudança, eu tinha direito a casa, so que eu nunca vim ver porque minha mãe tinha dito que a casa não prestava, que era muito pequena, que a cozinha era só aqui né, só aqui a cozinha, a casa é muito pequena, a casa é num sei o que, aí eu nunca me interessei aí um dia eu quis ver, quando a minha disse que a casa era boa aí eu peguei e vim, eu achei interessante né, eu cheguei a casa boa né, eu não sabia, aí a mulher só fez mostrar assim o papel, “escolha a onde você quer sua casa” aí eu fiquei “valha meu Deus, vou escolher a casa junto da dela”, aí eu escolhi assim mais ou menos perto das pessoas que eu tinha conhecimento, as minhas duas vizinhas de lá são minhas duas vizinhas do fundo, eu pensei que era vizinha assim de frente, eu não entendi, ela me mostrou só que assim era o fundo, aí minhas duas vizinhas de fundo

são minhas duas vizinhas de lá.” (Cláudia, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Os relatos positivos sobre a vida no conjunto habitacional se dão em função de uma moradia melhor do ponto de vista construtivo. O espaço como *lócus* da reprodução das relações sociais possui conexões em escala micro onde se constroem ligações entre a população convivente com a cidade e com espaços que extrapolam o lugar, mas que se manifestam também no aprisionamento da vida cotidiana e nas situações de violência vivenciada pelos moradores. Santos (1988, p. 21) afirma que:

A relação social, por mais parcial ou mais pequena que pareça, contém parte das relações que são globais [...]. Por exemplo, a história que se passa, neste exato instante, em um lugarejo qualquer, não se restringe aos limites desse lugarejo, ela vai muito além. A história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos.

Sobressai o problema inegável das cidades brasileiras, das situações de violência que vão além da agressão física, sendo também simbólica e presente nos discursos e na linguagem cotidiana da população. O tema da violência foi sempre tocado durante a aplicação dos questionários e realização das entrevistas gravadas. Seria o medo de gangues, de conflitos entre comunidades que circundam o conjunto, do tráfico de drogas, dentre outros. São muitos os casos de violência no conjunto Maria Tomásia, tanto relatados pelos moradores e moradoras, como noticiados pela mídia local, chamando atenção os casos em que famílias beneficiadas com a política habitacional têm de deixar sua morada para pagamento de dívidas com traficantes ou fugir de represálias de grupos criminosos, como demonstra a matéria jornalística na Imagem 17:

Imagem 17 - Notícia em jornal local sobre violência no conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2011).



Fonte: Diário do Nordeste (03.03.2011).

O fenômeno da violência urbana presente no espaço, especialmente nas grandes cidades, faz parte do leque de desigualdades sociais promovidas pela expansão capitalista que se faz com expropriação, exploração da força de trabalho e transformação das necessidades humanas em mercadoria, produzindo o que Ferreira e Penna (2005) denominam de "territórios da violência". A violência é atribuída muitas vezes a espaços onde mora a população pobre, às favelas, como se a violência fosse produzida por tais sujeitos, somente. No entanto, esse discurso tende a desconsiderar a violência que se expressa na negação de direitos da população pobre em nosso país:

O enclausuramento do pobre, espacialmente próximo das condições da vida moderna urbana e socialmente tão longe dela, fruto do inaccess, ou da periferização, que o torna duplamente distante, dificulta a mobilidade social. Cria-se uma barreira espacial que reproduz a pobreza, como um fator a mais. A pobreza segregada fica mais pobre, tornando mais difícil a mobilidade social e com isso mais vulnerável às ações criminosas. [...] A violência estrutural desses territórios vem-se articular a violência organizada do crime na atualidade. Cria-se, assim, o território da violência, porções do espaço urbano apropriadas pelas organizações criminosas que exercem seu poder sobre eles transformando-os em redutos de poder do crime organizado que daí comanda sua atuação na cidade, enfrenta o estado e manobra o seu exército formado pela população excluída que habita esses locais (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 158).

O exercício da violência e a exposição a essas situações pela população do conjunto Maria Tomásia são recorrentes na fala dos entrevistados, chamando a atenção à reflexão peculiar feita de forma espontânea por uma das moradoras sobre a situação das pessoas no mundo. Em sua opinião, a população iria acabar devido ao grande número de adolescentes e jovens sendo assassinados e que, nos dias atuais, achava difícil muitos jovens chegarem à sua idade, 68 anos. Logo, segundo sua fala, a população do mundo ficaria envelhecida e um dia acabaria por falta de jovens, que estavam sendo as principais vítimas de assassinato:

*Ponto negativo é a violência que tá havendo, os rapazes num tão chegando aos dezoito anos, nós que temos essa finalidade, **acho que o mundo vai se finalizar, porque se acabar num se acaba, finalizar só com idoso, porque o que é de menino de quatorze, quinze anos morrendo aí não é brincadeira não**, hoje mesmo, pegaram, dois, três, quatro, tudo novinho. E nós não, a idade que nós temos, nós pede tanto a Deus, pra algum deles chegar pelo menos a metade da nossa idade, que é muito difícil. Muito difícil, essa juventude de hoje viu, muito difícil. É violência contra violência, negocio de trafico, negocio de confusão (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012, grifo nosso).*

A fala da moradora revela a experiência vivida no cotidiano de uma população segregada que passa pelos mais diversos tipos de violência. Apesar de em um primeiro momento ser uma fala do “senso comum”, quando considerada dentro do contexto em que o bairro Jangurussu e conjunto habitacional Maria Tomásia se inserem, demonstra uma realidade vivida pelos moradores da região. O bairro Jangurussu é um dos mais violentos de Fortaleza, como aponta a pesquisa Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza – Perfil da Regional VI (2011), no qual existe um predomínio de assassinatos, como se pode observar nos dados da Tabela 6:

Tabela 6 - Mortes violentas nos bairros da regional VI em Fortaleza (2007-2009).

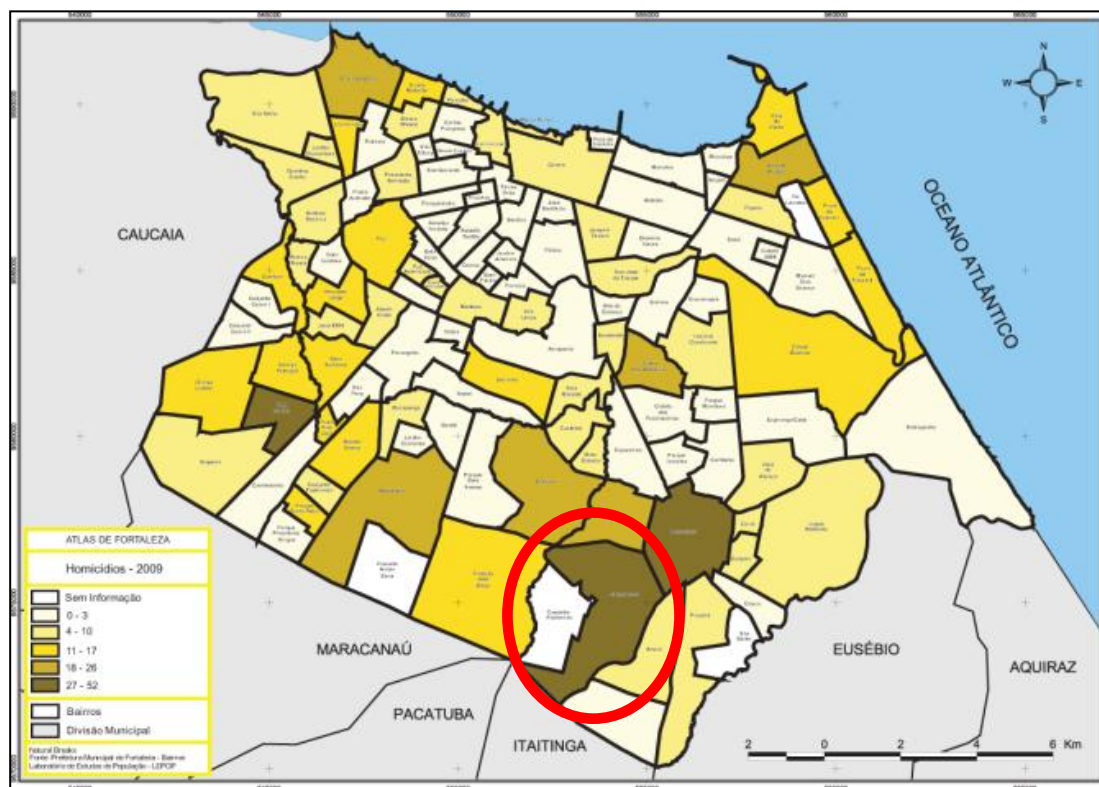
Bairros	2007	2008	2009
Messejana	114	126	95
<u>Jangurussu</u>	<u>69</u>	<u>73</u>	<u>66</u>
Aerolândia	38	36	35
Barroso	31	26	25
Passaré	48	31	30
Jardim das Oliveiras	33	22	41
Edson Queiroz	27	24	39
Cidade dos Funcionários	22	22	35
Conjunto Palmeiras	11	23	43

Fonte: Mapa da criminalidade e da violência em Fortaleza – Perfil da Regional VI (2011).

Dados oficiais confirmaram o Jangurussu em segundo lugar no número de mortes violentas dentre os bairros da regional VI de Fortaleza. Entre os bairros destacados, Messejana, o bairro mais violento, teve diminuição de mortes violentas no ano de 2009 em relação aos anos de 2007 e 2008, igualmente ao Jangurussu. Apesar do declínio e considerando o triênio, os dois bairros citados são os mais violentos da regional. A situação chama atenção inclusive em relação ao restante da cidade, devido ao processo de estigmatização do bairro e da população residente.

Na Imagem 18, é possível observar tal situação em relação aos outros bairros que compõem a metrópole, onde o Jangurussu e o bairro Messejana se destacam frente às outras áreas, o único bairro em situação semelhante em número de homicídios é o bairro Bom Jardim, na área Sudoeste da cidade.

Imagem 18 - Homicídios por bairro em Fortaleza – 2009.



Fonte: Araújo & Carleial (2010)

Sobre as situações de violência no conjunto habitacional e no bairro, moradores relataram que:

No começo aqui a negada matava um, e deixava outro pra de noite, matava um de dia e outro pra de noite. Teve um dia aqui que mataram três. Três num dia só. (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

O que a gente podia esperar era isso mesmo. Ele foi fazer um assalto, aí o cidadão tomou o revolver e matou ele. Só que eu acho uma coisa errada, porque ele diz que a arma foi disparada, só que não tem condições de ser disparada, porque ele tinha dado uma tijolada na cabeça dele, entendeu? Aí como ele já tinha ficado zozzo e caído, não precisava ele ter matado, podia muito bem ter tomado o revolver, podia ter deixado ele lá, ameaçando até a polícia chegar né? Mas não, ele matou, e foi dois tiros na cabeça e um na garganta, não tinha precisão. (Juliana, moradora do conjunto Maria Tomásia, 2012).

É inimizade, às vezes é uma pessoa que num pode nem olhar pra cara do outro, homem, não pode nem olhar um pra cara do outro que já é motivo pra se matar, dívida de droga também, essas coisas né? Eu fui uma né, graças a Deus que eu saí dessa vida. (Paula, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

A questão da violência teve destaque nessa reflexão devido ao apontamento do fenômeno em todas as falas dos moradores através das entrevistas e questionários. Mesmo submetidos a essa situação, as práticas espaciais dos moradores revelam outras facetas da vida cotidiana, expressas nas condições de moradia no conjunto habitacional e no acesso aos serviços e infraestruturas, no trabalho, no lazer e nas perspectivas para melhoria de vida na cidade.

As práticas espaciais podem ser em parte vislumbradas através das modificações realizadas pelos moradores no conjunto habitacional, as reformas, ampliações, usos dado ao terreno e as modificações que podem ser vistas na fala de uma moradora e na comparação das Imagens 16 e 17:

Aqui não, num tinha um pé de árvore, nada, a quintura maior do mundo, depois eu comecei a plantar, e comecei a plantar, depois que começou esse ventim, alguma coisa, mas Ave Maria, era um quintura tão medonha, a gente só faltava era morrer, vai fazer três anos agora em dezembro. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

A Imagem 19 exhibe os moradores visitando o conjunto Maria Tomásia meses antes da remoção, segundo o Habitafor, para conhecer as moradas e participar de oficinas de loteamento⁹, nas quais os moradores apontavam áreas de interesse no conjunto para preservar os laços de vizinhança e manter os moradores de cada comunidade (Lagoa da Zeza e Vila Cazumba) próximos. Destaca-se o fato de as comunidades serem tidas como rivais, conforme apontado no relato dos moradores “*Misturaram a Cazumba com a Zeza. A Zeza com a favela do Gato Morto, ela fez uma misturação doida, ela botou os cidadãos junto com os vagabundos*”. (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

⁹ Oficinas de loteamento são encontros promovidos pela Prefeitura com os moradores que receberão unidades habitacionais (casas ou apartamentos) para que possam distribuir a população nos endereços tentando preservar a vizinhança ou atender necessidades especiais, como residências com adaptação para idosos ou deficientes, disponibilidade de ponto comercial.

Imagem 19 - Moradores visitam obras do conjunto Maria Tomásia antes da remoção, Fortaleza (2008).



Fonte: PMF (2008).

A Imagem 20 mostra um pouco do conjunto Maria Tomásia no terceiro ano de ocupação, com comércio, residências reformadas, com fachadas diferentes, que refletem as mudanças tecidas no dia a dia da população.

Imagem 20 - Conjunto Maria Tomásia no terceiro ano de ocupação, Fortaleza (2012).



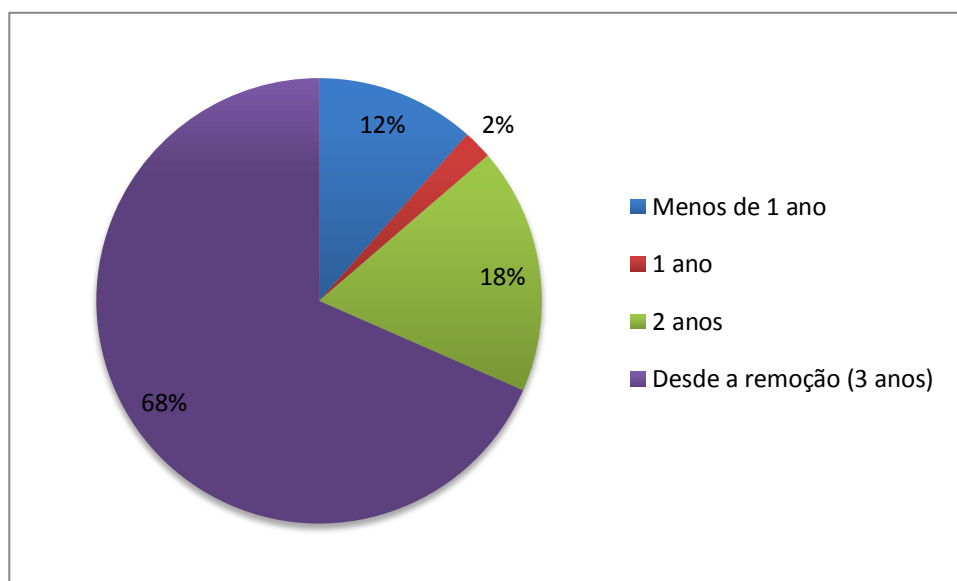
Fonte: Pesquisa direta (2012).

A mudança na morfologia dos conjuntos habitacionais releva práticas cotidianas que se inscrevem na metrópole em busca de sobrevivência, mas também de existência, de afirmação de direitos. O cotidiano também se manifesta na reprodução do capitalismo na dimensão do vivido, através dos mecanismos de coerção e controle e das carências, fazendo do cotidiano um

complexo social no que Lefebvre (2001) chama de “ordem próxima” e “ordem distante”.

Outro tipo de mudança vista no conjunto Maria Tomásia é a mobilidade residencial dos moradores, relatada através dos questionários aplicados e mensurada no Gráfico 7. De acordo com a pesquisa realizada com 40 famílias, cerca de 68% dos moradores moram no conjunto habitacional desde a remoção das comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba. Os primeiros moradores são considerados pela PMF como beneficiários originais e com direito assegurado pela política habitacional do município, 18% dos entrevistados, informaram morar no conjunto há 2 anos, 2% há 1 ano e 12% dos que responderam às enquetes habitavam no conjunto há menos de 1 ano, o que revela um processo de mobilidade residencial dessa população.

Gráfico 5 - Tempo de moradia segundo pesquisa direta no Conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).



Fonte: Pesquisa direta (2012). Elaboração: Sharon Dias.

As situações que levam à venda ou compra de moradias no conjunto habitacional são diversas. Durante as enquetes com moradores, foram relatados motivos que iam desde a possibilidade de retorno para a cidade natal no interior do estado à compra da casa para estar próximo de parentes, fuga de situações de violência, dentre outros.

“Eu morava na outra rua, ai lá era muito cheio de pessoas assim na esquina ai eu fiquei com medo, tentaram estuprar ela, enquanto eu lavava roupa la no quintal, ai eu não fiquei gostando de lá de lá eu troquei por essa daqui, porque é proibido vender, mas eu vendi, eu vendi e comprei aqui.” (Marta, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

“No começo eu botei placa pra vender minha casa, pra eu comprar uma lá onde nós morava. Pra comprar uma pra lá, lá onde nós morava, porque lá tudo é mais fácil! Porque o conjunto aqui é morro, ai é uma dificuldade!” (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Tá muito apertado. Eu estou vendendo esse terreno, porque eu quero pegar e fazer pelo menos dois quarto aqui em cima pra mim, e aqui ficar só meu plano de vendazinha. E Deus vai me ajudar, porque pra isso eu espero. (Mazé, moradora do conjunto Maria Tomásia 2012).

Outro fator mencionado para venda do imóvel foi a falta de condições de manter os custos com pagamentos dos serviços de água e energia, conforme aponta moradora:

Tem muita venda de casa, tem baratíssimo! Por causa da água e luz, porque nem todo mundo podia pagar água e luz, ainda bem que não paga o esgoto, é só água e luz. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Existem também os casos de famílias que burlam as exigências para recebimento de moradia pela política habitacional através de diversas estratégias. Durante a pesquisa, um morador que teve a casa cedida pela irmã que foi beneficiada com a moradia, mas que tinha outro imóvel no bairro Cidade dos Funcionários, porém havia mantido um barraco na comunidade como forma de entrar no cadastro da PMF e ser beneficiada.

A ocorrência de compra, venda e invasão de imóveis cedidos pelo poder público através da política habitacional é um assunto delicado e gera conflitos e demandas entre moradores e órgãos governamentais. A lei municipal 9.294 de 2007 proíbe a venda ou troca de imóveis concedidos pela política pública, pois quem recebe não vira proprietário, mas ganha o direito de usufruir de um imóvel público sem tempo determinado. Ainda assim, o mercado informal de venda e compra de casas no conjunto habitacional é conjugado ao formal e aparece no estudo dos processos de invasão e ocupação na metrópole. Araújo (2010) atenta que:

O acesso às terras pelas invasões e a produção de habitações pela autoconstrução firmam-se em relações não-capitalistas, viabilizando a mobilidade do trabalho assalariado, no sentido da valorização capitalista. [...] A produção não-capitalista da cidade tem sentido de propriedade, pelo acesso ilegal da terra, embora não se restrinja ao uso, pois também tem interesse de troca. Nesse processo, a contradição: as famílias constroem habitações visando permanência e entram em contante mobilidade geográfica entre cidades, bairros e áreas (ARAÚJO, 2010, p. 90).

No caso do conjunto habitacional Maria Tomásia, existe ainda os casos de invasões por famílias que não estavam na lista de prioridades para receber a moradia, mas que passaram a integrar a listagem de espera pelo benefício, segundo informações da Habitafor. Em 2011, ações judiciais foram movidas pela PMF para retomar casas com ocupações “ilegais” no conjunto Maria Tomásia, como demonstra as matérias jornalísticas na Imagem 21:

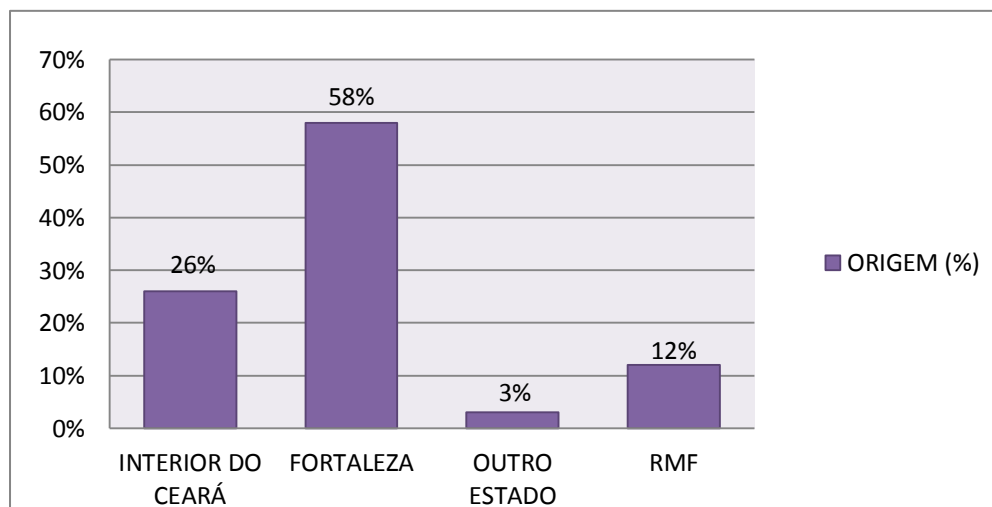
Imagem 21 - Notícia sobre mandato de despejo de famílias no conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2011).



Fonte: Jornal Jangadeiro online (2011).

A mobilidade dos moradores do conjunto Maria Tomásia se inscreve numa escala maior, não se limitando a mobilidade residencial mediante a compra e venda de unidades habitacionais ou entre bairros da metrópole. O Gráfico 6 discrimina o percentual de moradores entrevistados nascidos em Fortaleza, em outra cidade do estado do Ceará, em cidade integrante da RMF ou, ainda, vinda de outros estados do país:

Gráfico 6 - Local de origem dos moradores segundo pesquisa direta realizada no Conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).



Fonte: Pesquisa direta (2012). Elaboração: Sharon Dias.

O gráfico apresentado foi realizado com base nos dados colhidos nas respostas ao questionário aplicado junto às 40 famílias e indica que mais da metade dos entrevistados é natural de Fortaleza (58%), seguidos por 26% oriundos do interior do estado e de 12% nascidos em cidades que atualmente fazem parte da Região Metropolitana de Fortaleza. Por fim, apenas 3% dos entrevistados afirmaram ser naturais de outro estado brasileiro.

Nesse caso, a migração tem número expressivo no perfil dos entrevistados e esboça um panorama de mobilidade populacional forçada pelas necessidades de reprodução da vida, de busca por melhores condições de vida e pelo capital, e não somente como ato pessoal de migrar, representando um processo de sujeição do trabalho ao capital, no qual essa relação é vista de forma dialética em suas contradições (BECKER, 1997). Para Gaudemar (1977 apud BECKER, 1997), o fator migratório se refere a uma imposição das necessidades do capital que impulsiona a mobilidade. De acordo com Salim (1992, p. 127):

[...] A migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação, e a dimensão espacial, traduzida como conjunto de relações sociais, é retida para possibilitar a análise de formas concretas da mobilidade da força de trabalho. Na realidade, seguimentos da população ou contingentes da força de trabalho deslocam-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento. Significa dizer

que existe uma característica adquirida da força de trabalho – a mobilidade –, que faculta não apenas o seu movimento, mas também a localização e realocação espacial do capital, nas diversas esferas da produção.

Observando as temporalidades presentes nas falas dos moradores entrevistados, parte considerável da população nasceu no interior do estado do Ceará e veio para Fortaleza atender chamados de emprego informal e de outros trabalhos:

Eu morava lá no Tancredo Neves, eu morava lá com a minha tia, minha tia foi e me trouxe pra eu ir morar com ela, aí ela faleceu, quando ela faleceu eu tinha nove anos, não, eu tinha uns dez anos quando ela morreu, aí foi e meu pai me levou de novo pro interior quando ela morreu, aí como eu já tava tão acostumada aqui em Fortaleza, que eu num me acostumava lá de jeito nenhum, ficava direto chorando, chorando, aí foi no tempo que uma senhora madrinha do meu irmão mais vei, mora aqui em Fortaleza, ela queria uma pessoa pra trabalhar na casa dela, aí o pai foi e conversou com ela, aí eu fui trabalhar. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Foi porque minha avó morava lá na Idelfonso Albano, conhecida Vila do Albani, aí então, ela morava só, e a mais velha da minha mãe era eu, de cinco filhos, a mais velha era eu, aí ela foi e pediu pra mandar uma pessoa pra ficar com ela, aí eu fui, vim pra Piedade, com sete anos de idade, vim morar com minha avó, com sete anos de idade. Fui estudar, e nas horas vagas tomava de conta da minha avó, que ela ficava sozinha, aí eu ficava com ela, quando eu saía ela ficava só, mas quando eu chegava eu passava a maior parte com ela. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Esse processo condiz com a expansão de Fortaleza e a falta de oportunidades no campo, que ocorreram em meio a processo de desigualdades sociais atreladas à industrialização e urbanização capitalista. A população se concentra na capital e forma um exército de reserva para servir aos interesses capitalistas de determinados segmentos produtivos urbanos. O excedente de trabalhadores favorece a expansão econômica capitalista. Contraditoriamente, possibilita exploração da força de trabalho, que é tratada sem prioridade, sobretudo na comparação entre investimentos sociais e produtivos em Fortaleza.

A manutenção da situação de pobreza e miséria da população serve aos interesses políticos eleitoreiros em períodos de eleição, segundo relato de alguns moradores:

O negócio delas assim, no tempo das eleição, ai elas vão atrás ai inventam negócio de tirar identidade, essas coisas, mas garantindo o título da gente, o interesse né, pra puxar pro lado delas, só em tempo de eleição. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Tem um rapaz aculá que trabalha com negócio de dar pensão sabe? Num é aposento não é negocio de beneficio, ai ajeitou pra mim, e aqui as pessoas que precisam encaminham também pra lá, eles ganham o dinheiro deles também. (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Dados do censo do IBGE apontam melhoria da renda domiciliar no Nordeste em 25,5% entre 2000 e 2010, a pobreza está sendo reduzida e a política de transferência de renda do Governo Federal, através do “Programa Bolsa Família”. Algumas mudanças nas situações de extrema pobreza (famílias que ganham menos de meio salário mensal) são captadas, embora permaneça o contraste visível entre as classes, revelado especialmente pelas paisagens urbanas. O benefício social “Bolsa Família” é a principal fonte de renda de muitas famílias:

A nossa felicidade aqui é porque a gente recebe bolsa família, nunca cancela, porque se cancelar pronto. É bom, eu acho bom, só dele ajudar, chega na hora certa, é bom demais! Vem todo mês, aqui eu pago a água, pago luz, pago gás, plano funerária e faço umas comprinha, todo mundo se admira que eu faço isso tudo mas tudo a gente da um jeito. Muito pouco pra tantas bocas, sete bocas. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Porque aqui não trabalha meu pai e nem minha mãe, só da mercearia e do bolsa família, da uns trezentos reais. Acho muito pouco porque são seis. Meu pai é doente, minha mãe num pode trabalhar, ai quando tem eu vou. É mulher, é porque pra conseguir um emprego é muito chato, é longe. Eu consegui um emprego lá na Parangaba, mas é muito longe, eu não vou arriscar minha vida, acordando cinco horas da manhã, quatro da manhã, pra pegar um ônibus, num da não! (Juliana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Eu me inscrevi agora na bolsa família, porque eu tenho essa filha que mora lá na Vila Cazumba, morava vizim a minha casa, com quatorze dias que executaram esse meu filho, ele foi dizer umas coisas com o cara lá que achava que era, quatoze dia foram e executaram ele também, ela ficou viúva com dois filhos, só. Agora fazer como o ditado, “o pão que o diabo amassou”, num tem família dele pra ajudar nada, num tem nada, e ela num soube fazer o pé de meia dela, num soube juntar dinheiro nem nada, perdeu o marido e ficou só eu ajudando ela, é pai ajudando, as irmãs, tudim, ai então, eu fui inscrita no bolsa família desde que começou, nem sei nem qual foi o ano, sei la quando foi, me inscrevi, nunca recebi esse beneficio, ai eu fui lá no Crass do Jardim das Oliveiras, porque ela mora lá né, faz parte de lá, ai chegando lá, procurei conversar com a assistente social, pra poder resolver a situação. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Tal situação corrobora para o entendimento das condições de vida da população. Reconhece-se que a vida da população e seu cotidiano vão além da percepção das desigualdades aos quais estão submetidas, mas este é um importante ponto que deve ser elencado. Muitas vezes, os discursos hegemônicos colocam a solução da moradia como a realização do direito à cidade, do *habitar* da plena melhoria da condição de vida, mas é preciso adentrar o espaço cotidiano revelado pela população e suas relações sociais para verificar as mudanças, continuidades e possibilidades na vida da sob um olhar dialético. Para Damiani (1993, p. 11):

O espaço, o tempo, o urbano, o cotidiano, são colonizados, atingidos, metamorfoseados. Consolida-se a ideia de espaço homogêneo — sujeito a compra e venda —, fragmentado — funcionalizado — e hierarquizado; a concepção de espaço linear — o do relógio, o do trabalho abstrato, invadindo o vivido; a concepção dos tempos cooptados — o tempo livre à televisão, à indústria do turismo.

O cotidiano dos moradores e moradoras do conjunto Maria Tomásia, a partir do acesso aos serviços públicos elementares (saúde, educação, transportes e infraestruturas urbanas) e às condições e possibilidades de realização da vida que vão de encontro à fragmentação das relações sociais, que se inscrevem no emprego do tempo: O tempo obrigatório, do trabalho; O tempo livre, o dos lazeres; O tempo imposto, “o das exigências diversas fora do trabalho, como transportes, idas e vindas, formalidades, etc.” (LEFEBVRE, 1991, p. 61).

Na “sociedade burocrática de consumo dirigido”, cuja dominação capitalista no cotidiano se amplia na reificação do consumo (LEFEBVRE, 1991) e na contradição da vida urbana. A apropriação desigual da cidade como direito humano manifesta-se no espaço vivido da população onde, de acordo com Lefebvre (1991, p. 87):

A satisfação e a insatisfação andam lado a lado, se afrontam segundo os lugares e as pessoas. O conflito não aparece sempre, nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto. Mas ele está aí, constante, latente, implícito. Tiraríamos daí o inconsciente, o significante “desejo” escondido sobre os significados? Não é preciso ir tão longe, estamos falando de cotidiano.

A sociedade moderna tem inúmeras contradições, dentre elas a coexistência em nível mundial de antigas e novas pobreza. As novas, fruto das “necessidades refinadas” (LEFEBVRE, 1991, p. 60), que vão para além das necessidades elementares; as antigas, relacionadas aos bens materiais, às situações de desigualdades não superadas, ainda produzidas.

3.4 Três anos após a remoção: das condições de trabalho e renda ao acesso aos serviços públicos

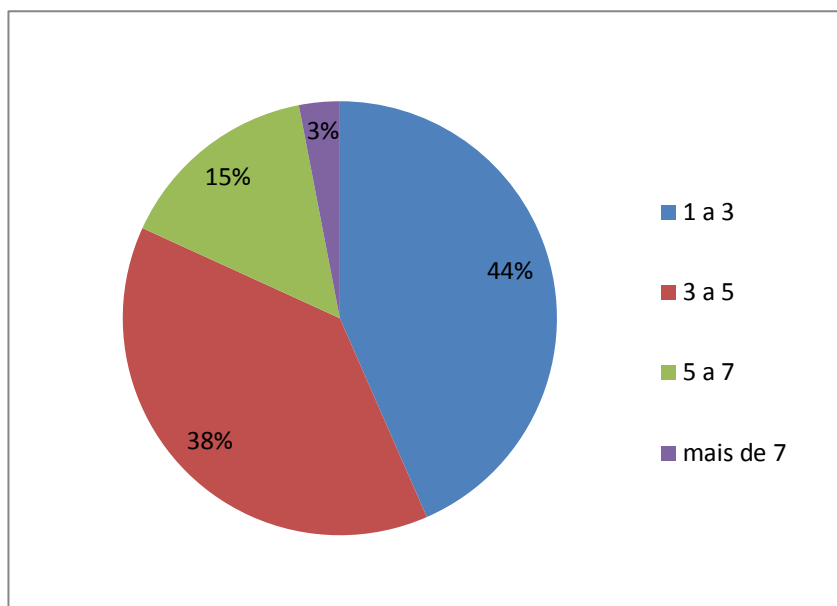
O cotidiano dos moradores e suas práticas espaciais, visto no emprego do tempo e na relação entre satisfação e insatisfação dos moradores que produzem novos fenômenos e ações na vida da população, faz parte do perfil atual dos moradores do conjunto Maria Tomásia.

Trazer alguns elementos do perfil sócio-econômico dos moradores e relacionar com a prática cotidiana é importante no sentido que reapresenta uma realidade complexa, que envolve não só o espaço da moradia, o conjunto habitacional, mas a cidade como um todo e a própria conjuntura econômica e social brasileira. A realidade de um grupo de famílias não se desvincula do processo de urbanização brasileiro, da sua formação histórica e da situação do tempo presente e da pressão do capital sobre as cidades e sua população e da atuação contraditória do Estado.

Os dados expostos auxiliam na aproximação da realidade da população e das incoerências da cidade a partir da leitura de fatores como a composição familiar, a questão da renda, do trabalho, mas não somente sob essa ótica: envolvem aspectos ligados à educação, ao acesso aos serviços de saúde, ao lazer. A desigualdade social se exprime “em outras condições de existência social: na escolarização, na habitação, na saúde e no acesso aos bens e equipamentos culturais” (BARBOSA, 2010, p. 4). Desigualdades sugerem estratégias de sobrevivência, mas também de existência da dimensão do espaço vivido.

O Gráfico 7 exibe, em percentual, o número de componentes das famílias pesquisadas, sendo que: 44% das famílias são compostas por até 3 membros, seguido por 38% de famílias que possuem de 3 a 5 componentes, 15% de famílias entre 5 e 7 componentes e 3% com mais de 7 componentes.

Gráfico 7 – Número de componentes por família segundo pesquisa direta realizada no Conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).

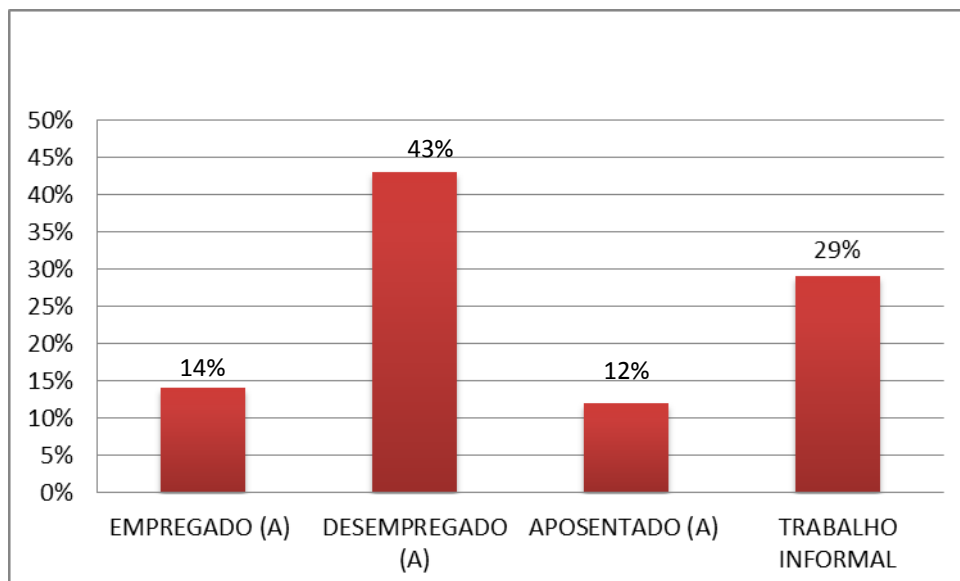


Fonte: Pesquisa direta (2012). Elaboração: Sharon Dias.

Há duas faces de uma mesma realidade. Primeiro, pode-se avaliar que a média de residentes por famílias é baixa, já que 44% tem entre 1 e 3 moradores, mas o número de famílias com até 5 componentes é bastante significativo, podendo chegar até aos casos extremos de mais de sete pessoas na família convivendo numa pequena casa. A variação na composição familiar de moradores do conjunto, que, se analisadas junto com as variáveis de trabalho e renda, formam um quadro complexo da situação dos moradores do conjunto Maria Tomásia.

Quanto à situação econômica, expressa no Gráfico 8, 43% dos moradores entrevistados encontravam-se desempregados, seguidos por 29% em condições de trabalho informal, e apenas 14% da população declarou estar empregada no setor formal, com registro de acordo com as leis trabalhistas, e 12% dos entrevistados em situação de aposentadoria.

Gráfico 8 - Condição funcional dos moradores pesquisados no conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).



Fonte: Pesquisa direta (2012). Elaboração: Sharon Dias.

Muitos moradores reclamam da falta de oportunidade de emprego formal e também de condições de realizar atividades informais que antes eram feitas nos bairros em que as famílias moravam anteriormente à remoção. As mulheres falam sobre a impossibilidade de trabalhar por não disporem de creches para que as crianças fiquem enquanto exercem outras atividades.

Agora o seguinte se tivesse trabalho aqui dentro ficava melhor. (Marta, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

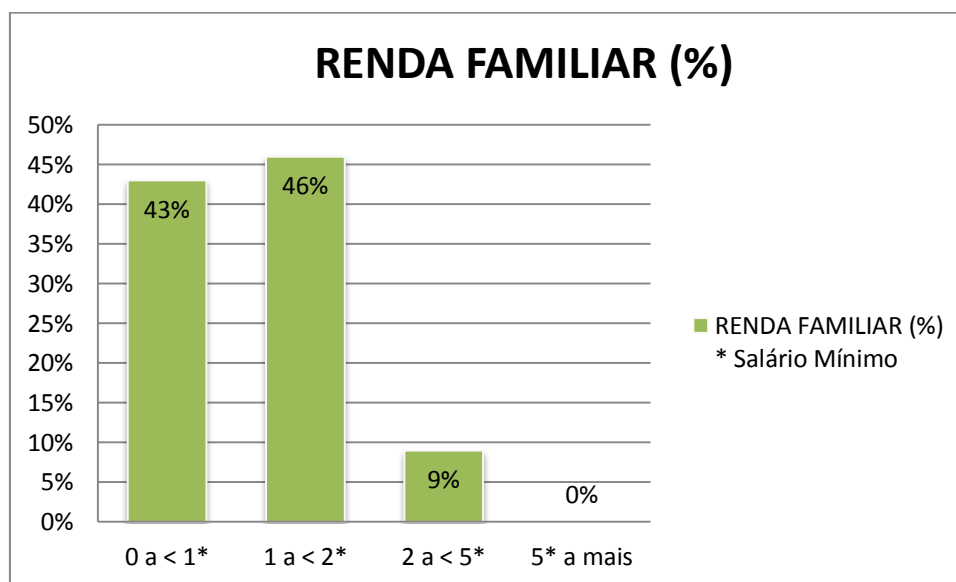
Aqui é bom pra quem é aposentado, entendeu? Porque aposentado tem um dinheiro pra receber todos os meses. A gente trabalha por fora né? A minha carroça fica é muito parada, as vezes quando aparece é a noite, mas aí eu num vou, pra arriscar minha vida, pra mim morrer, aí num da certo não. Só da certo de manhã, as vezes eu passo o dia todinho com minha carroça encostada, num aparece nada pra fazer. (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Eu pegava gesso, quebrava e fazia jarro, eu sei fazer um monte de coisa, a gente sabe, só num tem oportunidade. Por exemplo, uma creche dessa daí se desse tinta, se tivesse coisa que botasse as pessoas, as mães pra chegar e fazer, pra gente ocupar a mente ao menos com alguma coisa né? Mas num tem! (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Aqui num tem nada pra fazer aqui não, num existe trabalho pra você fazer. (Juliana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

As condições de trabalho incidem diretamente na dimensão da renda. A proporção da renda familiar dos entrevistados pode ser observada mediante o Gráfico 9:

Gráfico 9 - Renda familiar segundo pesquisa direta no Conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).



Fonte: Pesquisa direta (2012). Elaboração: Sharon Dias.

Observa-se que 43% da população declarou ter renda familiar entre 0 e 1 salários mínimos, sendo que a maior fração da população vive com renda entre 1 e 2 salários mínimos (46%), revelando uma dualidade nas condições de renda familiar. Há também situações ainda mais graves, como o caso de famílias que se declararam sem renda alguma para sobrevivência familiar. O nível predominante de renda situa-se entre 0 e 2 salários mínimos, havendo um grande número de famílias deste grupo situado na faixa de renda que vai até um salário. Os casos de famílias com renda superior a dois salários são de pequenas proporções, somando 9% do total (Gráfico 9). A fala dos moradores corrobora com a situação elencada:

A renda é muito pouco porque são seis. Meu pai é doente, minha mãe num pode trabalhar. (Paula, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Lá em casa é muita gente pra pouco dinheiro. (Juliana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

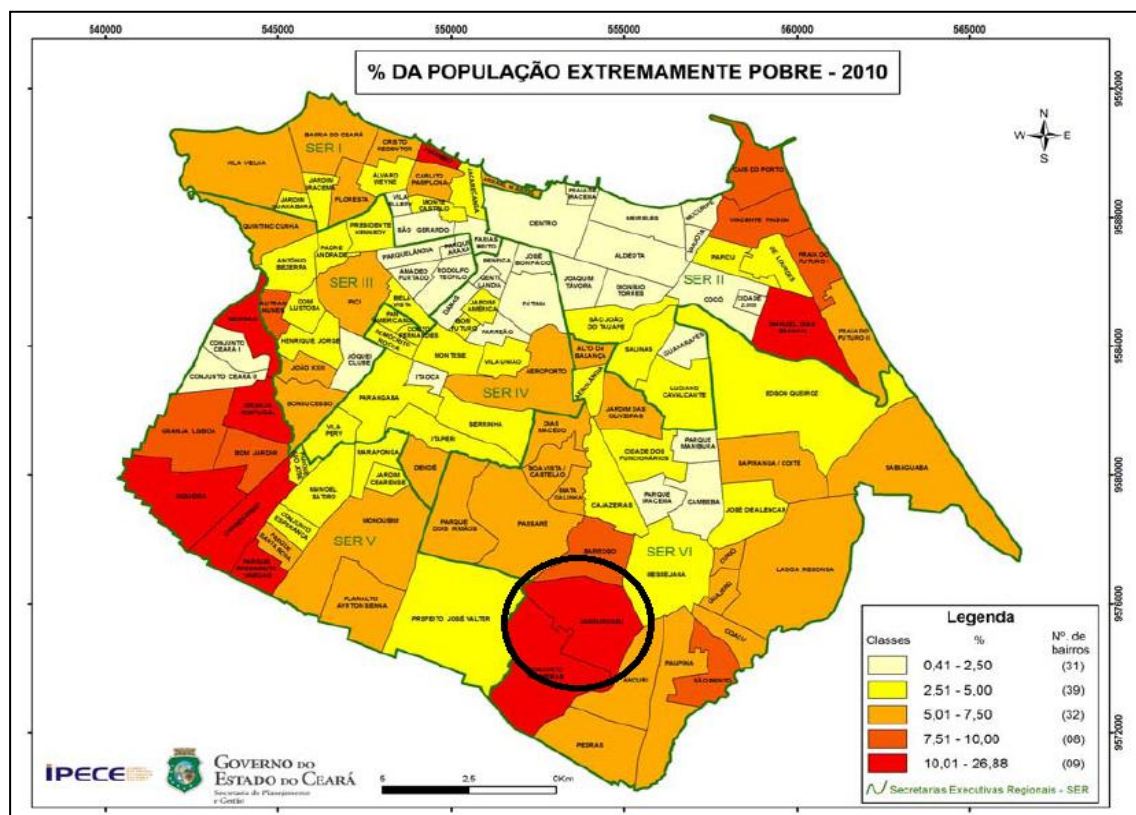
Falta uma coisa aqui, falta outra coisa ali. Muito pouco pra tantas bocas, sete bocas. A nossa felicidade aqui é porque a gente recebe

bolsa família, nunca cancela, porque se cancelar pronto. (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

É importante compreender as condições de ocupação e renda das famílias do conjunto Maria Tomásia, pois elas estão diretamente ligadas às formas de como vive a população e às condições habitacionais nos bairros da cidade. Essa realidade faz perceber o grau de desigualdades presente no espaço urbano, no caso, de Fortaleza. A metrópole cresce em termos de investimentos pelo Estado, de iniciativa privada e de participação no Produto Interno Bruto Nacional, contudo, possui várias comunidades vivendo em situação de extrema pobreza.

A situação de desigualdade de renda em que está inserida grande parte das famílias do conjunto Maria Tomásia e do próprio bairro Jangurussu pode ser observada na Imagem 22. Os bairros (em vermelho) com grande incidência de população em situação de extrema pobreza têm população com ganho mensal abaixo de R\$ 70, a exemplo do bairro Jangurussu:

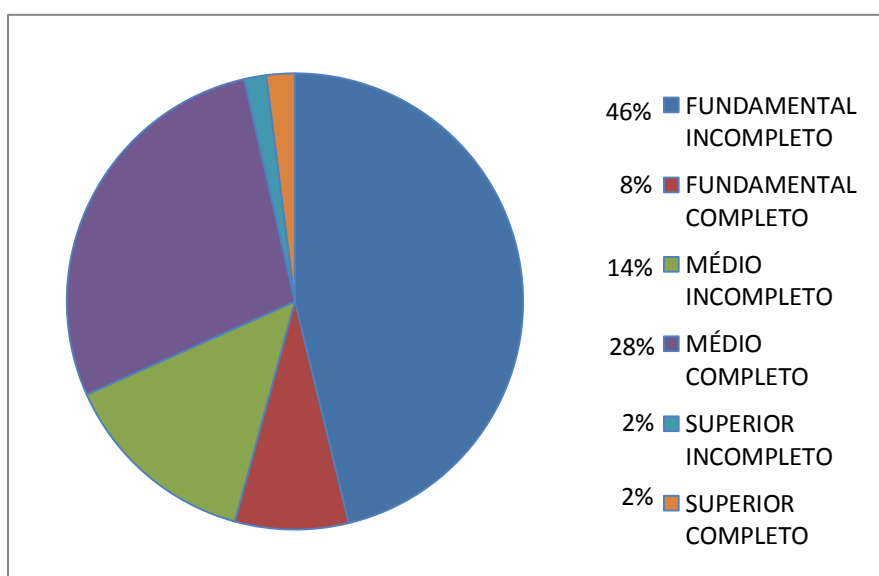
Imagem 22 - População extremamente pobre nos bairros de Fortaleza (2012).



Com base nos dados do Censo de 2010 do IBGE, o bairro Jangurussu tem entre 10% e 26,88% de sua população vivendo com renda *per capita* inferior a R\$ 70, o que significa condições de extrema pobreza.

A manifestação da pobreza no cotidiano dos moradores engloba outras questões sociais: no acesso aos serviços públicos, tais como educação e saúde e ainda no lazer. A pesquisa direta revelou que em 46% das famílias o maior grau de instrução alcançado por algum membro da família foi o ensino fundamental incompleto, seguido por 28% com ensino médio completo, 14% com ensino médio incompleto, 8% com ensino fundamental completo e apenas 2% da população com nível superior completo e outros 2% com nível superior concluído, conforme detalha o Gráfico 10:

Gráfico 10 - Maior escolaridade de algum membro da família residente no conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).



Fonte: Pesquisa direta (2012). Elaboração: Sharon Dias.

No conjunto Maria Tomásia existem outras questões que se colocam no acesso aos serviços educacionais devido ao processo de remoção. A PMF preocupou-se com a transferência das matrículas das crianças e adolescentes para escolas próximas ao novo endereço, no entanto, segundo relato dos moradores, há dificuldades em acessar o ensino médio, que é de responsabilidade do Governo do Estado, e a inserção de crianças em creches. Sobre esta última questão, confirma-se na fala de moradoras mães do conjunto habitacional:

Às vezes os pais de família dia de domingo pras crianças ir pra praça brincar de repente acontece bala, né se fosse uma crechezinha pra botar as crianças, tanta criança perambulando pelo meio da rua, sem ter onde ficar, se fizesse uma creche tem ali aquele espaço grande, se desse pra puxar mais pra frente pra fazer um ambiente pras crianças, era bom demais! (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Devia melhorar um pouquinho, ter uma creche pra essas crianças ficar, porque nem todas as mães pode sair e deixar os filhos com alguém, porque essa daí até ameaçada de derem parte dela ela já foi, porque ela sai de manhãzinha, quatro vai pro colégio, aí fica uma que estuda de tarde, pois é, essa daí fica com o pequeninho o dia todinho de manhãzinha por aqui, aí de tarde ela toma banho vai pro colégio, aí já fica as duas gêmeas tomando de conta, quando num é, deixa na casa de um colega aqui e aculá, é desse jeito. Deveria ter uma creche, uma coisa assim, pelo menos amanhecia a pessoa podia ir pro trabalho e ficar despreocupa. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Diariamente, no período escolar, o transporte dos alunos que moram no conjunto Maria Tomásia é feito através de ônibus da Prefeitura. Devido à distância do conjunto dos equipamentos escolares, muitos estudantes sem acesso a esse serviço têm de arcar com os custos da passagem de ônibus coletivo diariamente, assim, os moradores criam estratégias para garantir a permanência de crianças e adolescentes frequentando as escolas:

Creche num tem, tem a escola ali, lá no Sítio São João lá pra baixo, tem outro lá no São Cristovão, tem outro ali no Sítio São João também, aí o ônibus vem buscar e vem deixar. Eu acho muito bom, porque só de vir aqui, pegar levar. (Cláudia, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Ela vai pro colégio de ônibus, e os meninos estudam aqui e alias tão nem estudando, eles estudava aí o mais novo foi andar no “Zé do banjo” aí ficou com medo de ir e num foi mais, ela não, ela vai de ônibus, ônibus da prefeitura, ele vem buscar e vem deixar, os ônibus iam buscar e deixar lá perto da onde a gente morava, mas aí a gente teve que colocar aqui perto mesmo. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Pra adolescente é difícil, mas pra criança tem aula, tem colégio, agora pra adolescente aqui é difícil. A maioria dos meninos aqui estuda lá no Palmeiras, porque é do Estado lá, um bocado de menino que eu conheço estuda é longe, é lá no Paulo Airton, lá no Liceu, na Visconde do Rio Branco, mas pras crianças os ônibus vem buscar e vem deixar, o ônibus dela aí vem buscar e vem deixar todo dia. (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Eu também parei de estudar por causa do perigo, porque o colégio era lá pra baixo, tinha tempo que a gente não podia descer pra lá,

porque era arriscado a gente ir e num voltar mais. (Paula, moradora do conjunto Maria Tomásia, 2012).

Outro fator de grande relevância presente na fala dos moradores sobre a vida no conjunto Maria Tomásia diz respeito ao acesso ou ausência de serviços públicos de saúde e às formas de mobilizações dos (as) moradores (as) para conseguir acessar tal serviço. A precariedade no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) não afeta apenas os moradores do conjunto Maria Tomásia ou de Fortaleza, é um problema nacional que vai desde insuficiências de profissionais à ausência de leitos, medicamentos, exames de diagnósticos, dentre outros. O quadro nacional tem reflexões no cotidiano da população, como podemos observar nos relatos sobre essa situação:

Eu sou hipertensa, aí eu tenho o acompanhamento do posto do Sítio São João, aí lá tem agente de saúde né, aí vem, aí trás o papelzinho, aí eu vou lá só confirmar, e esperar a doutora, pra mim se consultar. Inclusive ela veio aqui ontem, e eu tava precisando muito, mas a situação tá péssima, péssima, ruim! Outra coisa que tá muito difícil aqui é o SAMU, não querem entrar aqui de jeito nenhum, tá, eu passei mal aqui, foi um corre-corre atrás de um carro, senão eu tinha morrido aqui, ligaram e sabe o que eles disseram? Que não tinha ambulância disponível, quando chegamo lá tinha bem duas, lá no Frotinha parada, não entra ambulância aqui, não entra correio. (Mazé, moradora do conjunto Maria Tomásia, 2012).

Eu não gosto é porque é assim, chega lá de manhã a fila é enorme, porque é um posto pro Maria Tomásia, Filomena, Sítio São João, e algumas partes ali do começo do Palmeiras, aí fica sempre lotado e lá não é mais dividido lá onde eu morava, aqui tem uma médica pra cá porque é dividido né, aí tem uma médica pra cá, a enfermeira né, aí é assim, eu num gosto do atendimento daqui não. (Juliana, moradora do conjunto Maria Tomásia, 2012).

É muito ruim o posto, né!? Tem o atendimento bom não, porque as vezes não tem médico, mas a agente de saúde acompanha. Só não tem médico, mas a menina ela nos visita bem. (Paula, moradora do conjunto Maria Tomásia, 2012).

Para satisfazer suas necessidades, a população vai à busca de atendimento em diversos lugares, retornando, muitas vezes, ao posto de saúde próximo ao antigo local de moradia:

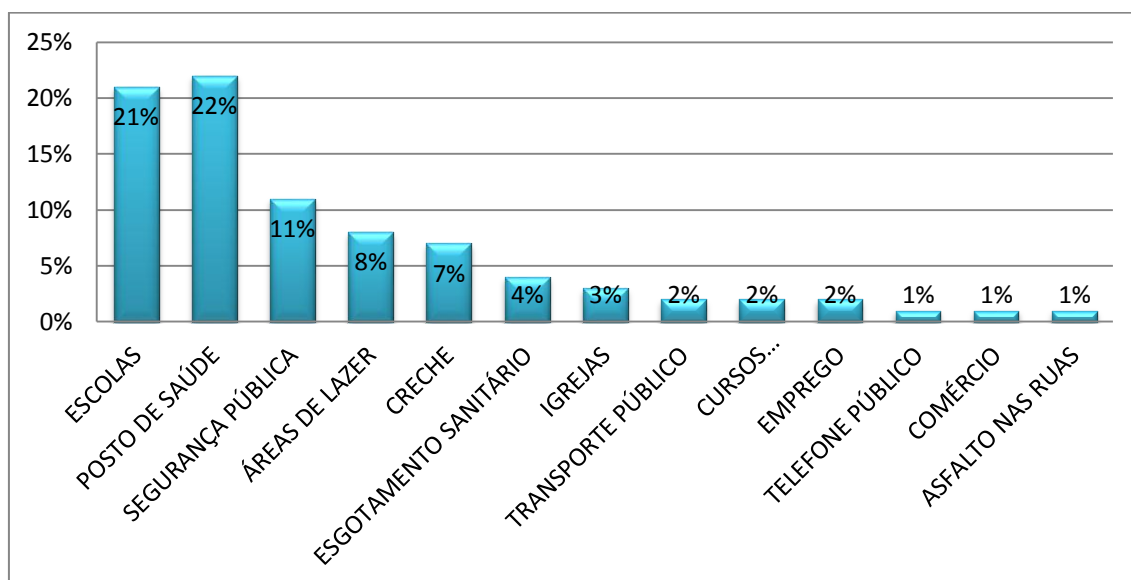
Eu vou pra lá, eu dou o endereço da minha amiga, aí eu me consulto lá. A casa da minha amiga é vizinho assim do posto, tá aqui a casa dela, ali pronto, já é o posto. Eu vou lá pro posto do Cies, porque aqui a pessoa morre. O posto daqui num presta não. Foi roubado as coisas do posto. Tem que marcar quinze dias antes. (Juliana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Eu só me consulto lá onde eu morava, eu pego o ônibus, já fui duas vezes essa semana e semana retrasada no posto pra não conseguir consulta lá, mas quando eu quero eu vou pro posto, mas eu não gosto de ir pra hospital não. (Paula, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Durante a pesquisa, com base nos dados colhidos junto aos moradores, foi feito um levantamento das principais necessidades apontadas pelos moradores do Conjunto Maria Tomásia (Gráfico 11).

A mensuração é importante, pois, ainda que se tenha uma noção geral das necessidades da população empobrecida, é necessária a comprovação das mesmas para que os projetos e obras realizados pelo poder público condizam com as necessidades exclamadas pela população. Os casos nos quais o dinheiro público é destinado às obras e projetos são importantes, mas não prioritários para a população. E como são planejados e executados sem a opinião e o interesse da população, sem participação popular, ressalta a importância quando se trata dos investimentos públicos.

Gráfico 11 - Principais necessidades apontadas pelos moradores no conjunto Maria Tomásia (FORTALEZA, 2012).



Fonte: Pesquisa direta (2012). Elaboração: Sharon Dias.

As três principais necessidades da população são, respectivamente: a construção e ampliação de postos de saúde (22%), de escolas (21%) e maior segurança pública para os moradores da região (11%). Essas demandas, como

elencado, fazem parte das necessidades cotidianas dos moradores, e por elas, são criadas estratégias de acesso por parte dos moradores.

A precária situação do serviço de saúde faz com que esses serviços sejam os mais aclamados pela população, seguidos pelos serviços de educação.

Em quarto lugar na lista de demandas, foi apontada a necessidade de áreas de lazer no conjunto Maria Tomásia, mencionada por 8% da população. Atualmente, o conjunto conta com uma quadra esportiva e um pequeno parque para crianças, os espaços de lazer, reconhecidamente importantes pelos moradores, ao serem implantados tiveram uso imediato por crianças e adolescentes, contudo não satisfazem a demanda por parte da população por outras áreas de lazer, em virtude da dimensão do conjunto habitacional, que comporta 1.126 famílias, com expressiva população infantil e juvenil.

Em quinto lugar aparece a demanda por creches (7%), pois existem muitas crianças no conjunto Maria Tomásia, sendo uma demanda das famílias para que as mães possam se inserir no mercado de trabalho e em outras atividades:

O primeiro mais grave problema aqui é sobre a saúde, outra coisa é a creche pras crianças, outra coisa é escola, essas três principal, seria o bastante se tivesse aqui. Não tem uma igreja católica aqui, agora tá se enchendo de igreja Batista, não sei o quê, tem bem umas vinte por aqui, e num tem uma católica. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Em sexto lugar, tem-se o esgotamento sanitário (4%), ainda em execução no conjunto habitacional. A Imagem 23 retrata o precário sistema de drenagem do conjunto habitacional. Em período de chuva, é comum ruas com acúmulo de água e problemas de esgotamento sanitário. Drenagem e esgoto acabam por escoar nas ruas do conjunto, trazendo grandes transtornos à comunidade, afetando a vida, principalmente, de crianças e idosos.

Imagem 23 - Conjunto Habitacional Maria Tomásia, Jangurussu, Fortaleza 2012.



Fonte: Dias (2012).

A insalubridade do espaço provoca frequentes doenças que atrapalham o trabalho e reduzem o estreito orçamento da família, bem como a distancia, para citar os problemas mais recorrentemente citados por elas. Para minimizar os problemas, a PMF atua no conjunto Maria Tomásia com o envio de carros de limpeza de fossas e boeios. Apesar das problemáticas, os moradores do conjunto Maria Tomásia contam com atividades lúdicas, palestras, cursos, oferecidos pela PMF através da Habitafor em parceria com outras secretarias do município, igrejas, e grupos diversos.

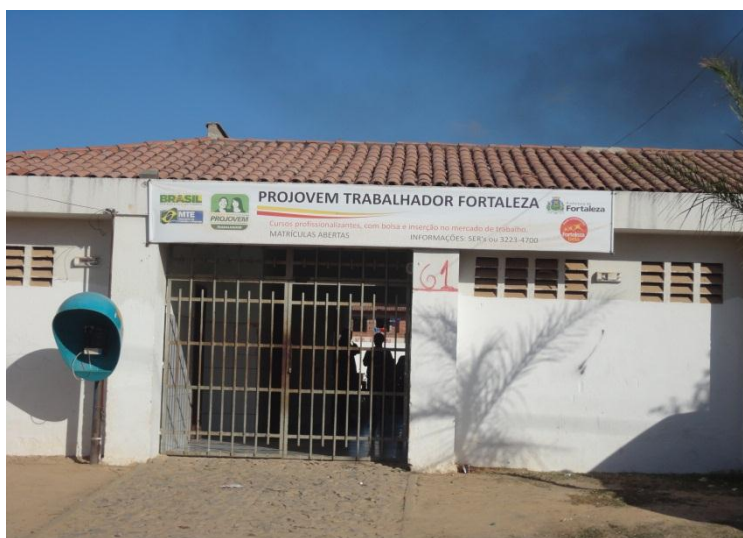
Atualmente, existem vários programas e projetos públicos acontecendo no conjunto Maria Tomásia, são cursos e projetos sociais voltados para crianças e adolescentes e, ainda, capacitação da população em idade economicamente ativa, a exemplo do projeto Crescer com Arte, uma ação da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) do município que se volta para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, os quais participam de oficinas nas áreas de música, dança, capoeira, dentre outras.

O projeto busca também integrar as famílias no processo de aprendizagem e conhecimento dos seus direitos, realizando uma parceria com outro projeto da SDH, o projeto Raízes da Cidadania, composto por uma equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, assessor comunitário). A equipe do projeto Raízes promove capacitações, palestras e oficinas na comunidade, vistos de forma positiva pelos moradores:

Agora tá vindo aí um curso, curso de bateria, capoeira, bateria, tá abrindo agora o curso. Já começou, a mulher mandou dizer que fosse matricular elas. Aí, agora vão fazer isso, sabe. Pra tirar essas crianças que passam o dia correndo, é descendo ladeira. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Os programas se utilizam do espaço multiuso no conjunto Maria Tomásia. Construído inicialmente para servir de creche, o espaço foi destinado a abrigar projetos sociais, servir para reuniões comunitárias e outras necessidades que surgem no dia a dia da população. Apesar dessas atividades, são comuns reclamações quanto à falta de diversidade de atividades no espaço e mesmo de implementação de projeto tal como o de uma creche: *“Chamam de creche, mas lá não é creche, é um ponto de apoio e quando quer ser, é muitas coisas, às vezes tem vacina, de vez em quando tem algum médico, tudo ali, sabe”.* (Entrevista com moradora, 2012).

Imagem 24 - Centro multiuso do conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2013).



Fonte: Dias (2013)

Outras iniciativas executam atividades no conjunto Maria Tomásia, a exemplo das ações ocorridas em 2011, como as atividades em alusão à data comemorativa da “Semana Santa”, na qual a Fundação Espírita Maria de Nazaré, em parceria com a Associação Brasileira de Odontologia – Seção Ceará (ABO-CE) e a empresa Colgate, realizou palestras com temas voltados à espiritualidade e à higiene bucal com crianças e suas famílias (Imagem 25):

Imagem 25 - Palestra com crianças no centro multiuso do conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2012).



Fonte: ABO (2012)

Na Imagem 26, observa-se um evento promovido pelo Centro de Missões do Ceará:

Imagem 26 - Evento promovido pelo Centro de Missões do Ceará no conjunto Maria Tomásia, Fortaleza (2012).



Fonte: Blog Centro de Missões do Ceará (2012).

Para o estudo do cotidiano dos moradores do conjunto Maria Tomásia e da sociedade atual, é necessário também considerar as dimensões que fazem parte da prática social no dia a dia da população, tais como as aludidas (trabalho, a família, acesso aos serviços) e o lazer. Partindo de algumas falas dos moradores sobre o lazer ou a sua negação, tendo em vista a

dominação do tempo pelo capital para servir ao consumo, além das reais possibilidades de realização do lazer pelos moradores do conjunto Maria Tomásia.

3.5 A dimensão do lazer: alienação e possibilidades

Uma vez por ano, aqui a diversão é isso aí, uma vez por ano. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Ao considerar o lazer dentro do plano cognitivo das dimensões que formam o cotidiano (o trabalho, a família, o lazer), parte das esferas do dia a dia da população na sociedade capitalista que tende à transformação das necessidades humanas em mercadorias, condicionando o acesso em função da renda, do poder de consumo, ficando a população empobrecida, muitas vezes, em situação de alienação. Nas palavras de Lacombe (2008, p. 160), ao estudar o cotidiano sob a reflexão Lefebvrina:

A questão é o problema da apropriação possível da vida cotidiana na situação de alienação tal qual ela é vivida numa sociedade capitalista. Assim, falar de conhecimento sobre o cotidiano significa explorá-lo por meio das dimensões em que ele é e se dá.

Uma das esferas que se coloca cada vez mais forte na sociedade capitalista contemporânea é o lazer, que além de encarar a desigualdade social como diferença de renda, também vê como negação de grande parte da população das cidades à vida cultural, ao lazer como opção, e não apenas como momento de descanso das atividades laborais ou como “fuga da mente”. De acordo com Lefebvre (1991b, p. 62):

No momento, o lazer é antes de tudo e para todos, ou quase todos, a ruptura (momentânea) com o cotidiano. E vive-se uma mutação difícil no transcorrer do qual os antigos “valores” foram inconsiderada e prematuramente obscurecidas. O lazer não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo.

A esfera do lazer, que se coloca cada vez mais forte no mundo moderno sob o capitalismo, condiciona parte da população a viver fragmentos

das possibilidades de lazer, ficando submetida aos “lazer passivos” ou lazeres da alienação, seriam a televisão, o rádio, por exemplo. Tal situação se expressa na fala de alguns moradores do conjunto Maria Tomásia:

Aqui você anoitece e amanhece aqui dentro. Aqui a gente só vê a televisão. (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Aqui a diversão num tem não, a diversão que tem aqui é eles chegarem e irem pra algum lugar. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

O único lazer que tem aqui é aquele parque, até uma hora dessas, um bocado de criança que vai pra ali. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Sobre a alienação ao lazer e à dominação deste pelo capital para ser transformado em objeto de consumo, Lacombe (2008, p. 161) pauta que:

Assim, os ritmos de trabalho impostos em grande parte pelas exigências da tecnicidade que permeia a vida cotidiana no trabalho, exigiriam formas de lazer alienantes que prescindem das atividades de fruição [...]. De outro lado, é justamente esta exigência do lazer alienado, o “deixar o cérebro de molho” como se diz popularmente, que abre o caminho para a exploração capitalista do lazer na forma da mercadoria de entretenimento.

Dentre os entrevistados e os moradores, a questão do lazer aparece como a ausência de possibilidades de lazer; outras relacionam à esfera do consumo, do turismo na metrópole, mencionando desconhecer o espaço de Fortaleza que os turistas frequentam. Fortaleza é representada pelo Estado e pela mídia como um dos principais destinos turísticos do Brasil, apesar de muitos moradores da cidade sequer conhecer seu litoral.

Eu nasci aqui em Fortaleza, mas eu nunca fui pra essas coisas não, nem mesmo ir no cinema. Nós num ver, como o turista anda, a gente podia dizer se a gente andasse né? Se a gente visse, prestasse atenção. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Para acessar o lazer no litoral, muitas famílias participam de “piqueniques”, que são idas coletivas à praia, nas quais uma pessoa ou grupo se mobiliza, busca transportes e aluga (ônibus ou vans), divide os custos (em alguns casos, o organizador principal recebe uma comissão ou lucro) e, assim,

a família pode, algumas vezes no ano, visitar e se apropriar dos espaços litorâneos do estado do Ceará.

Sempre tem um rapaz aqui que organiza piquenique, tem uma pracinha aqui só que começou, mas não terminou, tem um monte de criança aqui e botaram uma casinha só até agora. Todo final de semana não, de três em três mês né? É assim, esse ano a gente já foi pra piquenique bem umas quatro vezes, já fui pra Barra Nova, Águas Belas, Paracuru e fui pra Águas Belas de novo, tá com um mês que eu fui, aí esse domingo já vou pro Canindé né? Passear. (Cláudia, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Tal prática revela possibilidades de interação entre moradores, de organização, de conversas e sociabilidades. Sobre as relações de vizinhança, os moradores afirmam ser positiva, apesar das situações de violências. As relações de vizinhança exercem papel importante no cotidiano da comunidade, apesar de permeadas de conflitos:

Aqui a convivência aqui é boa, num tem o que dizer não. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

É muito difícil aqui as pessoas se unirem, é uma confusão medonha. A gente faz, aí o pessoal fica tudo brigando. Nada de participar, fiz foi tudo, nem. A gente quer saber se precisa do dinheiro de um pra ajudar né, aí num querem dar, a gente dar sozinha, nam. (Juliana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Ah é ótima, é excelente, tudo são ótimo (Cláudia, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Num tem problema não, me acostumei com os vizinhos, porque a maioria eu conheço quase todo mundo né era de lá, num tem muito só que eu não conhecia ela, ela era de lá só que ela era de outro canto, aí eu não conhecia (Paula, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Ainda sobre as formas e possibilidades de lazer, muitos moradores apontam a relação entre lazer e espaços públicos, sobretudo pelos reclamos por mais praças, áreas de convivência, áreas de recreação para crianças e adolescentes, festas:

Eu tenho meu cumpadi que mora lá na Cidade dos Funcionários, quando ele faz uma festa assim pras praia pras coisas que tem. Ele vem pegar a gente, faz o convite pra gente ir, sabe? A gente pega as criança, e vai, leva. (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Quando a gente morava lá na Vila tinha mais oportunidades pra eles, teve oportunidade faz uns três anos, tinha uma senhora que morava lá que tava dando brinquedo lá da Aldeota, ela tava dando brinquedo, aí ela mandou chamar a minha menina, a grande, “vá, menina, vá!”, perguntou se ela tinha mais irmã se ela queria fazer uma pesquisa pa vê se ela passava, aí ela foi e se inscreveu, aí ela passou, o nome dela foi sorteado, dela, do Lucas e da pequena, para ir no Habbis, aí foram comer, negocio de festa do dia das crianças, quando tem uma coisa ou outra manda buscar as minhas meninas pra ir, o passeio delas é esse. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Aqui a diversão num tem não, a diversão que tem aqui é eles chegarem e irem pra algum lugar. A praça aí tá bom pra lazer se tivesse uma segurança, pra chegar e a gente ficar tranquilo, se tivesse uma casinha, balançador, escorregador, aquelas rodinhas pras crianças brincar. Pros meninos aqui, uma quadra de futebol. (Mazé, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Num tem um clube, num tem uma festa, num tem nada, quando tem destrói, o pessoal. Pra lazer, eu queria que aqui tivesse um clube de forró né, seria bom. Uma praça de verdade né, porque aquela praça ali só Jesus e outras coisas. (Juliana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Os espaços concebidos para a população empobrecida, diferente dos espaços da classe rica, deixam à margem as necessidades e possibilidades de lazer. Cria-se uma imobilidade que tende a aprisionar a vida cotidiana. É preciso tempo para constituir ou reconstituir novas relações, outros espaços de sociabilidades, estratégias, formas de lazer, espaços de festa como encontro social.

De um lado, o tempo acelerado da metrópole, o grande movimento de carros, de pessoas circulando, o intenso comércio, contrapondo-se ao outro, em espaços como o conjunto Maria Tomásia, a constante presença de pessoas na rua, na calçada, poucas atividades de comércio com predomínio de pequenos comércios, muitas crianças brincando ou em busca de atividades na rua, a televisão como forma de lazer. Espacialidades antagônicas da metrópole, que fazem parte de suas contradições.

3.6 Remoção/deslocamento compulsório: para quê, para quem?

As grandes cidades apresentam enormes problemas socioespaciais vinculados à forma como se deu a urbanização brasileira, com expansão capitalista. As disparidades sociais aumentaram com a abertura de mercados e

a realização da própria cidade como mercadoria, em especial, as metrópoles. A morfologia urbana exprime as desigualdades sociais, mas também as resistências, as apropriações, sendo os espaços urbanos formados por uma população heterogênea, onde as diferenças podem ser vistas nas formas de moradia, seja na existência de condomínios de luxo, conjuntos habitacionais, favelas, dentre outros.

As favelas são uma realidade nas cidades brasileiras, indo para além de espaços de ausências e precariedade infraestruturais, nelas e por elas, comunidades criam e recriam relações sociais e formas de existência na cidade. No entanto, muitas intervenções do Estado relacionadas às favelas pautavam-se na remoção dos pobres para terrenos periféricos em virtude de obras contraditórias nas cidades. Processo alvo de movimentações sociais e disputas, que levou a mudanças nos marcos teóricos e aprofundou as resistências urbanas, mas que se tem colocado novamente na agenda de ação do Estado e da iniciativa privada como solução para realização de empreendimentos urbanos.

Este texto surge da necessidade de enfatizar a questão das remoções nas cidades brasileiras, sobretudo devido aos grandes projetos que pautam a remoção como saída para implantação de equipamentos urbanos e infraestruturas. São projetos de construção de estádios, ampliação de vias, áreas de lazer voltadas para o turismo, onde o deslocamento de quem “fica no meio” é parte integrante desses projetos. O pensamento crítico em torno destas ações questiona a necessidade de tais intervenções e das remoções e sua finalidade. Afinal, as remoções servem para quê? Para quem?

Atualmente, têm ocorrido, por parte dos movimentos sociais, universidades, organizações não-governamentais, dentre outros, um amplo debate sobre os impactos das reestruturações urbanas que vêm ocorrendo nas cidades brasileiras e sua seletividade espacial que visa à remoção. As ações do Estado que envolvem deslocamentos compulsórios de comunidades pobres fazem confirmar projetos e planos urbanos seletivos para os espaços urbanos.

As cidades são espaços privilegiados para expansão do capital, mas também lugar de disputa social pelo seu uso, especialmente pelo direito à moradia, fato que acalora as discussões e ações tanto no campo, como nas cidades, contra as remoções e deslocamentos compulsórios de comunidades,

seja em virtude de projetos de urbanização de favelas, construção de *shoppings*, obras viárias, estádios, dentre outros.

Muitos discursos ideológicos envolvem o tema da remoção. Há o discurso de proteção ambiental que envolve ações de remoção de comunidades de “áreas de risco”, o da mobilidade com a construção de metrô, vias expressas, veículos leves sob trilhos (VLT's) e também o da modernização das cidades, do embelezamento, da geração de emprego e renda. Enfim, uma gama de estratégias que tenta justificar os processos de remoção e enconder as intenções de dominação do espaço, dando como alternativa às famílias, quando há, pequenas indenizações ou a remoção para conjuntos habitacionais (de casas ou apartamentos) nas periferias das cidades.

Periferias constantemente produzidas em terrenos baratos que possibilitam uma menor oneração no orçamento do Estado para beneficiar a população mais pobre. Em oposição, há existência de vultosos investimentos nacionais e internacionais que se voltam para a mercantilização das cidades. Com a expulsão dos mais pobres, negando-se o direito à moradia, historicamente constituído, há centenas ou milhares de famílias em todo o país, e Fortaleza não está fora dessa realidade.

Hoje, a RMF é a expressão da estreita articulação da sociedade cearense e brasileira ao espaço mundial, momento complexo, no qual a metrópole se irradia cada vez mais pelos espaços imprimindo uma ordem que visa interesses distantes. Na atual gestão do Governo do Estado, tendo como representante o governador Cid Gomes, a metrópole continua alvo de grandes investimentos ligados à valorização espacial. Mediante os atuais investimentos e projetos de reestruturação urbana voltados para a promoção da cidade para o turismo, empresas, mercado imobiliário e grandes eventos esportivos, muitas comunidades de Fortaleza estão ameaçadas de serem removidas para longe de onde construíram suas vizinhanças, sua cotidianidade, seu espaço vivido.

O que se coloca como ponto necessário a uma reflexão crítica é a ideologia que envolve os discursos sobre a cidade que mascara a negação de direitos da população mais pobre. Em 2009, o Brasil já tinha um déficit habitacional estimado em 5,8 milhões de moradias, e parte das políticas públicas que deveria se voltar para amenização das problemáticas existentes (e que aumentam!) esbarra na criação de novas deficiências habitacionais. Os

processos de remoção e deslocamento compulsório nas cidades incrementam a necessidade de construção de novas moradias, que deveria servir prioritariamente para diminuição do déficit habitacional existente, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem servido como discurso e estratégia para equacionar os problemas causados pelas remoções e como forma de conseguí-las, virando promessa para que famílias aceitem ser removidas.

Em Fortaleza, mesmo ocorrendo antes do anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo e Olimpíadas, o conjunto habitacional Maria Tomásia, entregue em 2009, chamou a atenção dos movimentos sociais, estudiosos e da população, pela sua dimensão e por toda a conflitualidade e contradição que envolveu a remoção das comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba. Primeiramente, questiona-se a escolha de um terreno periférico, em bairro cujos indicadores sociais são preocupantes, mesmo existindo terrenos mais próximos às comunidades. Discute-se a existência de instrumentos legítimos de desapropriação, além da implementação de outros padrões construtivos que não o de casas, que demandam áreas menores para construção, como os blocos de apartamentos, e possibilitam a inserção de moradias em espaços centrais da cidade.

A construção do conjunto Maria Tomásia passou a servir de exemplo sobre os impactos negativos promovidos pela remoção de comunidades para áreas periféricas e chamando atenção para o que poderia vir à tona em Fortaleza sob o discurso de desenvolvimento urbano. Os projetos que envolvem a remoção de comunidades para conjuntos habitacionais periféricos e pequenas indenizações tendem a ampliar e reproduzir o leque de desigualdades na cidade.

Fortaleza possui exemplos de boas intervenções na questão habitacional. A comunidade Maravilha, no bairro São João do Tauape, recebeu intervenção habitacional por parte da PMF sem remoção, passou por remanejamento, ou seja, as moradias são construídas na mesma área ocupada ou muito próxima a ela e, na medida em que se construíam moradias, se remanejavam as famílias e abriam-se novas frentes de serviços. Até completar o projeto, as famílias continuaram na área ocupada, residindo em melhores moradias.

As alternativas vistas na cidade, os avanços na legislação, a luta dos movimentos sociais pelo direito à moradia contrastam com as atuais ações do Estado e a principal alternativa de remoção das famílias. Os questionamentos de “para quê” e “a quem servem as remoções” não são originários dessa pesquisa. Em Fortaleza, há grande movimentação popular contra a remoção. Inclusive, a principal bandeira de luta do Comitê Popular da Copa e de outras organizações é pelo direito à cidade, pela moradia adequada e a permanência nos lugares onde foram construídas muitas histórias de vida, de sobrevivência e superação, pela preservação dos laços de vizinhança, das possibilidades de lazer, o direito à rua, ao bairro, ao meio ambiente natural.

Os movimentos sociais vêm realizando grandes atos contra a remoção, na afirmação de direitos e denúncias das ações arbitrárias do poder público. Em Fortaleza, a luta contra a remoção se expressa em diversos momentos e diversas formas, tais como passeatas, seminários, eventos de mobilização, produção de documentários, dossiês, dentre outros. Nas imagens, vemos algumas ações em Fortaleza contra a remoção de famílias.

Imagem 27 - Manifestação popular contra remoção em Fortaleza (2012).



Fonte: Movimento de Luta e Defesa da Moradia, 2012.

Imagem 28 - Manifestação popular pelo direito à moradia em Fortaleza (2012).



Fonte: Movimento de Luta e Defesa da Moradia, 2012.

Essas movimentações sociais dizem não à remoção nos termos que ela tem sido colocada pelo poder público, pois, muitas comunidades necessitam de melhores moradias, infraestruturas, sem que, para consegui-las sejam alijados no território da vida cotidiana.

O bairro Jangurussu, hoje, tem sido apontado pelo poder público municipal e estadual como uma área de grande potencial para receber a construção de novos conjuntos habitacionais. Além dos terrenos mais baratos em relação a bairros mais centrais, existe disponibilidade de áreas vazias. Tal indicação é preocupante e remete ao fato de que a provisão de habitação por parte do Estado, apesar dos avanços e pressões populares, tem sido feita sem que outros aspectos importantes da vida na cidade sejam agrupados, tais como serviços de saúde, educação, transporte, lazer, trabalho, esgotamento sanitário. Além do fato de que os deslocamentos compulsórios de população tendem a engessar as possibilidades de escolha individual e comunitária, tendo o morador que se adequar à realidade imposta e que, muitas vezes, modifica o padrão construtivo da moradia, mas mantém o quadro de injustiça social.

Fortes interesses especulativos ocultam-se na higienização e embelezamento do espaço, onde se tenta retirar mais uma vez os trabalhadores pobres, antes deixados para trás pelo urbanismo do espaço concebido, mas como ocupam áreas que agora despertam interesse do Estado e de capitalistas, grandes construtoras, especuladores, dentre outros, são

forçadamente expulsos do lugar sem terem seus direitos considerados, tampouco a riqueza das relações estabelecidas no interior das comunidades, os laços de vizinhança, de solidariedade, o sentimento de pertencer ao lugar e as iniciativas tomadas para a melhoria de suas vidas em suas moradias e no entorno.

3.7 Utopia e direito à cidade

Pensar na perspectiva do direito à cidade é fazer uma reflexão em si utópica, que a busca de novos horizontes. Para muitos, a palavra “utopia” seja negativada, como reflete Souza (2006), sendo vista como fantasia, devaneio. No entanto, na dimensão do direito à cidade, o pensamento utópico reafirma o sentido provocador da palavra, podendo ver na utopia algo que não houve “nunca, até agora”. De acordo com Lefebvre (2008), o ato de pensar é por si mesmo utópico, as modificações profundas sempre devem ser almejadas, é necessário ser utópico e buscar transformação da ordem socioespacial, denunciar suas opressões e segregações, almejando o direito à cidade.

A noção de direito à cidade como conceito surge pioneiramente em Henri Lefebvre, na obra “*Le droit à la ville*”, em 1968. O estudioso realiza uma discussão acerca dos fundamentos das cidades modernas, fazendo uma crítica ao urbanismo moderno, que atribui aos espaços formas e funções racionalizadas, em detrimento da apropriação social cotidiana, visualizando, no entanto, a consolidação de uma sociedade urbana, de apropriação e predomínio do valor de uso em detrimento do valor de troca.

O conceito do *direito à cidade* proporciona o entendimento da cidade como espaço de disputas e de reprodução da vida, trata-se de um “conceito fundamental para pensar o urbano e a cidade” (RODRIGUES, 2007, s/p). Nesse sentido, o termo urbano transcenderia a cidade, pois se trata também da contemplação da “reprodução da sociedade e de sua orientação” (CARLOS, 2008).

Assim, alguns aspectos podem ser elencados como importantes componentes do direito à cidade, são o direito à centralidade, à mobilidade (o ir e vir da cada dia), aos espaços públicos e aos equipamentos sociais, tais como áreas de lazer, escolas, acesso à saúde. O *direito à cidade* não se limita

apenas ao presente, ele deve ser entendido também como possibilidade de realização contínua do bem estar e da apropriação humana em detrimento da propriedade, seria o direito à vida urbana, que vai além da esfera do consumo, envolve a arte, a cultura, a liberdade humana, articulando múltiplas escalas.

Ao tratar do direito à cidade, temos de retomar a discussão acerca do *habitar* como prática social que extrapola a dimensão física das moradias, encarando-o num sentido ampliado que contém as diversas escalas de ação, envolvendo a rua, o bairro, a cidade, a sua dimensão de uso em contraposição às ações contraditórias do Estado e do capital.

Dentro do habitar, as formas de moradia podem ser entendidas como uma das principais formas de produção espacial e materialização de diferenças estruturais que compõem a sociedade, portanto, alvo de grandes embates entre agentes produtores do espaço. O ato de habitar transcende o objeto-casa, se concretiza incluindo em seu contexto o espaço como produto social e as formas de sua apropriação, segundo Carlos (2003, s/p), ao afirmar que:

O habitar - que guarda a dimensão do uso - envolve um lugar determinado no espaço, portanto uma localização e uma distância que se relaciona com outros lugares da cidade e que, por isso, ganha qualidades específicas. Nessa direção, o espaço do habitar tem o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória, porque cria identidades, através dos reconhecimentos, pois aí coabitam objetos e o corpo.

O processo de acumulação capitalista, principalmente nas cidades e grandes centros urbanos, leva à diferenciação das formas de dominação e apropriação do espaço. O Estado serve-se de mecanismo de ação e coerção para realizar a dominação, enquanto a população, ou a massa de trabalhadores empregados e desempregados, atua no espaço pela apropriação cotidiana do espaço vivido. Tal contradição entre dominação e apropriação tem consequências diretas nas maneiras e possibilidades de *habitar*. Quanto ao Estado, Santos (2000, p. 77), ao analisar o processo de globalização e suas contradições, chama atenção para o fato de:

[...] [a]o contrário do que se repete impunemente, o Estado continua forte e a prova disso é que nem as empresas transnacionais,

nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impôr, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política e econômica.

No Brasil, a noção do direito à cidade passou a ser difundida, principalmente, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e com a aprovação e vigência do Estatuto das Cidades, consolidado após anos de luta dos movimentos sociais, em especial aqueles ligados à luta pela moradia. A dimensão do direito à cidade envolve a busca pela efetivação de muitos direitos previstos em lei e a afirmação de aprovação de outros, tais como o cumprimento da função social da terra, o combate à especulação imobiliária, a garantia de moradia digna para os trabalhadores pobres, dentre outros.

Ainda assim, esses direitos não significam a plenitude do direito à cidade. A luta por moradias em áreas centrais, por exemplo, é de grande importância, mas o direito à cidade elencado por Lefebvre (2001) se coloca para além das conquistas pontuais, englobaria as reformas, mas não se finda no reformismo, vislumbrando a cidade e o urbano em suas possibilidades de uso, de apropriação. Nas palavras do autor, “O *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada.” (LEFEBVRE, 2001, p. 116). Ainda assim, é preciso ver cada conquista social como muito importante na construção do direito à cidade, pois, como coloca Rodrigues, ao discutir a cidade como direito:

É próprio da utopia nunca se concretizar. Porém, cada conquista, por menor que seja, abre novos campos, novas escalas de articulação de uma sociedade sempre em movimento (RODRIGUES, 2007, s/p).

O direito à cidade, tratado na perspectiva utópica, de vir-a-ser e como direito à vida urbana, englobaria a busca pela superação das ideologias dominantes e ordenações fragmentadoras do espaço atreladas ao consumo e que condicionam a reprodução da vida, sobretudo da classe empobrecida. Como afirma Lefebvre (2001, p. 11), “Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual”. A cidade e o espaço urbano são, também, construções da cultura humana que atravessam o tempo histórico formando espaços com diversas temporalidades.

As áreas metropolitanas, como a de Fortaleza, contêm uma complexidade de sua produção espacial que envolve todos que produzem a cidade, desde os agentes estatais, os industriais, profissionais liberais, trabalhadores do mercado formal e informal. Quando indagados sobre a vida na cidade, os moradores revelam a busca e a esperança por melhores cenários, expressos nas suas falas:

A gente espera chegar e crescer mais. Crescer mais o ambiente das crianças. (Ana, moradora do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Eu quero para os meus filhos, que eles tivessem uma oportunidade pra eles. (Aquino, morador do Conjunto Maria Tomásia, 2012).

Pensar a cidade e o direito a ela é mais do que retirar e colocar peças num jogo de tabuleiro, é afirmar que as populações necessitam mais do que um teto para viver com dignidade e para, de fato, estarem inclusas na cidade. Para Souza (2006, p. 519):

Eis o que parece ser um reconhecimento do imperativo de conúbio entre o pensamento utópico e o pragmatismo. É o sonho que impulsiona. Parar de sonhar significa render-se à mediocridade do presente – seja com resignação melancólica, seja como oportunismo cínico.

Fortaleza, portanto, apresenta uma complexidade espacial produto da relação espaço-tempo de diferentes atores articulados para dominar e apropriar da cidade em seu benefício. Além de ser um lugar de oferta, um produto, a cidade é também lugar de vida cotidiana, da humanidade, podendo ser encarada em prol da ressignificação do ser e do viver a cidade em sua concretude, envolvendo os sujeitos produtores do espaço e a construção de suas geografias, de espacialidades que são relações sociais que se materializam em forma de apropriação e produção do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na ciência geográfica, tem havido um esforço no sentido de compreender o processo de produção espacial e de sua reprodução, considerando a dimensão cotidiana da população, que detém singularidades, mas que fazem também parte do contexto social ampliado sob o capitalismo que se expande sob os lugares, envolvendo questões econômicas, políticas, sociais que envolvem também o espaço vivido pela população.

Tal leitura da produção espacial tem sido importante para o entendimento da relação entre urbanização e industrialização, da ação do Estado, da vida da população trabalhadora, apontando na direção de uma crítica ao atual modelo de produção, mas também na proposição qualitativa e no reconhecimento de novas formas de sociabilidade, de produção e apropriação do espaço.

Nossa intenção nesta pesquisa foi a de demonstrar, através do estudo da Metrópole e da atuação do Estado na questão habitacional, as contradições que permeiam a produção do espaço, elencando aspectos do cotidiano da população empobrecida como parte desse processo de produção espacial. Para tanto, elegemos a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurru, como objeto de estudo, e chegamos ao final da dissertação com alguns apontamentos sobre a realidade a qual nos debruçamos.

O primeiro apontamento diz respeito à Fortaleza, ao seu processo de urbanização e à sua atual configuração metropolitana que reúne características econômicas, sociais e políticas que a diversificam e complexificam no cenário estadual e nacional, mas com intensa desigualdade social, demonstrada no estudo através do seu processo de produção do espaço, da existência de uma grande periferia urbana empobrecida, favelas, conjuntos habitacionais em terrenos longínquos e das formas diferenciadas de acessar as infraestruturas urbanas e diversos serviços e direitos, tais como educação, saúde, cultura e lazer.

Outro ponto de discussão são os grandes investimentos realizados em áreas seletas no espaço da metrópole pelo Estado e iniciativa privada, conferindo novas formas e usos aos lugares, que vão desde a seletividade e

valorização de áreas voltadas para o turismo, bem como a escolha de áreas periféricas para atender à demanda por habitações dos mais pobres.

Fortaleza é alvo de uma heterogeneidade de intervenções habitacionais estatais relacionadas às favelas, desde casos de urbanização com o mínimo de remoção de famílias, priorizando seu reassentamento próximo à moradia antiga; aos casos de intervenções contraditórias, como no exemplo da construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia da cidade com dificuldades de acesso a postos de trabalho, escolas, dentre outros serviços urbanos e sociais, casos típicos de desigualdades espaciais e de negação do efetivo do direito da população ao habitar, do qual trata Lefebvre (2001).

Apesar de serem consideradas como espaços de ausências e violência, as favelas também comportam a luta dos moradores pela afirmação e concretização de seus direitos, especialmente à luta por moradia digna no lugar onde vivem, que vai além do objeto-casa. A negação de direitos às famílias residentes em favelas é histórica e tem sido enfatizada, dentre outros motivos, devido ao processo de remoção de comunidades que se instalou na cidade para realização de obras contraditórias de infraestrutura e construção de equipamentos voltados para o turismo e negócios privados.

Tal fato tem demonstrado que é preciso considerar esses territórios para além dos fatores negativos, mas também como local onde vivem pessoas que tem também direito à cidade. Este último não se faz apenas na ocupação de novos imóveis em conjuntos habitacionais periféricos, mas na realização de um conjunto de direitos humanos, que vão desde os mais elementares, como educação, saúde, aos que têm sido alvo de dominação do capital, como o lazer, a festa, a mobilidade, ou seja, a vida urbana como um todo e as benesses da cidade que, sob o modo de produção capitalista, são transformadas em mercadorias e têm seu acesso condicionado à renda.

Sobre a vida cotidiana dos moradores do conjunto Maria Tomásia, atentamos para o fato de esta conter duas dimensões que se imbricam: aquela do rebaixamento dos custos de reprodução da vida, na qual se manifestam as opressões e desigualdades da sociedade capitalista, mas também o de existência das pessoas e possibilidades de apropriação e cooperação na comunidade.

O Conjunto Maria Tomásia, um espaço concebido para receber famílias em situação de vulnerabilidade, através da ocupação e apropriação dos moradores, revela os paradoxos na cidade e a dominação promovida pelo Estado por meio de políticas contraditórias, ainda assim, existem momentos que escapam à dominação do Estado e capital e sinalizam possibilidades de apropriação e emancipação ao observamos a movimentação social em função das contradições advindas com a concepção e remoção das famílias para o conjunto habitacional, evidenciando sua relação com a metrópole, as práticas espaciais, as tensões, os conflitos, as superações e possibilidades de melhoria das condições de vida na cidade.

Em termos empíricos, mesmo soando repetitivo, devemos destacar as necessidades apontadas pelos moradores do conjunto Maria Tomásia, algumas sendo efetivadas, outras ainda negligenciadas, as mais citadas foram: ausências de escolas, de posto de saúde, de cursos profissionalizantes, necessidade de creche para crianças de 0 a 6 anos, segurança pública, atendimento a dependentes químicos, oportunidades de lazer, efetivação do sistema de esgotamento no conjunto.

O trabalho de pesquisa amparado no método regressivo-progressivo, embasado na compreensão do processo de produção espacial a partir da articulação de três dimensões do espaço (percebido-concebido-vivido) proposta por Henry Lefebvre (1991), foi de grande importância na tentativa de trabalhar com o cotidiano da população e sua articulação com a urbanização capitalista, com a reprodução do capital, com a metrópole e com as realizações do Estado.

A perspectiva de se tentar realizar a pesquisa articulando essas três dimensões da produção espacial se colocou como um desafio, mas também como uma possibilidade de avanço no entendimento da complexa realidade social na contemporaneidade, que relaciona de forma contraditória diversos sujeitos na produção do espaço.

A política habitacional e a relação entre o espaço concebido e o espaço vivido da população são complexos, prova disso é a presença do tema em diversos estudos, o que se coloca também como desafio futuro compreender seus desdobramentos históricos, mas também sua forma atual, seus condicionantes econômicos, políticos, sociais, ideológicos e com eles os

mecanismos de dominação e controle que envolvem as ações do Estado, além da agenda de luta dos movimentos sociais para que as políticas públicas sejam para o melhor atendimento da população pobre, vislumbrando o direito à cidade em sua ampla dimensão.

Finalizamos este trabalho com o pensamento de que é preciso estar sempre atento às mudanças no espaço e buscar compreender tais mudanças de forma crítica e qualitativa, buscando, junto à prática cotidiana da população, formas de melhorar a vida nas cidades, através da luta pelos direitos dos cidadãos, da apropriação dos lugares e de resignificação dos espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Thêmis. Influência das políticas habitacionais na construção do espaço Urbano metropolitano de Fortaleza - História e perspectivas. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, **Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**: 2010.

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. (Orgs.) **Atlas de Fortaleza 2000**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. Espaço Metropolitano, mobilidade do capital e da população: uma revisão teórica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2 p. 21-40, jul/dez. 2005.

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. VII, n. 146(030), 1 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-117.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

BARBOSA, J. L. Política pública, gestão municipal e participação social na construção de uma agenda de direitos à cidade. In: XI Colóquio de Geocrítica, 2010, Buenos Aires. **Anais XI Colóquio de Geocrítica**. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2010. v. 1. Acessado em: 07.08.2012.

BARBOSA, Jorge. Luiz; Silva, Jaílson Souza. **O que é favela, afinal?**. 1. ed. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas / BNDES, 2009.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Movimentos urbanos, Estado e Política Social: dinâmica da reprodução e do conflito. In: BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. (Orgs). **A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: Conceitos, Tipologias, Contextos. In: CASTRO, Iná. Elias de; GOMES, Paulo César da

Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: UFC / Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Estação Liberdade, São Paulo. Estação Liberdade, 1998.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq. urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, nº. 01, p. 70-104, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2011.

BORJA, Jordi. **Estado y ciudad**. Barcelona: PPU, 1988.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos**. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Studio Nobel. 2001.

CARDOSO, Adauto Lucio (Org.) **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Porto Alegre: ANTAC, 2007. (Coleção Habitare).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **A cidade**. 8 ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008. (Repensando a Geografia).

_____. **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA Marcelo Lopes de, SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A questão da habitação na metrópole de São Paulo. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(046).

<[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(046\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(046).htm)> [ISSN: 1138-9788]. Acessado em: 17.07.2012.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CARVALHO Alba Maria Pinho de et al. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: Carleial, Adelita Neto (Org.). **Poder e políticas públicas na América Latina**. Fortaleza: UFC, 2010.

CATALÃO, Igor. **Brasília, metropolização e espaço vivido**: práticas espaciais e vida quotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Vidas Breves: uma investigação acerca dos assassinatos de jovens e adolescentes em Fortaleza. Universidade Federal do Ceará (UFC). Dissertação de Mestrado, 2011.

CECEÑA, Ana Esther. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. In: **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

CETREDE. Centro de Treinamento e Desenvolvimento. **Delineamento da Política Habitacional de Interesse Social do Município de Fortaleza**. Fortaleza, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Maria Clelia Lustosa da. **Fortaleza: expansão urbana e Organização do espaço**. In **Ceará: um novo olhar geográfico** / Organizadores, José Borzacchiello da Silva, Tércia Correia Cavalcante, Eustógio Wanderley Correia Dantas, Maria Salete Sousa. [et al] – 2. ed. Atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

DAMIANI, Amélia Luisa. A cidade desordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. Campinas: Papius, 2001.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ENGELS, Frederich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1975. (Coleção SÍNTESE).

FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de. Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista. **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XIV, nº 331 (87), 1 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm>>. Acesso em 18 mar. 2012.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Eu, caçador de mim**. In: GARCIA, R. L. (Org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, Ignês Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da Violência: um olhar geográfico sobre a violência. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 18, pp. 155 - 168, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 21ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 1950**.

_____. **Censo 1991**.

_____. **Censo 2010**.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostras de Domicílios (PNAD)**. 2009.

- HELLER, Agnes. **O cotidiano na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HOLSTON, J. Espaços de cidadania insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural**, nº 24, IPHAN, Ministério da Cultura, 1996.
- LACOMBE, Marcelo S. Masset. Os Fundamentos Marxistas de uma Sociologia do Cotidiano. **Outubro (São Paulo)**, v. 1, p. 143-170, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1999.
- _____. **O direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.
- _____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- _____. **The productions of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991b.
- LIMONARD, Ester. **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. In: LIMONARD, Ester (Org.). Niterói: UFF/GECEL, 2003. 1. CD-ROM Trabalhos apresentados na Sessão Livre: Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante. Encontro Nacional da ANPUR, X, 2003, Belo Horizonte.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2011-
- MARICATO, Ermínia (Org.). – **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. **(Os economistas)**.
- MORAES, Antonio Carlos Robert & COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. Notas metodológicas sobre metropolização e a metrópole paulistana. In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ana Fani Alessandri Carlos, (organizadores). **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006.
- Plano de Trabalho Técnico e Social**: comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba. Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), Fortaleza, 2006.

PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008.

Actas de IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/275.htm>>. Acesso em: 03.08.2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A cidade como direito. **Scripta Nova.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245 (33), 1 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24533.htm>>. Acesso em: 14.09.2012.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ABEP, VIII, 1992. **Anais do VIII Encontro de Estudos Populacionais.** Brasília, 1992.

SANTOS, Carlos Néelson Ferreira dos. Cinco abordagens sobre a habitação dos mais pobres na América Latina. **Revista Projeto**, São Paulo, nº 117, p 138-142, 1988.

SANTOS, Claudio Hamilton M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para discussão nº 654, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos Sociais e geografia:** sobre a(s) espacialidade (s) da ação social / 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ (IPLANCE). **Revisão da política habitacional para as populações de baixa renda.** Fortaleza, 1978.

SILVA, José Borzzachiello da. Formação sócio-territorial urbana. In: **Os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

_____. Características gerais da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia: **De cidade a metrópole:** (trans)formações urbanas em Fortaleza. Eustógio Wanderley Correia Dantas, Maria Clélia Lustosa Costa (organizadores). Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. A região metropolitana de Fortaleza. In: In: SILVA, José Borzacchiello et al. (Organizadores). **Ceará: um novo olhar geográfico.** 2ª ed. atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, Rebeca Isabelle Herculano. SILVA, Maria Goretti Herculano. **Projeto "Jangurussu, reciclando a vida":** Uma análise sócio-ambiental na visão do catador. In. II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica. João Pessoa - PB. 2007.

SMITH, Roberto. **A dinâmica da região metropolitana de Fortaleza e os vetores de expansão territorial.** Fortaleza, 2001.

SOUZA, Ângela Gordilho. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras –(Re) Qualificando a questão para Salvador- BA - pl. 72 - **cadernos metrópoles**, nº 5, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A prisão e a agora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

THEBORN G. Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia? In: BORON, Atilio A. et al. (Orgs.). **As teorias do Estado e seus desafios no fim do século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ANEXOS

Roteiro de entrevistas (moradores do conjunto habitacional Maria Tomásia)

Dados gerais

Nome: _____ Idade: _____ Gênero: _____
 Ocupação: _____ Grau de Instrução: _____
 Há quanto tempo vive no conjunto habitacional MT? _____
 Local de moradia anterior à ida para o conjunto MT? _____
 Naturalidade: _____

1. Quando e como veio morar em Fortaleza?
2. Onde se localizava sua primeira moradia em Fortaleza? Era casa, apartamento, outro tipo de unidade habitacional?
3. Em sua opinião, quais os pontos positivos e negativos em se viver em Fortaleza?

Sobre o morar

1. Como o senhor(a) veio morar no conjunto Maria Tomásia?
2. Como é a sua convivência com os outros moradores do conjunto?
3. Existem grupos ligados à igreja? O senhor (a) participa?
4. Tem lideranças comunitárias? Fale um pouco sobre elas? O senhor (a) participa de alguma associação?
5. Existe alguma áreas do conjunto “comandada” por líderes comunitários ou outras pessoas no conjunto? Como é?
6. Como é a questão da segurança no conjunto? Existe violência, criminalidade?
7. Tem serviços de Saúde nas proximidades? Como faz para ser atendido e o que você diria sobre a qualidade deste serviço (justifique)?
8. Tem serviços de Educação proximidades? Já utilizou ou utiliza este serviço? O Que você diria sobre a qualidade deste serviço (justifique)?

9. Tem locais de lazer? Festas? Praças? Em que condições se encontram essas áreas?
10. E o acesso ao transporte? Quais linhas de ônibus e tops servem o conjunto habitacional? Tem acesso a táxi ou mototáxi?
11. Qual a sua opinião sobre o conjunto Maria Tomásia?

Sobre o trabalho

1. Qual a sua ocupação/trabalho?
2. Em que bairro o senhor trabalha?
3. Como faz para ir e vir do trabalho?
4. Qual a sua opinião sobre as oportunidades de trabalho em Fortaleza?
5. Recebe algum benefício social? Qual a sua opinião sobre ele?
6. De quando é a renda da sua família por mês? Acha suficiente? Por quê?

Sobre o Lazer

1. O senhor (a) tem oportunidades de lazer?
2. O que faz para se divertir?
3. Já foi a praia?
4. Cinema?
5. Teatro?
6. O que o senhor (a) acha que deveria ter no conjunto Maria Tomásia para lazer?
7. Em sua opinião, o que deveria ter de lazer na cidade para o senhor (a) e sua família?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Sharon Darling de Araújo Dias convido a você a participar da pesquisa de mestrado que tem por objetivo *A compreensão da produção espacial na metrópole Fortaleza através do processo de urbanização e das políticas habitacionais implementadas pelo Estado, levando em consideração as relações sociais e os modos de vida dos habitantes tendo como estudo de caso o conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu*, para tanto serão realizadas aplicação de questionários e entrevistas gravadas.

As informações e os resultados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa chama-se Sharon Darling de Araújo Dias (telefone 85 – 3101.9965) e sua orientadora de Mestrado é a Prof^a. Dra. Ana Maria Matos Araújo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará.

Eu, _____(nome),
 _____(estado civil), RG nº _____
 (documento de identidade), declaro para os devidos fins que fui informado sobre os objetivos e os procedimentos da pesquisa e autorizo o uso dos dados disponibilizados através de questionário e/ou de minha entrevista gravada para **SHARON DARLING DE ARAÚJO DIAS, Rg. 2000002287308**, integralmente ou em partes, sem restrições de prazos desde a presente data, desde que seja preservado o meu nome.

 Assinatura do pesquisado

 Assinatura da pesquisadora

Fortaleza, _____ de _____ de 2012.

QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

01) SEXO: () masculino () feminino

02) IDADE _____

03) ORIGEM:

() Interior do Ceará/Qual? _____

() Fortaleza / bairro _____

() Outros/qual? _____

04) SITUAÇÃO CONJUGAL

() solteiro () casado () separado () união estável (junto)

05) É O CHEFE DA FAMÍLIA?

() sim () não

06) NÚMERO DE RESIDENTES NA CASA:

() entre 1 e 3 () entre 3 e 5 () entre 5 e 7 () mais de 7 residentes

07) SITUAÇÃO ECONÔMICA:

() empregado/função _____

() desempregado

() pensão / aposentadoria

() trabalho informal/qual _____

08) RENDA FAMILIAR:

() menos de 01 salário mínimo (- R\$622)

() entre 1 e 2 salários mínimos (até R\$ 1.244)

() entre 2 a 5 salários mínimos (até R\$ 3.110)

() nenhuma renda (R\$ 0).

09) MAIOR ESCOLARIDADE DE ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA:

() ensino Fundamental incompleto () ensino Fundamental completo

() ensino médio incompleto () ensino médio completo

() ensino superior incompleto () ensino superior completo

10) TEMPO DE MORADIA NO CONJUNTO:

() Alguns meses / quantos? _____

() Desde a remoção

11) SUA MORADIA É UTILIZADA PARA:

() 1. Somente uso residencial

() 2. Comércio. Qual? _____

() 3. Atividades religiosas (cultos, missas)

() 4. Aluguel de cômodo ou cama

() 5. Outros. Quais?: _____

12) PARA AS NECESSIDADES DE SUA FAMÍLIA O SR.(A) CONSIDERA QUE O TAMANHO

DA UNIDADE HABITACIONAL É:

- ☐ 1. Mais que suficiente
- ☐ 2. Suficiente
- ☐ 3. Pequena
- ☐ 4. Muito pequena

13) A SUA MORADIA É LIGADA A REDE DE ÁGUA?

- ☐ Sim
- ☐ Não

14) SUA MORADIA É LIGADA À REDE DE ENERGIA ELÉTRICA?

- ☐ Sim
- ☐ Não

15) SABE DE ONDE VIERAM OS RECURSOS PARA A OBRA?

- ☐ 1. Prefeitura de Fortaleza
- ☐ 2. Governo do Estado do Ceará
- ☐ 3. Caixa Econômica Federal
- ☐ 4. Construtora
- ☐ 5. Outros. Quais?: _____
- ☐ 6. Não sabe

16) QUAIS OS TRÊS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE AFETAM O CONJUNTO HABITACIONAL MARIA TOMÁSIA?

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____

17) COMO AVALIA O CONJUNTO HABITACIONAL MARIA TOMÁSIA:

- ☐ bom ☐ ruim ☐ ótimo ☐ regular ☐ péssimo

18) VOCÊ FOI CONSULTADO SOBRE A LOCALIZAÇÃO DO TERRENO DO CONJUNTO HABITACIONAL MARIA TOMÁSIA?

- ☐ Sim
- ☐ Não

19) QUAL O SEU PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE?

- ☐ bicicleta ☐ carro ☐ moto ☐ ônibus coletivo ☐ a pé

O COTIDIANO EM IMAGENS









